

# Baldim



---

MATERIAL DE TRABALHO

PERFIL MUNICIPAL

---



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Baldim.....	18
Figura 2 : Evolução da população total residente – Baldim, 1970/2016 .....	20
Figura 3 : Taxa de crescimento demográfico – Baldim, 2000/ 2016 .....	21
Figura 4 : Domicílios, segundo localização (%) – Baldim, 2010.....	22
Figura 5 : Domicílios, segundo número de moradores (%) – Baldim, 2010 .....	22
Figura 6 : Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Baldim, 2010 .....	23
Figura 7 : População residente, segundo faixa etária (%) – Baldim, 2010.....	24
Figura 8 : População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Baldim, 2000 / 2010.....	25
Figura 9 : População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Baldim, 2010.....	26
Figura 10 : Indicadores demográficos selecionados – Baldim, 2010 .....	27
Figura 11: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Baldim, 1991/2010.....	28
Figura 12 : Mortalidade infantil (por mil NV) – Baldim, 1991/2010 .....	28
Figura 13 : Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Baldim, 2000/2010 .....	29
Figura 14 : Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Baldim, 2010.....	30
Figura 15 : Crianças atendidas na rede educacional (%) – Baldim, 2010.....	31
Figura 16 : Fluxo escolar, por faixa etária (%) – Baldim, 2010.....	32
Figura 17 : Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Baldim, 2007/2017.....	33

Figura 18 : Evolução do IDHM – Baldim, 1991/2010.....	35
Figura 19 : IDHM, segundo dimensões – Baldim, 2010 .....	36
Figura 20 : Árvore do IDHM – Baldim, 2010.....	36
Figura 21 : População segundo situação de pobreza (%) – Baldim, 2010.....	38
Figura 22 : Renda per capita domiciliar média (em R\$) – Baldim, 2010 .....	38
Figura 23 : Vulnerabilidades associadas (%) – Baldim, 2010 .....	40
Figura 24 : Comparativo IVS, segundo dimensões – Baldim, 2010 .....	42
Figura 25 : Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010 .....	43
Figura 26 : Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Baldim, 2017.....	45
Figura 27 : Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família (em R\$) – Baldim, 2004 / 2015.....	46
Figura 28: Macrozoneamento do município de BaldimFonte: Plano Diretor do município de Baldim .....	66
Figura 29: Reservas legais cadastradas no CAR.....	67
Figura 30: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Baldim.....	77
Figura 31: Tipos e ocupação de domicílios, BaldimFonte: IBGE, 2010 .....	78
Figura 32: Taxa de vacância fundiária, Baldim.....	80
Figura 33: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH.....	83
Figura 34: Carta de Vulnerabilidade Natural, Baldim .....	84
Figura 35: Composição déficit habitacional, Baldim .....	87
Figura 36: Domicílios precários, Baldim .....	88



Figura 37: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBHFonte: Observatório das Metrópoles, 2010.....	94
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH.....	95
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH.....	96
Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH.....	97
Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos.....	98
Figura 42: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH..	99
Figura 43: Zonas Especiais de Interesse Social, Baldim.....	101
Figura 44: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Baldim, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	111
Figura 45: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Baldim, Belo Horizonte e RMBH.....	114
Figura 46: Número de viagens realizadas entre Baldim e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201.....	116
Figura 47: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Baldim, anos de 2002 e 2012.....	119
Figura 48: Distribuição das viagens produzidas em Baldim por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.....	124
Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Baldim.....	129
Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Baldim.....	134

Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Baldim.....	134
Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Baldim .....	135
Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Baldim .....	138
Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Baldim e seu entorno .....	145
Figura 55: valor da produção mineral comercializada por município – 2013 ..	146
Figura 56: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Baldim-MG e RMBH. 2004-2014.....	151
Figura 57: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Baldim e RMBH. 2004, 2014.....	152
Figura 58: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Baldim, RMBH.....	156
Figura 59: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Baldim. 2000.....	161
Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Baldim. 2010.....	162
Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.....	163
Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.....	163
Figura 63: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Baldim e RMBH. ....	167
Figura 64: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Baldim.....	172

Figura 65: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Baldim.....173

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Matrículas na rede municipal, segundo nível – Baldim, 2012/2014	32
Quadro 2 : Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores .....	34
Quadro 3 : Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes .....	41
Quadro 4 : Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo....	46
Quadro 5 : Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Baldim, março 2016 / fevereiro 2017 .....	47
Quadro 6 : Conselhos de políticas públicas - Baldim .....	49
Quadro 7: Bens Protegidos do município de Baldim, 2017 .....	53
Quadro 8: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural .....	54
Quadro 9: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002.	55
Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002 .....	55
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016 .....	55
Quadro 12: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Baldim.....	69
Quadro 13: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Baldim.....	75
Quadro 14: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Baldim ....	82
Quadro 15: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Baldim.....	105

Quadro 16: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Baldim .....	106
Quadro 17: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Baldim, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	110
Quadro 18: Viagens cotidianas realizadas em Baldim, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012.....	113
Quadro 19: Divisão percentual das viagens com origem em Baldim, por destino da viagem, em 2002 e 2012 .....	116
Quadro 20: Divisão dos destinos das viagens com destino a Baldim, por origem da viagem, em 2002 e 2012 .....	117
Quadro 21: Distribuição das viagens com origem em Baldim e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	118
Quadro 22: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Baldim.....	137
Quadro 23: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Baldim .....	140
Quadro 24: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Baldim.....	141
Quadro 25: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Baldim e RMBH .....	149
Quadro 26: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Baldim e RMBH. 2004, 2014.....	153
Quadro 27: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Baldim, RMBH. 2007, 2011, 2015 .....	154
Quadro 28: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Baldim. 2005 - 2015 .....	156
Quadro 29: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 - 2015.....	159

Quadro 30: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Baldim e RMBH.....	164
Quadro 31: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Baldim e RMBH.....	167
Quadro 32: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Baldim, RMBH e Brasil.....	168
Quadro 33: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Baldim.....	171

## SUMÁRIO

<b>LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>11</b>
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	11
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	14
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	14
2.2 Inserção regional.....	17
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	20
3.1 Indicadores demográficos .....	20
3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano .....	29
3.3 Vulnerabilidade social .....	37
3.4 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda .....	44
1.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO .....	48
4 CULTURA E PATRIMÔNIO .....	52
4.1 Patrimônio Cultural.....	52
4.2 Política cultural e diversidade .....	57
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	63
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais .....	64
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos .....	68
5.3 Conflitos ambientais.....	70
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	71
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	74
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	74
6.2 Zoneamento ecológico-econômico .....	81
7 HABITAÇÃO.....	85

7.1	Quadro Habitacional .....	86
7.2	Produção habitacional de interesse social.....	90
7.3	Bem-estar urbano .....	91
7.4	Zonas Especiais.....	100
8	MOBILIDADE URBANA .....	103
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	104
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação .....	109
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo .....	115
9	AGRICULTURAS .....	126
9.1	Produção.....	127
9.2	Emprego.....	133
9.3	Estrutura Agrária .....	135
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	138
10	MINERAÇÃO.....	143
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Baldim.....	144
10.2	A atividade minerária no território municipal de Baldim .....	146
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	147
11.1	Produção.....	148
11.2	Emprego e Renda .....	153
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade .....	165
11.4	Finanças Públicas .....	170
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	174



## **LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Baldim, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Baldim;
- Municiar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem

como da situação de trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados

aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Baldim, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor norte, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

### **2.1 História do município e formação político-administrativa**

As informações oficiais apontam que o território onde hoje se encontra Baldim passou a ser povoado, de fato, no século XIX. De acordo com as informações do IBGE:

A primeira notícia do povoamento primitivo do território, remonta à época em que os terrenos foram divididos em três grandes sesmarias, pertencentes à Zebelê de Tal, que denominou-se "Terras do Zebelê". Zebelê de tal, por morte, doou todas as suas terras ao Convento de Macaúbas (Município de Santa Luzia), que, vendidas, deram origem a inúmeras fazendas, centenas de sítios e às sedes distritais de Amanda e São Vicente. Outra parte, pertenceu à D. Quitéria de Tal, viúva, que

se casou já com 80 anos de idade. Pouco depois faleceu, tendo seu esposo, o jovem Capitão Bernardino Martins de Almeida, recebido as terras por herança. Não se sabe a origem de D. Quitéria. Já a terceira sesmaria, a mais fértil do Município, pertenceu a um sitiante de nacionalidade portuguesa. Segundo alguns, era conhecido como "Preto". Segundo outros, era Ubaldino ou Balduino de Tal. A Sesmaria de Ubaldino ou Balduino, após sua morte se subdividiu, também, em inúmeras fazendas, sítios e povoações. Desconhece-se, também, se os três primeiros proprietários das terras do Município, desbravaram-nas, ainda devolutas, ou se as adquiriam .

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros afirma que:

A cidade de Baldim foi fundada graças ao esforço, tenacidade e firme vontade de um homem, Bernardino Martins de Almeida, mascate de origem portuguesa que se fixou na região por ter contraído núpcias com pessoa residente nas terras que fazem parte do Município.

Foi este português que, enriquecido, edificou às expensas próprias a Igreja que hoje é a Matriz da cidade, doando para isto 18 alqueires de terra. A construção do referido templo iniciou-se em 1853. Com isto começaram a surgir as primeiras habitações e algumas tavernas. (IBGE, 1958, p.127).

Nos arquivos da paróquia foi descoberto que o distrito de Baldim teve um primeiro nome de “Córrego da Canoa Rachada”, por conta de uma grande canoa construída por faiscadores de ouro do Rio das Velhas ter sido abandonada nas margens do rio. Mas o primeiro nome oficial do distrito central foi o nome de “Pau Grosso”, em homenagem a uma árvore jequitibá-gigante, que era abrigo para os tropeiros que passavam pelo povoado. O nome atual da cidade, por sua vez, veio de uma transformação do nome de outro personagem português — proprietário de uma das três sesmarias, citado acima — em nome da linguagem popular:

O nome Baldim surgiu em 1917, sendo a deturpação pelo povo do nome de Ubaldino ou Balduino, nome de um dos primeiros moradores

do Município, que segundo consta, era um português que morou no extremo do município durante muito tempo. (IBGE, 1958, p.127).

Sua formação administrativa está assim descrita no site Cidades, do IBGE:

- Distrito criado com a denominação de Pau Grosso, pela Lei da Assembleia Provincial 2002, de 15-11-1873 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Santa Luiza do Rio das Velhas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Pau Grosso, figura no município de Santa Luiza do Rio das Velhas.
- Pela Lei Estadual do Congresso Mineiro nº 703, de 17-09-1917, o distrito de Pau Grosso passou a chamar-se de Baldim. Nos quadros de apuração do recenseamento geral I-IX-1920, o distrito de Baldim ex-Pau Grosso, figura no município de Santa Luzia do Rio das Velhas.
- Pela lei estadual nº 860, de 09-09-1924, o município de Santa Luzia do Rio das Velhas passou a denominar-se simplesmente Santa Luzia. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Baldim, figura no município de Santa Luzia do Rio das Velhas. Assim permanecendo em divisões territoriais datada de 31-XII-1736 e 31-XII-1737.
- Na revisão administrativa do Estado, através do Decreto Lei Estadual nº 148, de 17-12-1938, o distrito de Baldim deixa de pertencer ao município de Santa Luzia para ser anexado ao município de Jaboticatubas. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Baldim, figura no município de Jaboticatubas.
- Elevado á categoria de município com a denominação de Baldim pela Lei Estadual nº 336, de 27-12-1948, e pela mesma Lei, o povoado de Baldim desmembrado de Jaboticatubas. Sede no antigo distrito de Baldim. Constituído de 2 distritos: Baldim e São Vicente, criado pela lei que criou o município. Instalado em 01-01-

1949. Em divisão territorial datada I-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Baldim e São Vicente.

- Pela lei estadual nº 1039, de 12-12-1953, é criado o distrito de Amanda, ex-povoado de São Sebastião do Alegre, anexado ao município de Baldim.
- Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Baldim, Amanda e São Vicente. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

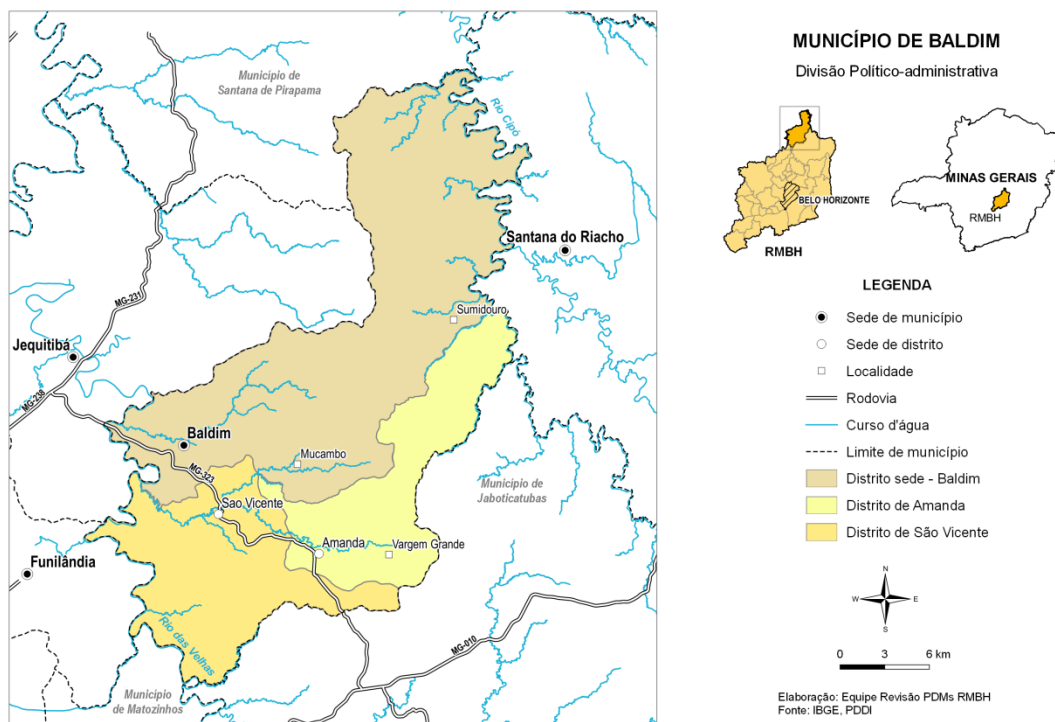
## **2.2 Inserção regional**

O município de Baldim se localiza no extremo norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, à margem do Rio das Velhas, na chamada zona metalúrgica de Minas Gerais. A distância entre as prefeituras municipais de Baldim e de Belo Horizonte, sedes políticas dos municípios, é de 95,1 km, sendo que o município é um dos municípios metropolitanos mais distantes do grande centro urbano de Belo Horizonte.

Seus principais acessos são através das rodovias estaduais MG-010, MG-323, MG-238 e pelas rodovias federais BR-040 e BR-135. Um dos maiores municípios da região metropolitana de Belo Horizonte em termos territoriais, com área total de 556,266 Km<sup>2</sup>, Baldim apresenta vasta área destinada à atividade agrícola.

Como se pode perceber na figura a seguir, além do distrito-sede o município possui os distritos de Amanda e São Vicente.

**Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Baldim**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

No contexto da região metropolitana, Baldim cumpre funções relacionadas à produção agropecuária e até recentemente apresentava “taxas de crescimento muito pequenas, indicativas da pequena inserção no processo de ocupação da metrópole” (CEDEPLAR, 2011, p. 53). É considerado um centro local restrito às funções públicas, com sua sede municipal exercendo pouca atratividade sobre seu próprio território.

Por outro lado, tem sentido a influência do município de Sete Lagoas, já no colar metropolitano, e de seu processo de expansão econômica e demográfica.

O município de Baldim faz parte do vetor norte no processo de reestruturação territorial identificado pelo PDDI e pelo projeto do Macrozoneamento. O vetor norte é o que melhor representa a desconcentração produtiva e o surgimento de novas centralidades observados nos últimos anos da RMBH. O vetor norte é caracterizado por uma nova dinâmica imobiliária ligada a reestruturação territorial impulsionada, nos anos recentes, por uma série de investimentos em



infraestrutura cujo impacto sobre o território já se faz sentir, mas que ainda possuem um longo período de maturação tais como a implantação do CAMG, do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, da Linha Verde e o projeto do Rodoanel como uma via de ligação Leste-Oeste na RMBH. Associado a esses investimentos em infraestrutura, existem grandes projetos imobiliários e industriais previstos (especialmente ligados ao comércio e ao funcionamento do aeroporto indústria) e já em implantação no vetor. Toda essa transformação alterou substancialmente a estruturação do vetor norte e de suas relações com o restante da RMBH. Além dessas novas tendências o vetor norte acumula outras atividades, como a extração mineral de não-metálicos e produção agropecuária de grande significância para a RMBH.

O rebatimento no município de Baldim dessa dinâmica de reestruturação se faz sentir mais fortemente em algumas áreas do que em outras, em algumas dimensões de maneira mais marcante do que em outras. No caso da reorganização da indústria imobiliária do vetor norte, por exemplo, apesar de não haver indícios – em pedidos de anuência prévia para parcelamentos – de intensificação da atividade imobiliária, o município pode observar o crescimento de projetos de condomínios fechados, o aumento da moradia informal e a valorização da terra. Por outro lado, o município de Baldim se destaca na produção agropecuária metropolitana e no fornecimento de alimentos para o CEASA, ou seja, é um município de destaque no abastecimento de alimentos para a RMBH. Além disso, o município possui um grande potencial ainda sub-explorado ligado tanto às suas características ambientais (especialmente sua região de grutas), mas também ligado a atividades econômicas mais artesanais (como a produção de doces).

Cabe ainda destacar que o vetor norte vem recebendo, nos últimos anos, investimentos em atividades minerárias de não-metálicos, o que representa um potencial conflito com às áreas de proteção ambiental e hídrica da região, especialmente no entorno do município de Baldim.

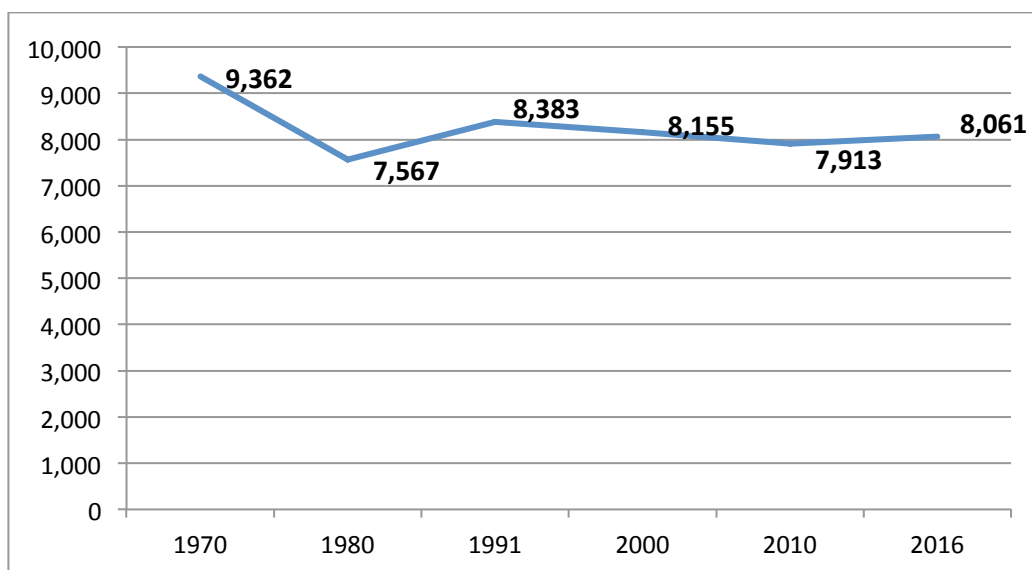
### 3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS

No processo de revisão do Plano Diretor de Baldim, um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

#### 3.1 Indicadores demográficos

Em 2010, a população total de Baldim era de 7.913 habitantes, número este estimado pelo IBGE em 8.061 pessoas na Estimativa da População em 2016. É importante destacar que tal oscilação pode ser vista nos últimos 40 anos, com períodos de estagnação e mesmo redução absoluta no número de habitantes, como pode ser percebido na Figura a seguir.

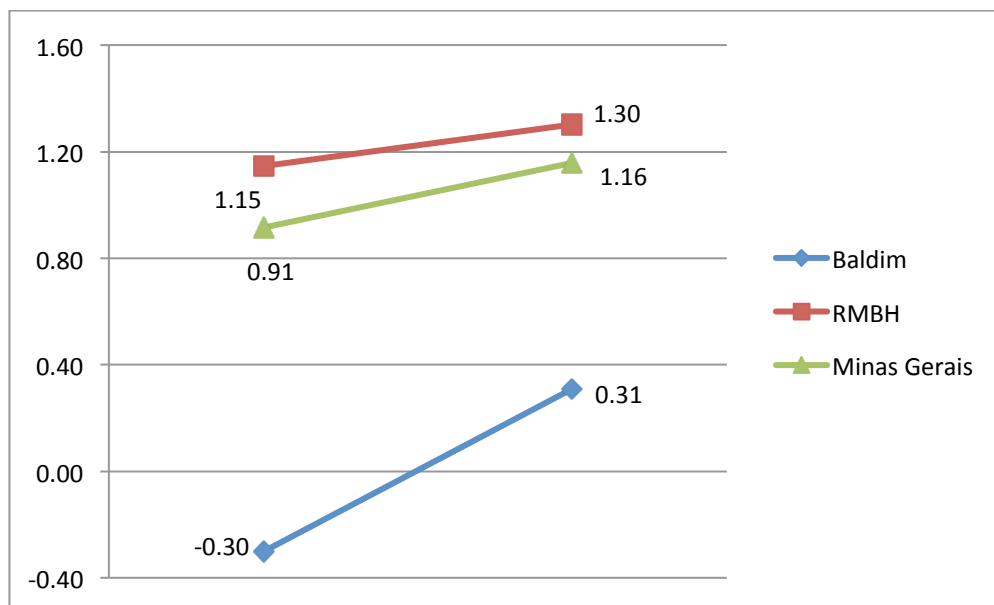
**Figura 2 : Evolução da população total residente – Baldim, 1970/2016**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

De fato, vê-se na Figura a seguir que a taxa de crescimento demográfico de Baldim foi negativa entre 2000 e 2010 e mesmo sendo positiva no último período analisado ainda é muito inferior à do Estado ou da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

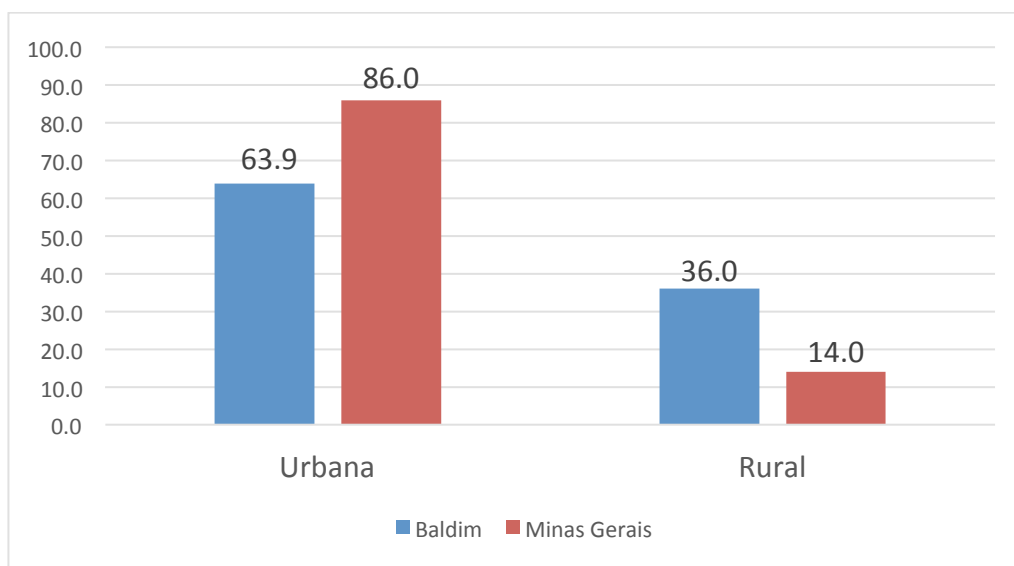
**Figura 3 : Taxa de crescimento demográfico – Baldim, 2000/ 2016**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000/2010 e Estimativa da população 2016.**

De acordo com os dados do IBGE do Censo Demográfico de 2010, o município apresenta uma taxa de urbanização menor do que a média mineira, mostrando uma maior participação de domicílios localizados na zona rural, como mostra a Figura abaixo.

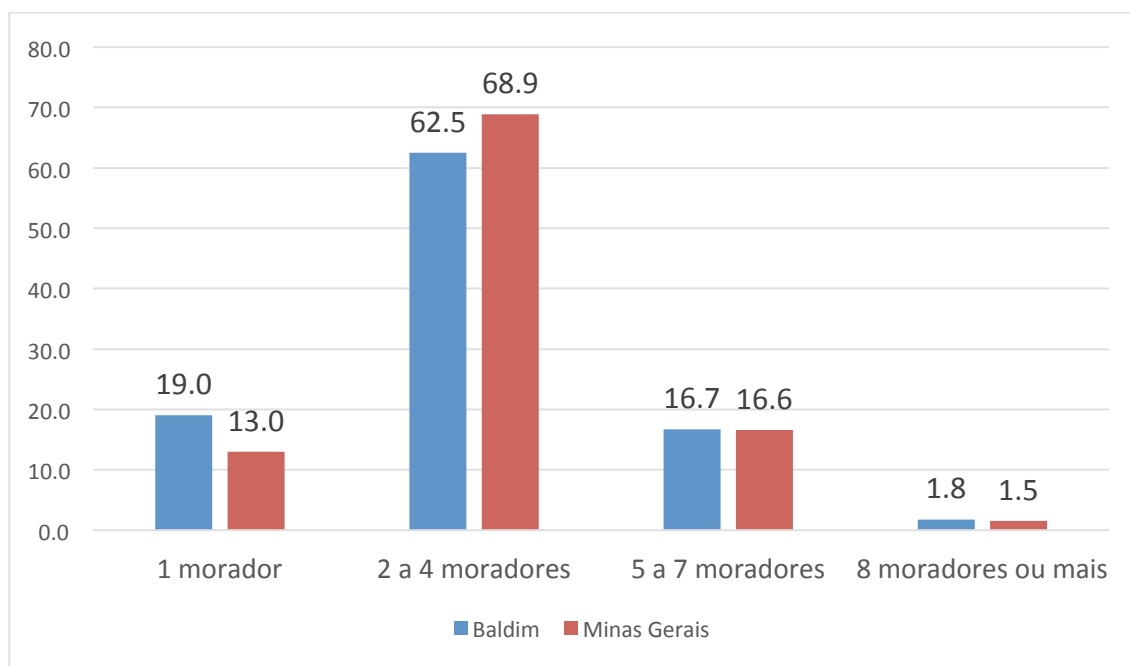
**Figura 4 : Domicílios, segundo localização (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Em relação ao número de habitantes por residência, ainda que predominem em Baldim os domicílios com 2 moradores, nota-se que o município tende a apresentar uma maior participação de domicílios com somente 1 pessoa, em comparação.

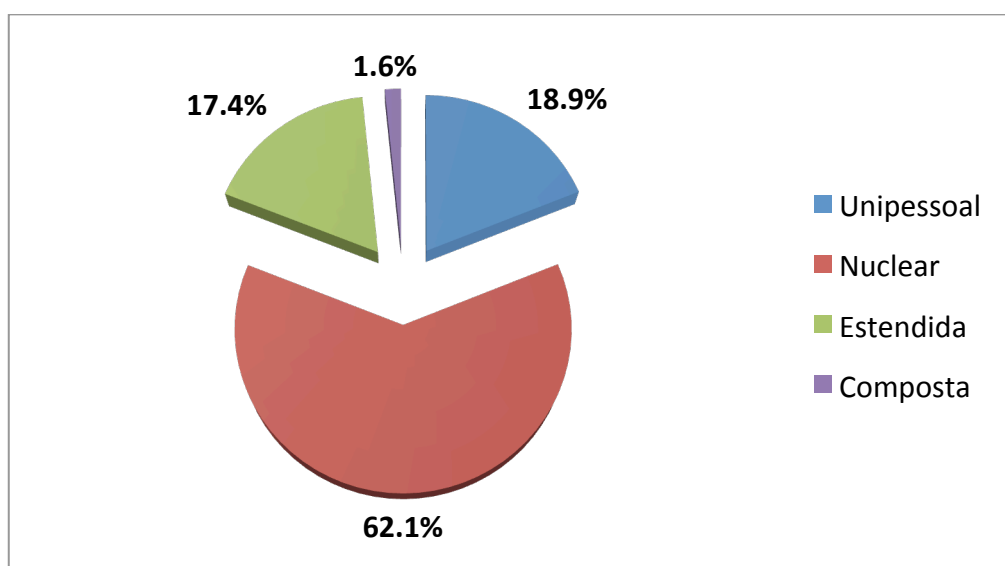
**Figura 5 : Domicílios, segundo número de moradores (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Como é possível visualizar na próxima Figura, a grande maioria das unidades domésticas do município é do tipo nuclear, isto é, formada pelos responsáveis e seus filhos. É menos presente na composição doméstica municipal a presença de unidades compostas (parentes e não parentes), além de unidades unipessoais (apenas um morador) ou estendidas (com outros parentes).

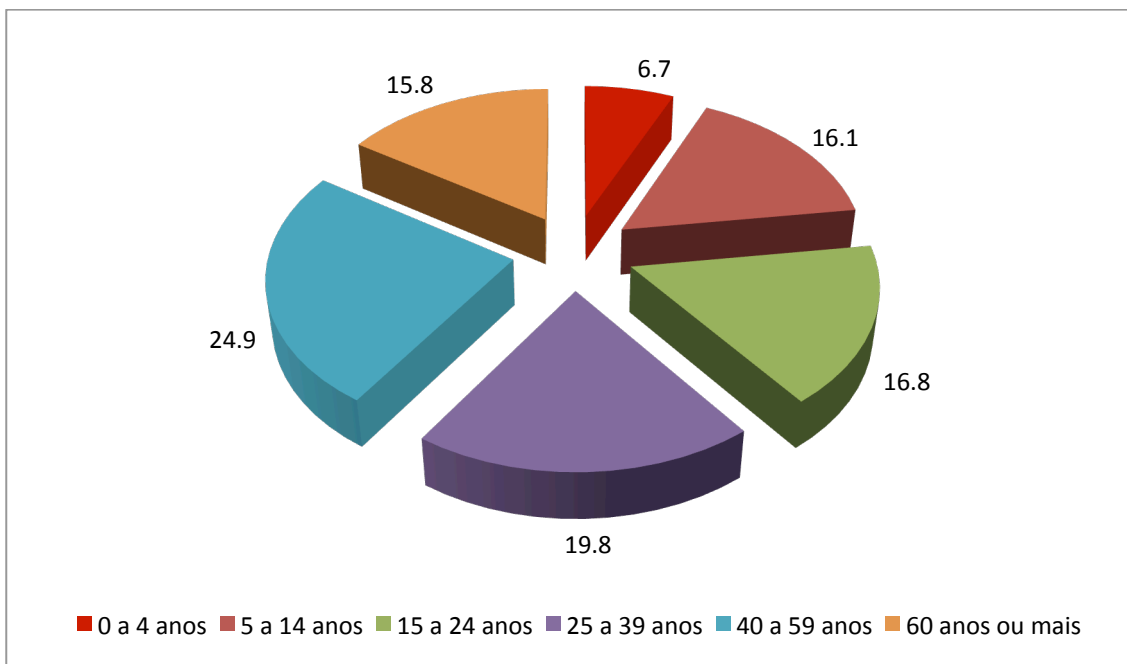
**Figura 6 : Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Ao se analisar a distribuição da população municipal por faixas etárias é possível perceber que 38,4% dos moradores de Baldim estão situados nas faixas etárias até 24 anos. Isso indica uma alta demanda para políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens, especialmente educação, saúde, assistência e qualificação profissional e geração de renda para os indivíduos nessa faixa etária.

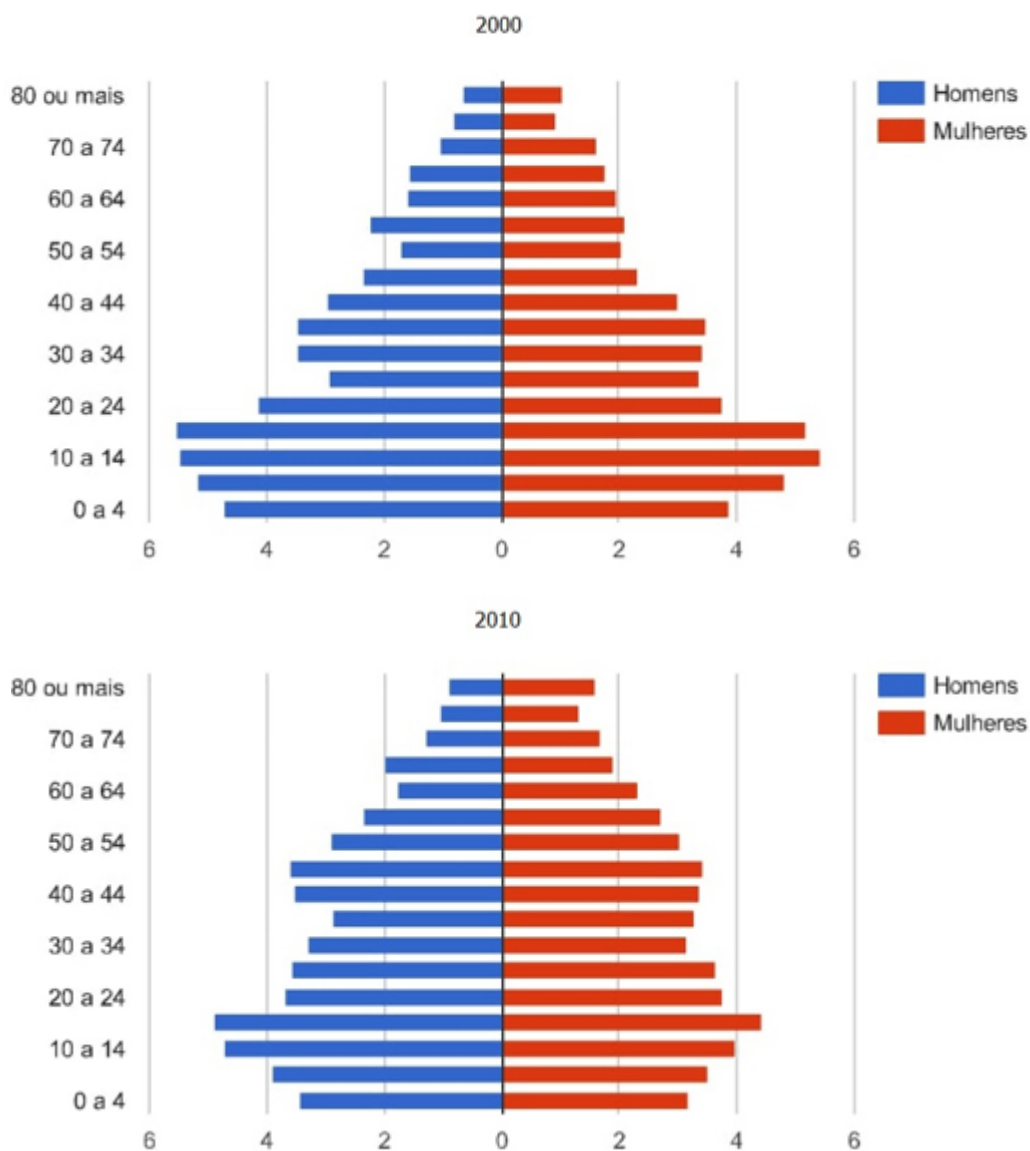
**Figura 7 : População residente, segundo faixa etária (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Por outro lado, a análise da evolução da população no tempo, conforme Figura a seguir, permite afirmar que, assim como o restante do país, tem havido um encurtamento da base da pirâmide etária do município. Isso indica que Baldim vem passando por um processo de envelhecimento da população, com redução das pessoas que compõem as faixas etárias inferiores e uma ampliação da população nas faixas etárias médias e superiores. Isso aponta também a necessidade cada dia maior de políticas públicas voltadas para a terceira idade e geração de emprego e renda para jovens e adultos.

**Figura 8 : População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Baldim, 2000 / 2010**

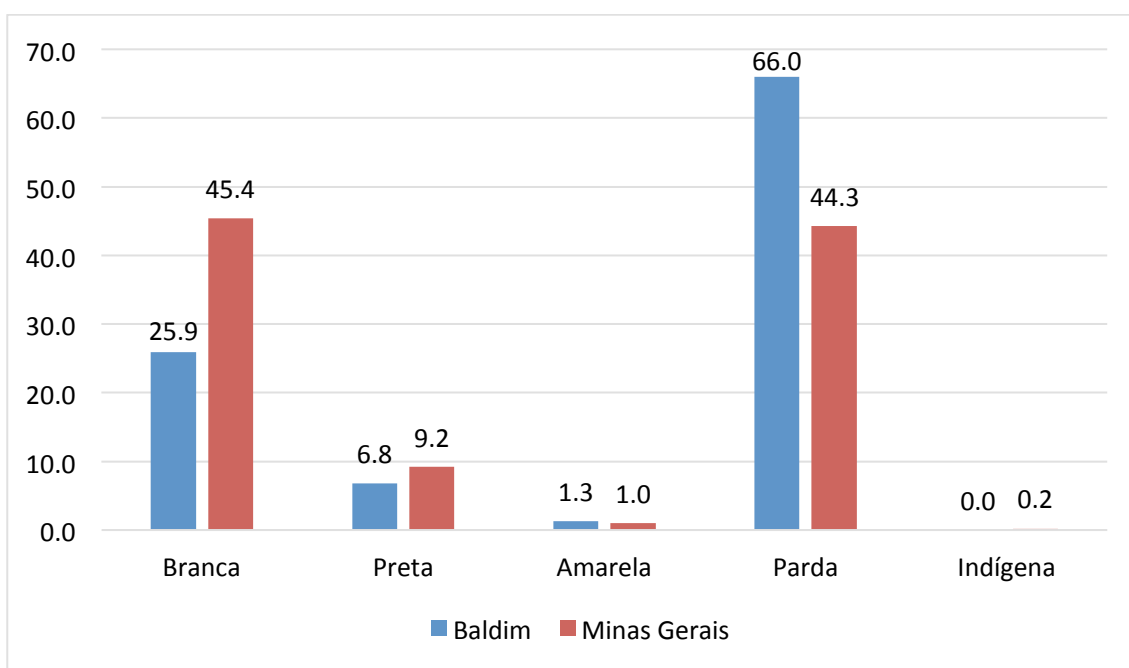


**FONTE: IBGE, Censos Demográficos 2000/ 2010.**

Em relação ao sexo da população, 50,2% são mulheres, percentual este abaixo do padrão mineiro (50,8%) e das médias da RMBH (52%) e nacional (51% no Censo 2010).

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada, é possível perceber que no município o percentual daqueles que se autodeclararam brancos é bem menor que a média de Minas Gerais. Além disso, no município é notável a presença de pessoas que se declararam pardas, chegando a 66% da população do município.

**Figura 9 : População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Baldim, 2010**

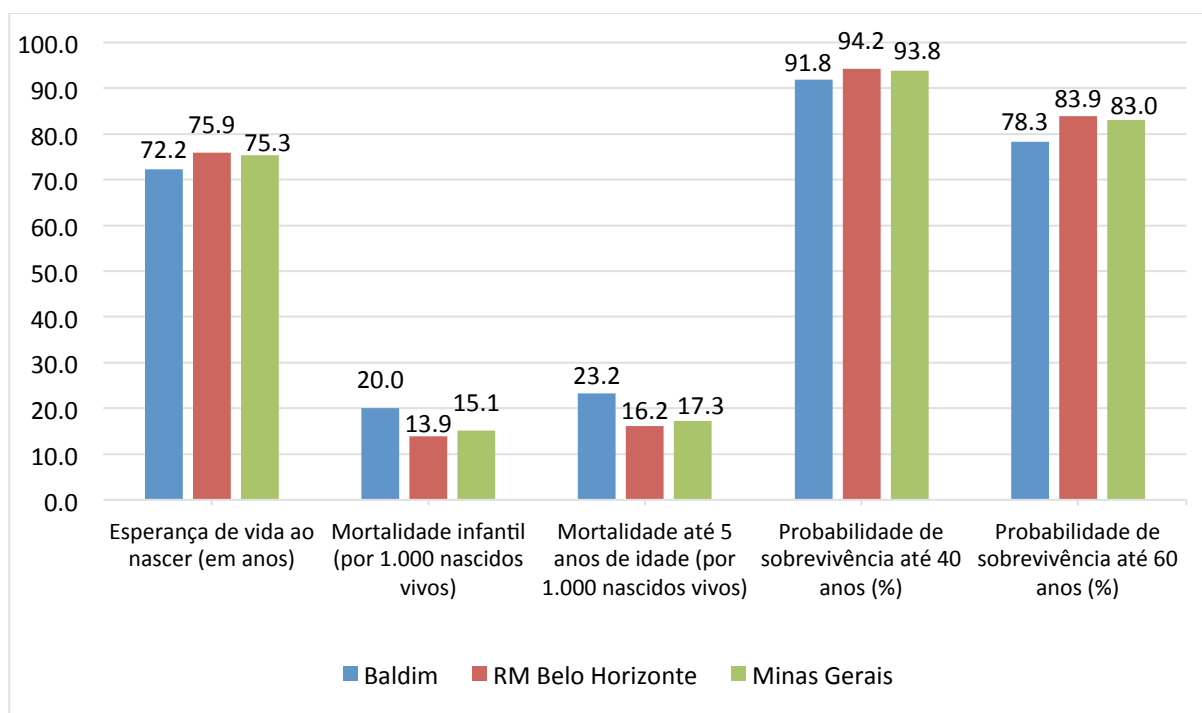


**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores de fecundidade, mortalidade e esperança de vida, além de outros apresentados na Figura a seguir. O que se vê é que o município apresenta, em comparação com a média regional, pior situação em todos os quesitos, realçando uma menor esperança de vida ao nascer, menor possibilidade de sobrevivência e maior mortalidade infantil e até os 5 anos de idade.



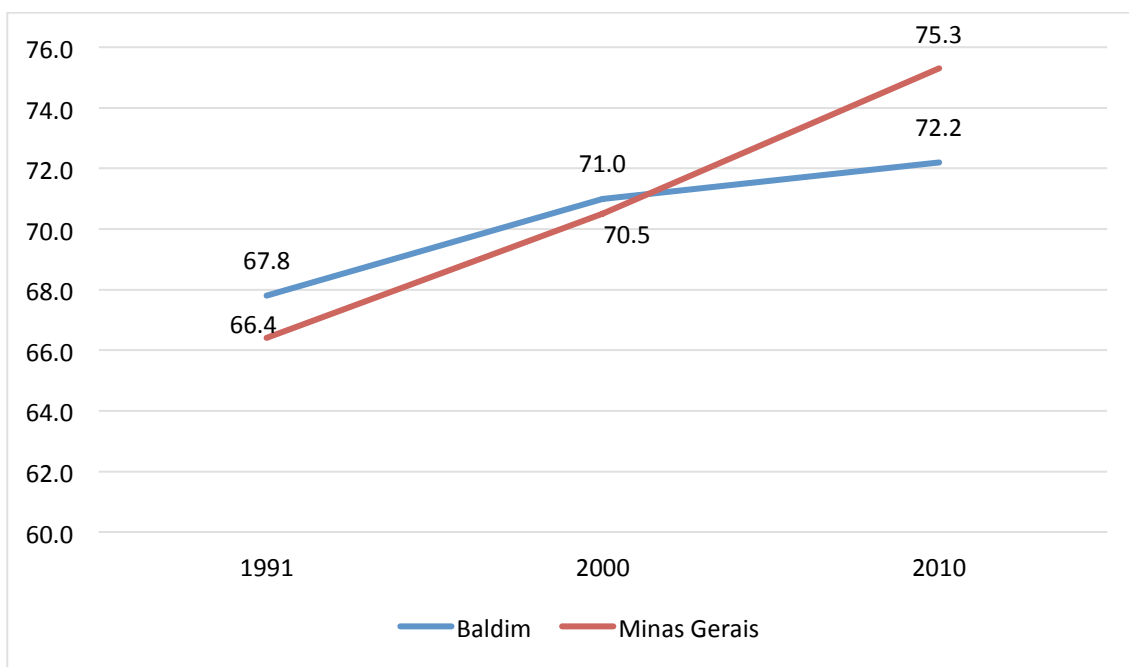
**Figura 10 : Indicadores demográficos selecionados – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

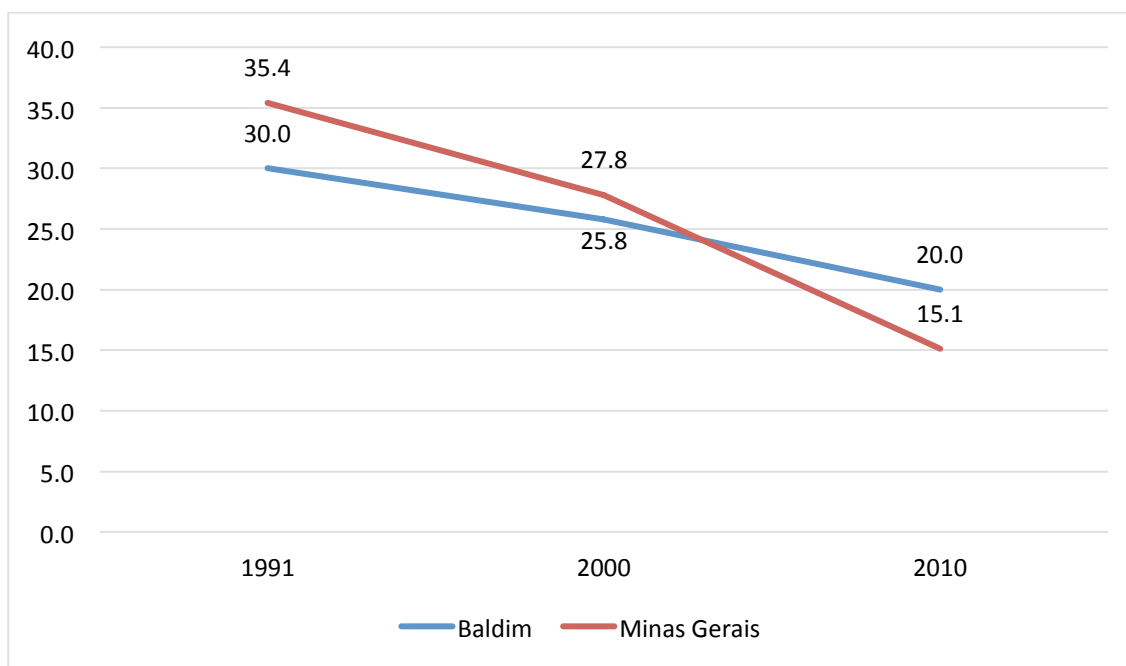
É importante considerar, entretanto, ao se avaliar a série histórica do município, que a situação vem melhorando ao longo das últimas décadas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população de Baldim ao nascer aumentou em 4,4 anos desde 1991, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 30 óbitos por mil nascidos vivos para 20 óbitos por mil nascidos vivos. Realça, entretanto, que, entre 2000 e 2010, a evolução nos indicadores de Baldim parece ter perdido fôlego e intensidade, mantendo o município em patamares abaixo da média mineira, como pode ser visto nas duas Figuras que se seguem.

**Figura 11: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Baldim, 1991/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

**Figura 12 : Mortalidade infantil (por mil NV) – Baldim, 1991/2010**



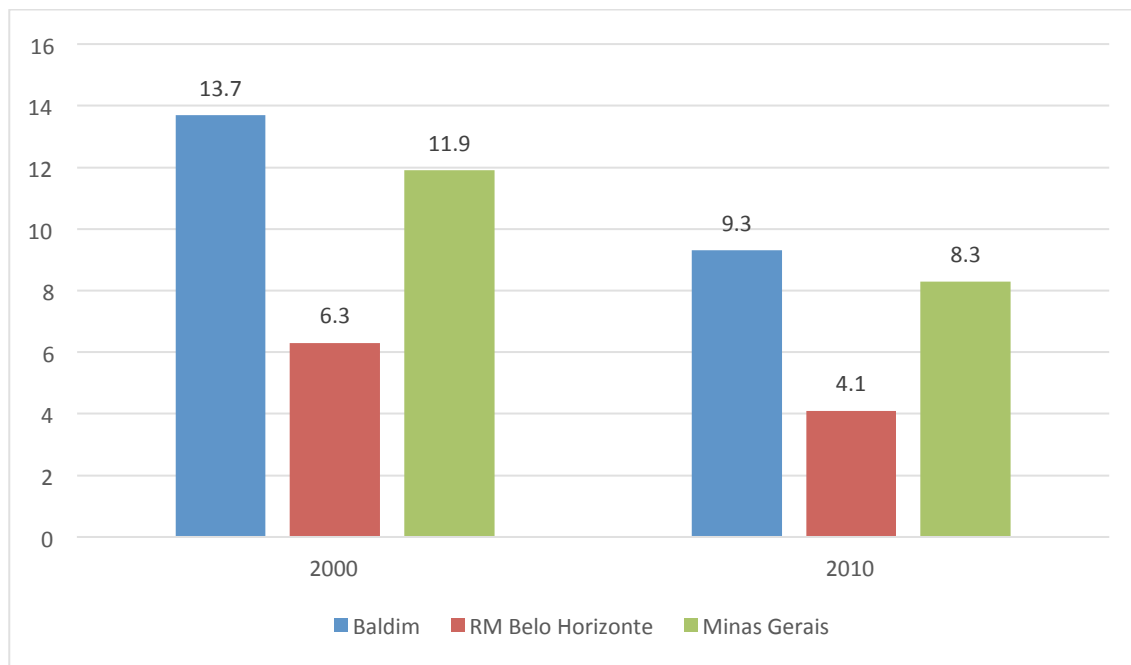
**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

### 3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano

Nos últimos 20 anos, o município de Baldim, de maneira semelhante do que vem sendo verificado no Brasil como um todo, tem apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social da localidade.

Em relação aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo no município (e no Brasil), chegando ao ano de 2010 com 90,7% das pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas (ou seja, 9,3% de analfabetos). Tal realidade ainda é, contudo, pior do que a apurada na média mineira, onde quase 92% eram alfabetizados e bem acima da média regional, onde havia 96% de alfabetizados, como pode ser visto na Figura abaixo.

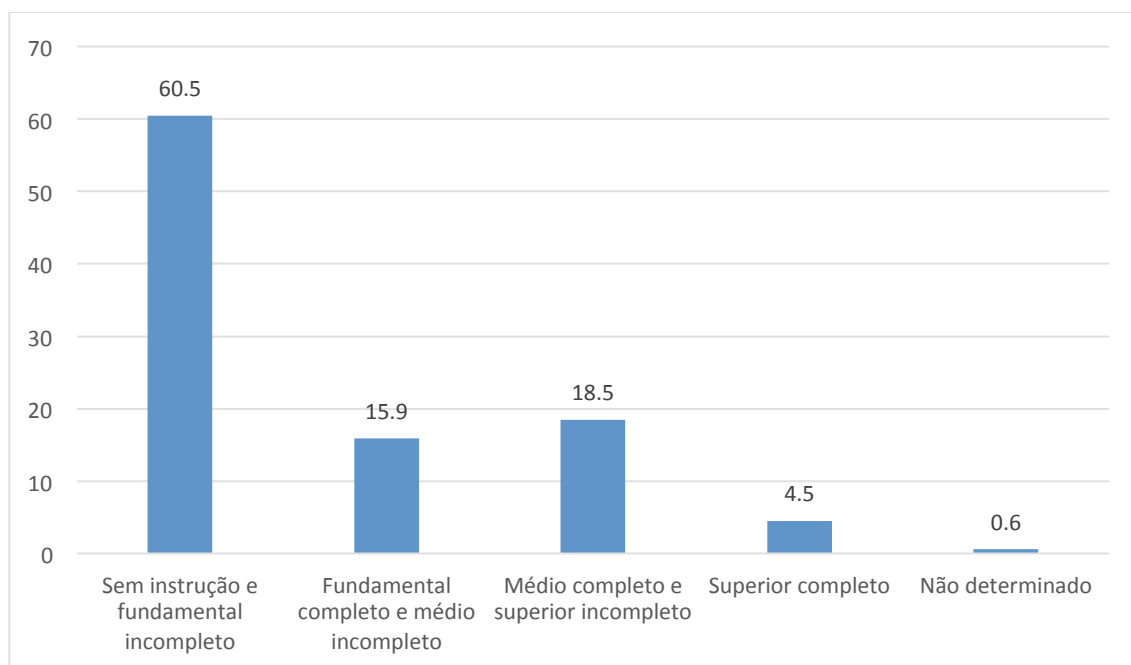
**Figura 13 : Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Baldim, 2000/2010**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A Figura que se segue mostra o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade do município, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. A partir de tal fonte é possível perceber que a maioria da população baldinense (60,5%) não possui instrução ou cursou no máximo o ensino fundamental incompleto. Além disso, é muito pequeno no município o percentual de pessoas com ensino superior completo.

**Figura 14 : Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Baldim, 2010**



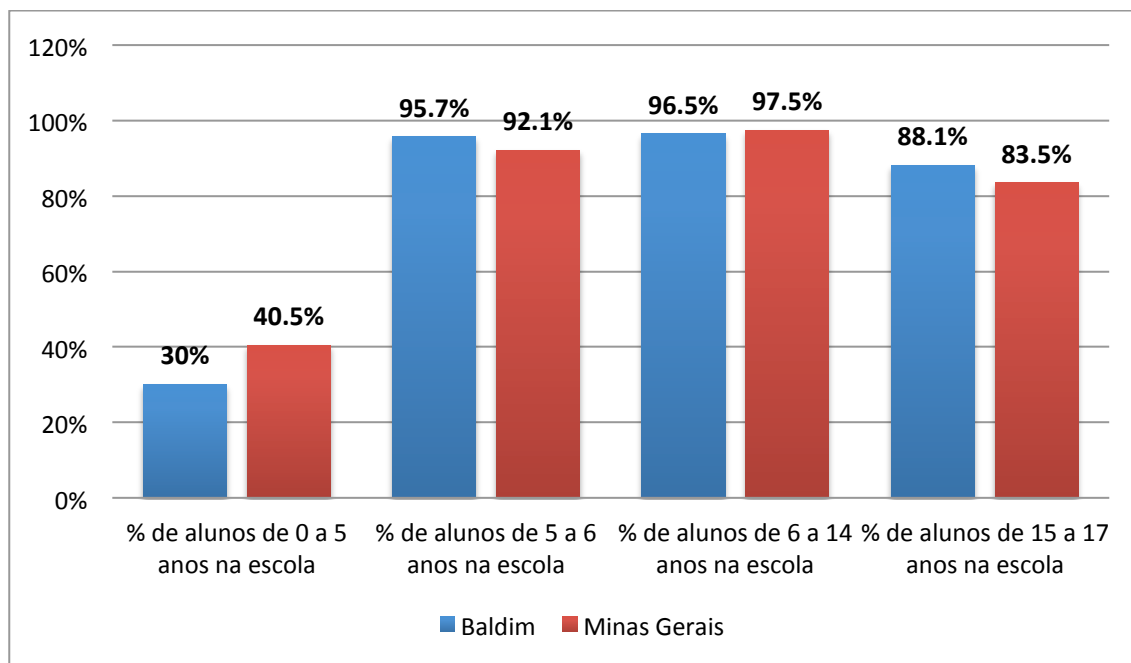
**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

Entretanto, tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Nos últimos anos houve gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Baldim, ampliando-se os percentuais de pessoas com nível médio e superior no município entre 1991 e 2010.

A próxima Figura traz informações sobre a quantidade de crianças atendidas na rede educacional do município. É possível perceber que no ano de 2010 quase a totalidade das crianças de 6 a 14 anos e de 5 a 6 anos estavam na

escola. Além disso, Baldim apresenta um percentual maior do que a média de Minas Gerais de crianças de 15 a 17 anos na escola (88,1%). Por outro lado, apenas 30% das crianças abaixo de 5 anos eram atendidas no ensino regular àquela época.

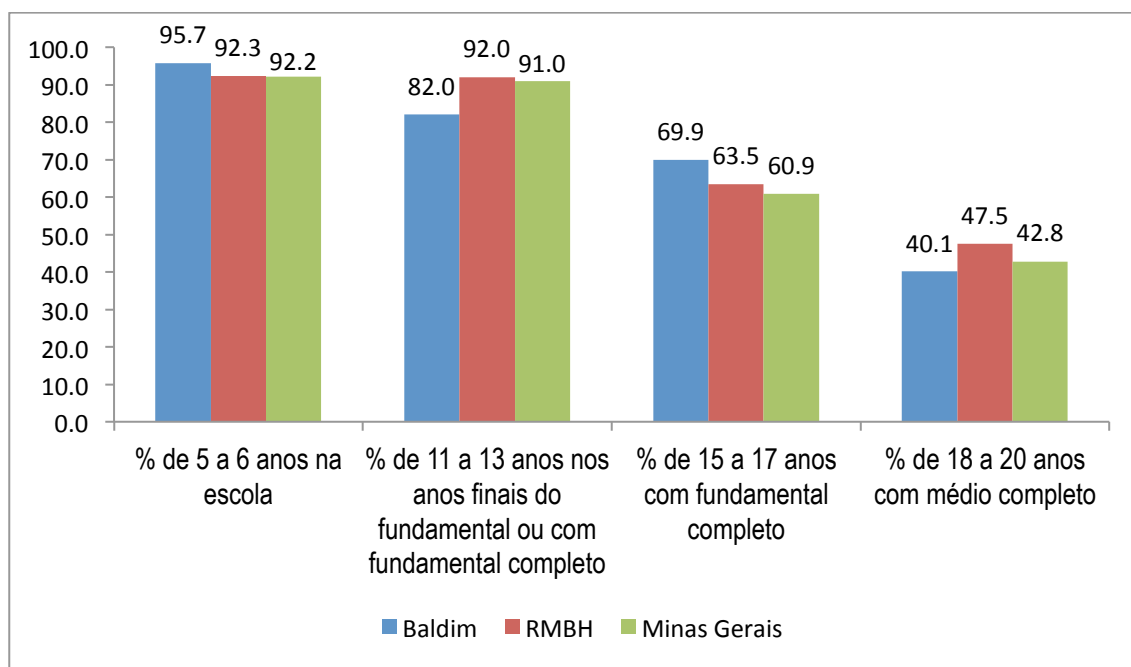
**Figura 15 : Crianças atendidas na rede educacional (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.**

A Figura a seguir traz a comparação dos dados de fluxo escolar no município com os apurados nas médias metropolitana e mineira. Como se vê, Baldim encontra-se em melhor situação na faixa etária de 5 e 6 anos e na faixa de 15 a 17 anos. Por outro lado, mostra maior precariedade nas faixas de 11 a 13 e 18 a 20 anos, onde há menor proporção de população com a escolaridade esperada.

Figura 16 : Fluxo escolar, por faixa etária (%) – Baldim, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

O Quadro a seguir traz dados atualizados a respeito da evolução no número de matrículas no ensino infantil e fundamental no município, apontando que houve crescimento nos últimos anos, em todos os níveis analisados, com destaque justamente para a educação infantil.

Quadro 1 : Matrículas na rede municipal, segundo nível – Baldim, 2012/2014

NÍVEL DE ENSINO	MATRICULAS 2012	MATRICULAS 2013	MATRICULAS 2014	CRESCIMENTO 2012/2014 (%)
Ensino Infantil	237	260	276	16,4
Ensino Fundamental	595	612	638	7,2
<b>Total Geral</b>	<b>832</b>	<b>872</b>	<b>914</b>	11,8

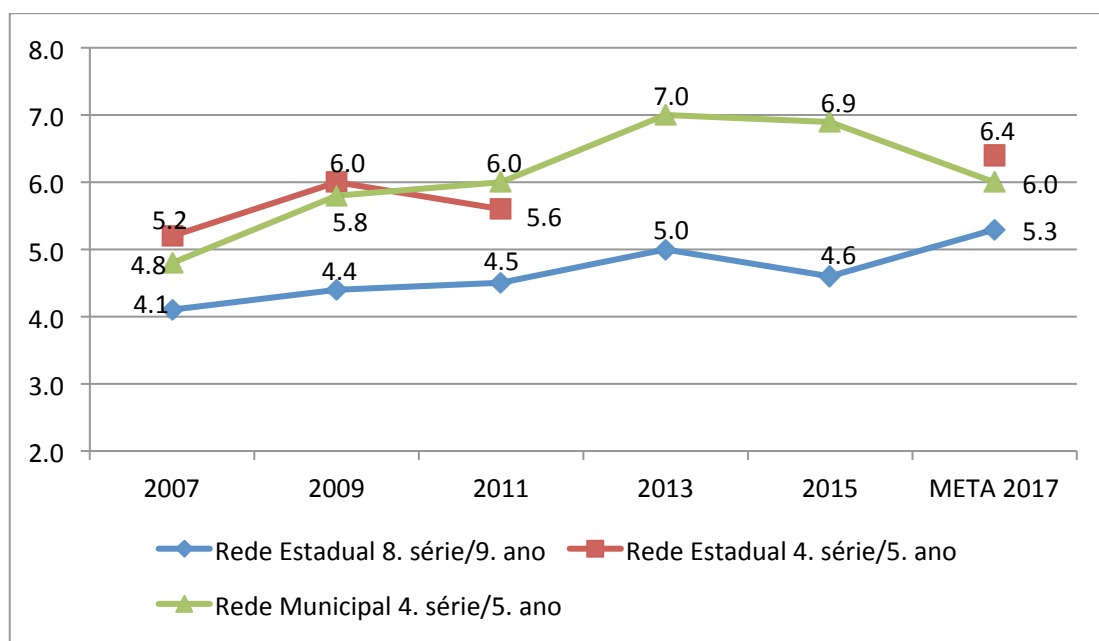
Fonte: INEP, 2013 – Secretaria Municipal de Educação, 2015

A ampliação das matrículas pode ser um dos elementos que contribuiu para o crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no município. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de

desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação)<sup>1</sup>.

Como pode ser visto na Figura abaixo, entre 2007 e 2015 o município de Baldim mostrou evolução no IDEB, ainda que com queda no último ano citado, quando já havia superado a meta projetada as séries iniciais do ensino fundamental, ofertadas pela Rede Municipal, mas continuava abaixo do proposto para as séries finais, de responsabilidade da Rede Estadual.

**Figura 17 : Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Baldim, 2007/2017**



**FONTE: INEP, 2016.**

Por outro lado, as fragilidades em relação à educação no município refletem diretamente em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

<sup>1</sup> O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território<sup>2</sup> - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no quadro abaixo.

**Quadro 2 : Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores**

<b>DIMENSÕES / EIXOS</b>	<b>PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES</b>
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

A Figura a seguir traz a evolução do IDHM do município para o período de 1991 a 2000. O que se percebe é que, apesar de abaixo da média estadual, o município tem conseguido êxito em aumentar o seu IDHM resultado da melhoria de alguns indicadores mostrados anteriormente. O maior avanço

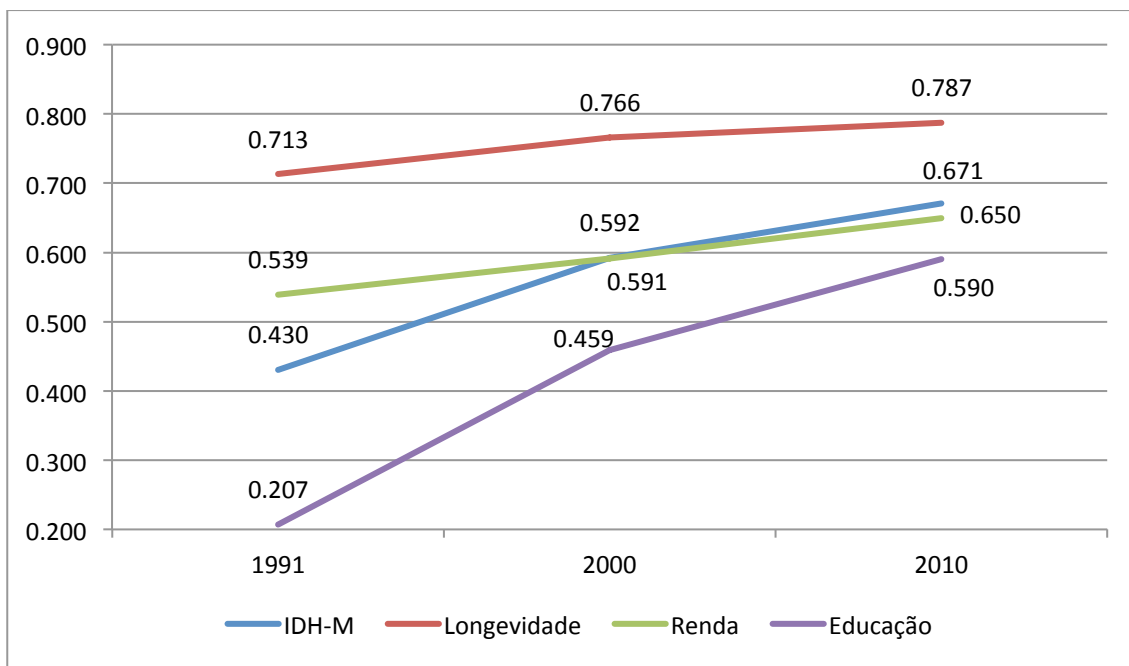
---

<sup>2</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.



relativo foi obtido justamente na dimensão educação, que, entretanto, ainda é a pior no município, classificada como de baixo desenvolvimento humano.

**Figura 18 : Evolução do IDHM – Baldim, 1991/2010**

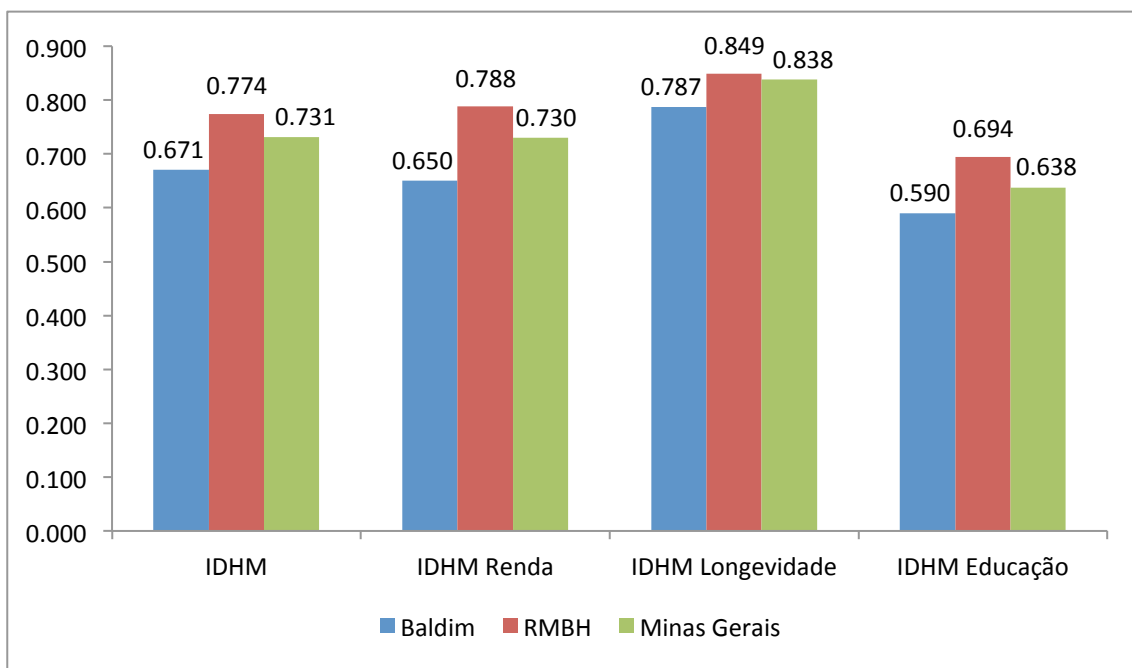


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

É possível afirmar que o município, ainda hoje, apresenta Médio grau de desenvolvimento humano, abaixo da média de Minas Gerais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Brasil. A próxima Figura deixa antever que, mesmo com o crescimento dos índices sociais no município, todos os indicadores apresentam-se abaixo da média estadual e metropolitana.

Baldim ocupa hoje a 2642ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 420ª entre os 853 municípios mineiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA).

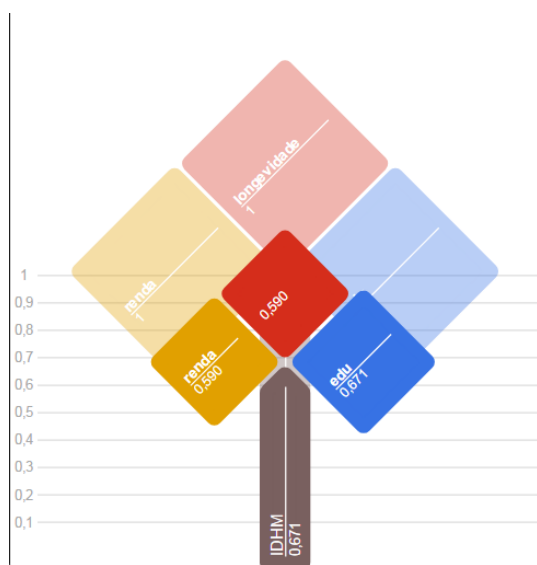
Figura 19 : IDHM, segundo dimensões – Baldim, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A árvore do IDHM (Figura abaixo) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal.

Figura 20 : Árvore do IDHM – Baldim, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

### **3.3 Vulnerabilidade social**

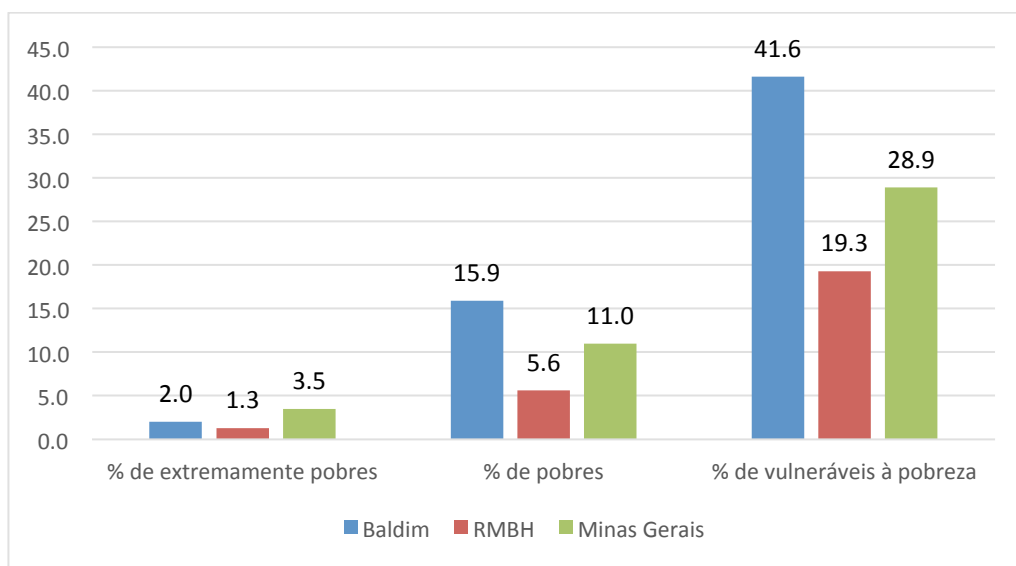
Após conhecer o contexto municipal e analisar sua conjuntura do ponto de vista dos indicadores demográficos, sociais e de Desenvolvimento Humano, traz-se então um olhar sobre a vulnerabilidade social em Baldim. Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias no município diz respeito aos rendimentos e à pobreza<sup>3</sup>.

A Figura a seguir traz informações sobre o percentual de moradores do município que podem ser considerados extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza, em comparação com Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como se vê, apesar de ter menor percentual de pessoas extremamente pobres, se comparado à média mineira, a situação de Baldim é menos favorável que a média metropolitana e mesmo que a média estadual em todos os outros quesitos, chegando a 2010 com quase 42% de sua população vulnerável à pobreza.

---

<sup>3</sup> De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

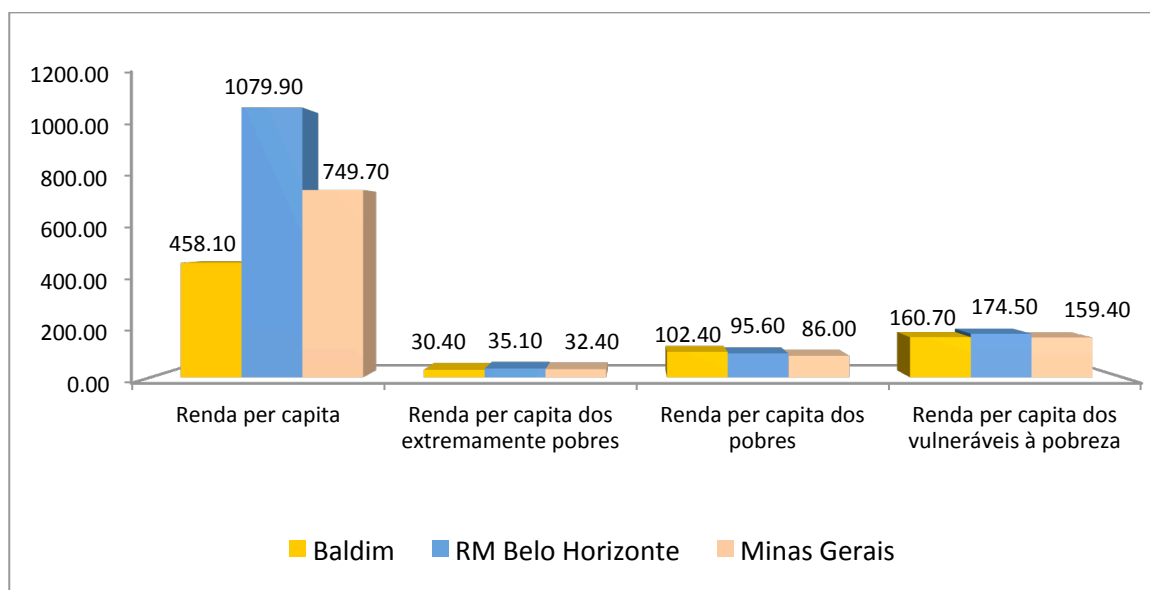
**Figura 21 : População segundo situação de pobreza (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Como se apresenta na próxima Figura, a renda domiciliar per capita média em Baldim era menor em 2010 que a apurada na média estadual e menos da metade daquela registrada na média metropolitana. A renda per capita dos extremamente pobres era de R\$ 30,40 no município enquanto a dos pobres era de R\$ 102,40 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 160,70 per capita.

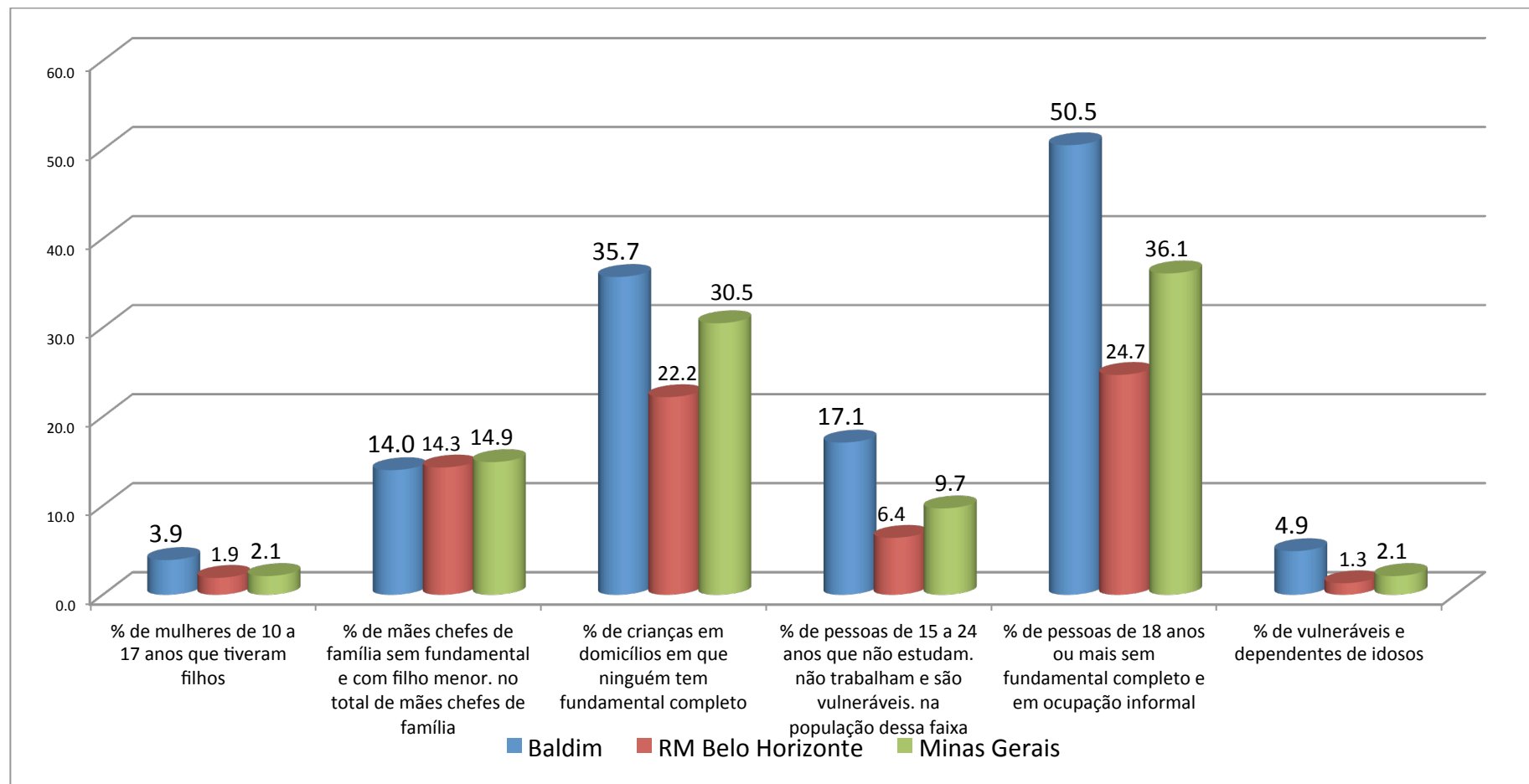
**Figura 22 : Renda per capita domiciliar média (em R\$) – Baldim, 2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Outras características importantes, para além da renda, devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias. A Figura a seguir apresenta um compilado de outras vulnerabilidades associadas registradas no município. Dentre estas, se destacam o percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (50,5%) e o de crianças residindo em domicílios onde ninguém tem o ensino fundamental completo (35,7%).

**Figura 23 : Vulnerabilidades associadas (%) – Baldim, 2010**



**FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.**

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo deste levantamento de dados, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador<sup>4</sup>. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro a seguir traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

**Quadro 3 : Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes**

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
<b>Infraestrutura Urbana</b>	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda
<b>Capital Humano</b>	Mortalidade infantil Crianças e jovens fora da escola

---

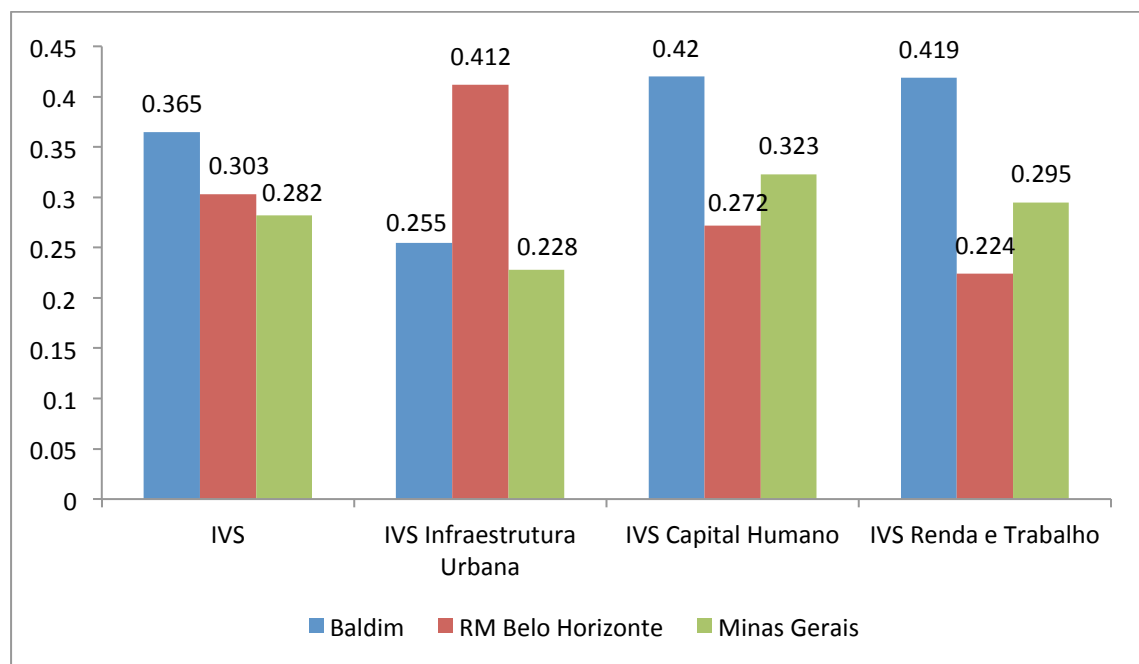
<sup>4</sup> Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

	Mães precoces
	Mães chefes de família com baixa escolaridade
	Baixa escolaridade entre os adultos
	Presença de jovens que não trabalham e não estudam
<b>Renda e Trabalho</b>	Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo
	Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil

**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

A Figura que se segue apresenta o comparativo do IVS de Baldim com as médias da Região Metropolitana de BH e de Minas Gerais. Como se vê, o município é mais vulnerável em todas as dimensões, exceto na infraestrutura urbana, onde mostra menor vulnerabilidade que a RMBH, mas ainda pior situação que Minas Gerais.

**Figura 24 : Comparativo IVS, segundo dimensões – Baldim, 2010**



**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**



A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das “condições de vida no meio social”.






No caso de Baldim, segundo o IPEA, que apresenta médio IDHM e médio IVS, chega-se a um patamar de Prosperidade Social Média, conforme indicativo de cálculo a seguir:

$$\begin{array}{ccc}
 \text{IDHM} & & \text{IVS} & & \text{Prosperidade Social} \\
 \boxed{0.671} & \times & \boxed{0.365} & = & \boxed{\text{Média}}
 \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura abaixo que em 2010 havia um total de 918 municípios na faixa média da Prosperidade Social, onde também se enquadra Baldim.

**Figura 25 : Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010**

		IDHM		
		<i>Baixo/muito baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto/muito alto</i>
IVS	<i>Baixo/muito baixo</i>	0	641	1685
	<i>Médio</i>	97	918	243
	<i>Alto/muito alto</i>	1302	674	5

Prosperidade Social	2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
 Muito alta	103	2	1685	30
 Alta	509	9	884	16
 Média	835	15	923	17
 Baixa	703	13	771	14
 Muito baixa	3415	61	1302	23

Fonte: IPEA, Atlas da vulnerabilidade social.

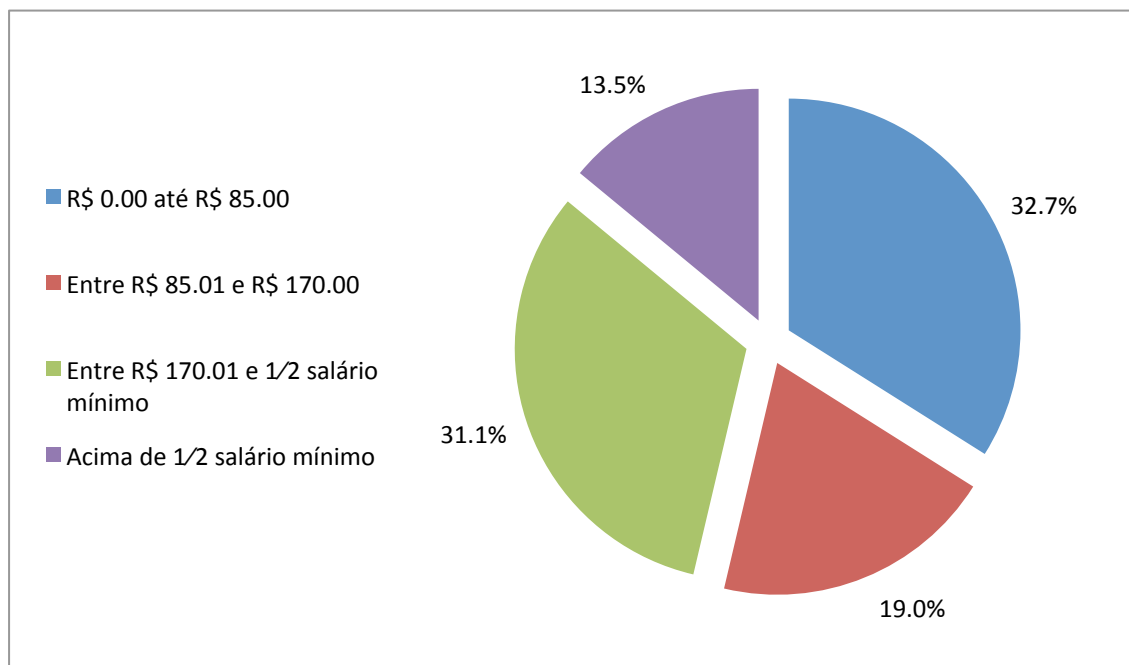
### 3.4 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Baldim, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

Segundo informações do MDS, havia 1.217 famílias do município inscritas no CadÚnico no mês de fevereiro de 2017, totalizando 4.255 pessoas cadastradas. A Figura abaixo mostra o percentual de famílias cadastradas segundo renda per capita mensal. Como se vê, predominam aquelas entre R\$ 0,00 e R\$85,00, famílias consideradas em extrema pobreza, mas em proporção muito similar às aquelas entre R\$ 170 e 1/2 salário mínimo.

**Figura 26 : Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Baldim, 2017**



**FONTE: CECAD MDS, 2017.**

De acordo com os dados para fevereiro de 2017, há em Baldim 616 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 19,8% da população total do município. A cobertura do programa é de 61,6% em relação à estimativa de pobreza do município. O relatório do MDSA aponta que:

O município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastra dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. (MDSA, 2017, p. 1)

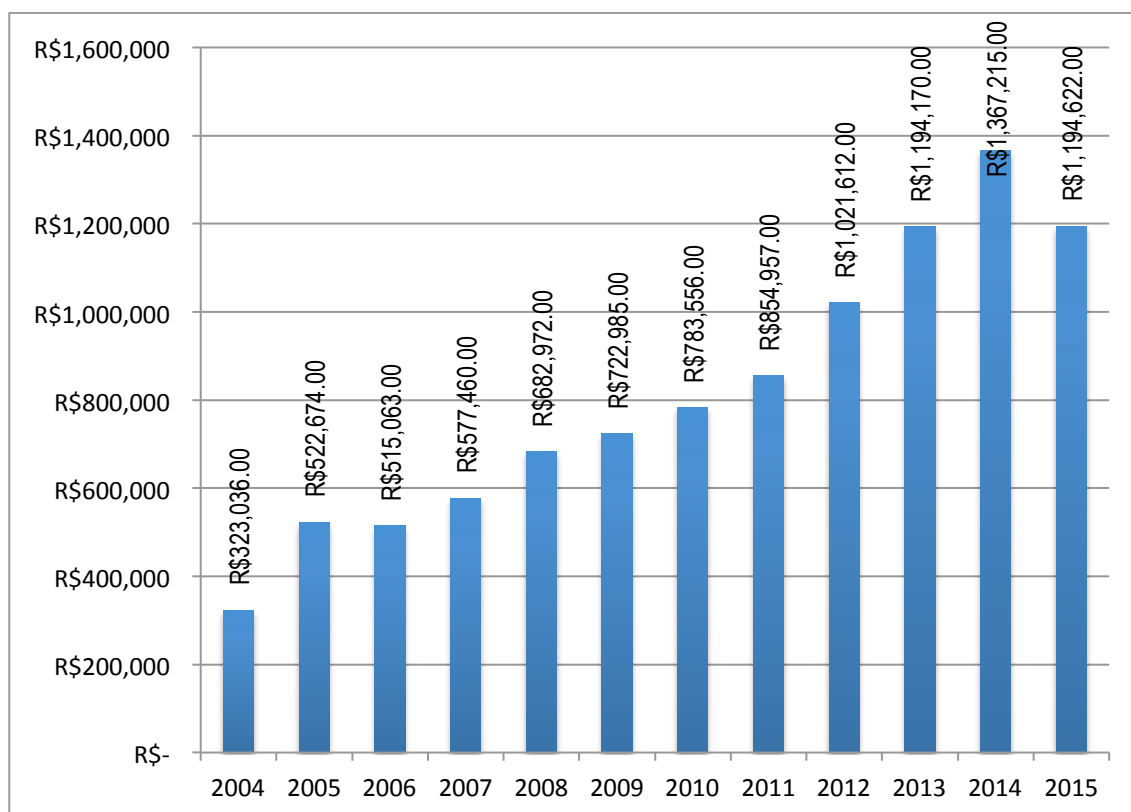
O valor repassado no mês ficou na casa dos R\$ 104.196,00, com um acumulado anual de R\$ 1.231.889,00. O valor médio do benefício por família é de R\$ 169,15. O Quadro abaixo traz a quantidade de benefícios, por tipo, ao passo que a Figura subsequente mostra a evolução dos valores repassados entre 2004 e 2015.

**Quadro 4 : Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo**

TIPO DE BENEFÍCIO	ABS.
Benefício básico	432
Benefícios variáveis	987
Benefício Variável Jovem – BVJ	110
Benefício Variável Nutriz – BVN	5
Benefício Variável Gestante – BVG	4
Benefício de Superação da extrema pobreza - BSP	230

FONTE: CECAD MDS, 2017.

**Figura 27 : Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família (em R\$) – Baldim, 2004 / 2015**



FONTE: CECAD MDS, 2016.

Os valores mais atualizados (repasses mensais) estão expressos no Quadro a seguir, chegando a fevereiro de 2017 com R\$ 45.924,00 transferidos às famílias do Programa, com benefício médio de R\$ 140,87 por família.

**Quadro 5 : Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Baldim, março 2016 / fevereiro 2017**

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	616	R\$ 104.196,00
janeiro de 2017	614	R\$ 102.957,00
dezembro de 2016	634	R\$ 106.204,00
novembro de 2016	649	R\$ 111.350,00
outubro de 2016	656	R\$ 112.357,00
setembro de 2016	640	R\$ 108.898,00
agosto de 2016	634	R\$ 110.285,00
julho de 2016	637	R\$ 110.169,00
junho de 2016	592	R\$ 91.376,00
maio de 2016	595	R\$ 91.063,00
abril de 2016	603	R\$ 92.041,00
março de 2016	597	R\$ 90.993,00

Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017

Por fim, vale destacar que Baldim tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do PBF, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6

a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme constante no Relatório do Programa Bolsa Família, em Baldim 768 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 710. Portanto, 92,4% das crianças e jovens de 6 a 17 anos beneficiárias do Programa tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 92,6% de acompanhamento na educação, o que indica que o município possui um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Na área da Saúde, 504 famílias deveriam ser acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 420 famílias, o que corresponde a 83,3% da meta. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,3%.

### **1.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO**

Apresenta-se a seguir um panorama da organização social em Baldim, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social;

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas ao seu território.

Durante os trabalhos de campo realizados pela equipe Lumes no projeto do Macrozoneamento, foram identificadas poucas entidades em atuação no município, quais sejam: AMVAGER - Associação de Moradores de Vargem Grande; CONDEVIA - Ass. Vila Amanda; União das Associações dos Moradores São Vicente de Baldim; e Associação do Desenvolvimento Comunitário de Copacabana - Asdecop. O município conta ainda com um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Lar da Boa Esperança de São Vicente de Paulo.

Além destas, realçam as organizações de cunho cultural, que serão tratadas em capítulo específico, tais como a ACOSVP - Associação Coral São Vicente de Paulo, a Fanfarra, a escola de capoeira e a Corporação Musical Santa Cecília.

O Quadro abaixo, por sua vez, apresenta os Conselhos de Políticas públicas previstos em Baldim, e suas respectivas legislações de criação (a maior parte criada dentro da Lei do Plano Diretor). Vale destacar, entretanto, que a grande maioria não foi ainda efetivamente instituída e/ou empossada.

**Quadro 6 : Conselhos de políticas públicas - Baldim**

CONSELHO	TEMA CENTRAL	LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ	LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI
Conselho Municipal da Cidade – CONCIDADE	Planejamento Urbano	Lei n 1.082/2012 - Plano Diretor	Lei n 1.082/2012 - Plano Diretor
Conselho de Habitação	Habitação	Lei n 1.082/2012 - Plano Diretor	
Conselho de Transporte	Transporte	Lei n 1.082/2012 - Plano Diretor	
Conselho Municipal de Saúde	Saúde	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Educação	Educação	Lei Complementar n 966/2010	

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Educação	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Cultura	Cultura	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Patrimônio Histórico	Cultura	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência Social	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Economia	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento	Administração	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Defesa Civil	Segurança Pública	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Segurança Pública	Segurança Pública	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Turismo	Cultura	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA	Meio Ambiente	Lei Complementar n 966/2010	
Conselho de Desenvolvimento do Sumidouro	Planejamento Urbano	- Associação	- Associação
Conselho de Desenvolvimento Vila Amanda	Planejamento Urbano	- Associação	- Associação
Conselho de Desenvolvimento de Mucambo	Planejamento Urbano	- Associação	- Associação
Conselho de Desenvolvimento de Vargem Grande	Planejamento Urbano	- Associação	- Associação



Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Vicente - CONDESV	Planejamento Urbano	- Associação	- Associação
--	---------------------	--------------	--------------

**FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo, equipe UFMG, 2017.**

Na próxima etapa do trabalho serão atualizados tais dados em campo e levantadas novas informações atualizadas, com o apoio dos membros do Grupo de Acompanhamento de Baldim.

## **4 CULTURA E PATRIMÔNIO**

### **4.1 Patrimônio Cultural**

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos Municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

#### **4.1.1 Bens Protegidos**

No que tange os bens protegidos no município de Baldim, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;

- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em um dado atualizado dos bens protegidos.

**Quadro 7: Bens Protegidos do município de Baldim, 2017**

MUNICÍPIO	N DECRETO DE TOMBAMENTO OU REGISTRO	DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU EDIFICADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA
Baldim	-	Corporação Musical Santa Cecília ( Forma de expressão)	Municipal	BI
Baldim	-	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	Federal	RI

**Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017**

#### 4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL:
- Educação patrimonial:

- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Baldim em três exercícios, a saber:

**Quadro 8: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural**

Município	ICMS Exercício 2017	ICMS Exercício 2015	ICMS Exercício 2013
Baldim	7,60	0,70	6,10

**Fonte: IEPHA/MG - 2017**

O aumento significativo da pontuação se refletirá também nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. Em 2015 observa-se uma diminuição substancial na pontuação do município de Baldim, que pode ser causada pela ineficiência institucional ou mesmo por uma diminuição do repasse pelo Estado de Minas Gerais.

#### **4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse**

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Baldim obteve os seguintes repasses:

**Quadro 9: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
847,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	847,14

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012, o município de Baldim obteve um aumento nos valores de repasse conforme a tabela a seguir:

**Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
2.826,27	2.646,05	2.731,53	2.724,98	2.828,52	2.859,51	3.007,67	2.909,01	3.026,82	3.054,14	3.028,62	3.386,18	35.029,30

Fonte: FJP/CEPP 2012

Já em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, ouve um salto considerável no repasse de verbas ao município de Baldim em relação à 2012.

**Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
11.200,01	10.518,78	11.689,86	11.725,36	12.016,80	11.721,06	11.902,88	12.187,12	12.327,43	12.300,04	12.625,16	12.879,75	143.094,25

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria para um avanço em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

#### **4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais**

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local, pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Baldim apresentou o inventário ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível, no entanto, acessá-lo virtualmente.

#### **4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural**

O dado existe através das seguintes legislações:

- Lei nº 372/89 que estabeleceu a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Baldim, atendendo ao disposto no art. 180 da constituição federal que autoriza o poder executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Baldim.
- Lei nº 810/2006 que estabelece normas de Proteção do Patrimônio Cultural do município de Baldim.

As legislações são importantes do ponto de vista normativo para a proteção do Patrimônio Cultural mas não estabelece a proteção de nenhum bem em especial acrescenta conteúdo ao processo de revisão do Plano Diretor local pois revela informações mais abrangentes sobre as normas e bens protegidos do patrimônio Cultural.

#### **4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural**

O município de Baldim possui o Fundo, porém, não foi identificada a Lei de sua criação junto à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal. Os documentos enviados ao IEPHA/MG para a pontuação do Município no ICMS Patrimônio Cultural (Lista – documentos recebidos pelo IEPHA/MG - Exercício 2017) acusam a constituição do Fundo.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

#### **4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor**

O dado não existe na Lei nº 1.082/2012 que instituiu o Plano Diretor do Município de Baldim. O dado seria importante pois identifica áreas especiais com condições especiais e passíveis de aplicação de normas específicas de uso e ocupação do solo, parâmetros urbanísticos especiais, dentre outros instrumentos possíveis de Proteção ao Patrimônio Cultural.

## **4.2 Política cultural e diversidade**

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Baldim tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de

revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Baldim.

#### **4.2.1 Institucionalidade e política cultural**

O município de Baldim não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade assumida pela Diretoria de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura. É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>5</sup>, da

---

<sup>5</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A



Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura<sup>6</sup>, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Baldim aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.007578/2016-12, assinado em 30/03/2016. Entretanto, em âmbito municipal o Sistema Municipal de Cultura ainda não foi implantado e tampouco foi elaborado seu Plano Municipal de Cultura.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014<sup>7</sup>, realizada pelo IBGE, as principais

---

responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

<sup>6</sup> Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

<sup>7</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de

ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Baldim são: promoção e fomento a iniciativas voltadas para mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos e membros das culturas populares; desenvolvimento de programa ou ação para promover o livro, a leitura e/ou a literatura e fomentar a criação, produção, circulação e difusão literária; formação de agentes de leitura; desenvolvimento de ação de promoção do turismo cultural, principalmente através da divulgação de atrações e manutenção de um calendário de eventos; promoção de cursos de capacitação livre ou profissionalizante em atividades de música, manifestações populares, patrimônio e conservação; apoio financeiro para realização de Seminários/Congresso/Palestra, apresentação musical, eventos, festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares. Segundo apurado, tais ações são realizadas basicamente com recursos obtidos em parceria com o Governo Estadual.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, o município conta com dois conselhos: Conselho Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, ambos criados pela Lei Complementar n 966/2010, mas, ao que tudo indica, não implementados.

Em 2013 o município participou da 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura em Sete Lagoas, juntamente com representantes de Araçá, Caetanópolis, Cordisburgo, Jequitibá, Paraopeba, Santana de Pirapama e Sete Lagoas. O município também já participou de conferências estaduais e nacionais de cultura (segundo dados do Ministério da Cultura, Baldim enviou representantes apenas a segunda e a terceira Conferências Nacionais de Cultura).

---

existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

A estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Nesse sentido, vê-se que a cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais. O único espaço cultural do município cadastrado na plataforma do Sistema Nacional de Cultura (ver <http://mapas.cultura.gov.br>) é a Biblioteca Pública Municipal Benjamim de Souza Alvim, situada na Praça Sagrada Família, s/n, Vargem Grande.

Praticamente todos os eventos que acontecem na cidade são realizados na Praça Central, devido à falta de equipamentos para suprir a demanda da comunidade.

Alguns dos bens inventariados como patrimônio cultural de Baldim também se constituem como locais importantes para as práticas culturais da comunidade, realçando a Igreja de São Bernardo, localizada na Praça Emílio de Vasconcelos Costa no Centro; a Capela de Santo Antônio, localizada na Rua Santo Antônio no Centro; e a Praça Emílio de Vasconcelos no Centro, inventariada como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do município.

#### **4.2.2 Diversidade cultural**

As informações disponíveis para Baldim na MUNIC 2014 apontam a presença no município de grupos culturais e artistas nas áreas das culturas populares, dança, música - incluindo coral e banda -, capoeira, blocos carnavalescos e artesanato.

Durante a pesquisa de campo realizada pela equipe LUMEs no projeto Macrozoneamento (2015) foram apurados as seguintes manifestações em Baldim: na área da música, o Coral São Vicente de Paula e a Corporação Santa Cecília, além da Fanfarra Municipal, da Banda Áurea e dos cantores João Paulo e João Pedro e Sara Marques. Na área da dança a escola de capoeira. Nas artes plásticas os artistas Luciano Rosa (desenho), Glória (pintura) e Ezinho (escultura em madeira e pintor). Por fim, na área do Folclore e religiosidade foram citados os grupos de Congado e de Candombe.

A cidade também se destaca na produção de doces, especialmente o doce de leite, sendo conhecida como a Cidade do Doce. Destaques também para a produção de queijo e requeijão.

O inventário do município aponta como bens imateriais de Baldim:

- Festa de São Bernardo, inventariada como patrimônio imaterial – celebrações.
- Produção de doce caseiro como patrimônio imaterial – ofício e modo de fazer.
- Congado São Bernardo de Nossa Senhora do Rosário.
- Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário.
- Folia Velha.
- Companhia São Francisco de Assis (Folia de Reis Nascente).
- Caravana de Reis de São Vicente.
- Folia de Reis de Mucambo.
- Caravana do Divino Espírito Santo (Mucambo).
- Folia de Santos Reis Sagrada Família (Vargem Grande).
- Guarda Catopê Nossa Senhora do Rosário Estrela Guia.
- As Pastorinhas de Mucambo.
- Corporação Musical Santa Cecília, tombado como forma de expressão;
- Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira.

Destaca-se ainda a importância da feira de Artesanato e Agricultura Familiar, a Festa Nacional do Doce e o Encontro de Bandas, que ocorrem periodicamente no município.

## **5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

No que concerne ao Meio Ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. A primeira apresenta os dados adquiridos para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

## **5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais**

Segundo a estrutura da Lei Orgânica Municipal (promulgada originalmente em 21 de março de 1990 e modificada pela lei 966/2009), a gestão ambiental do município de Baldim é realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA), previsto na lei orgânica municipal.

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações adquiridas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

### **5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.**

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UCs, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente 23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas

consideradas de proteção integral que correspondem a 7,09% da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

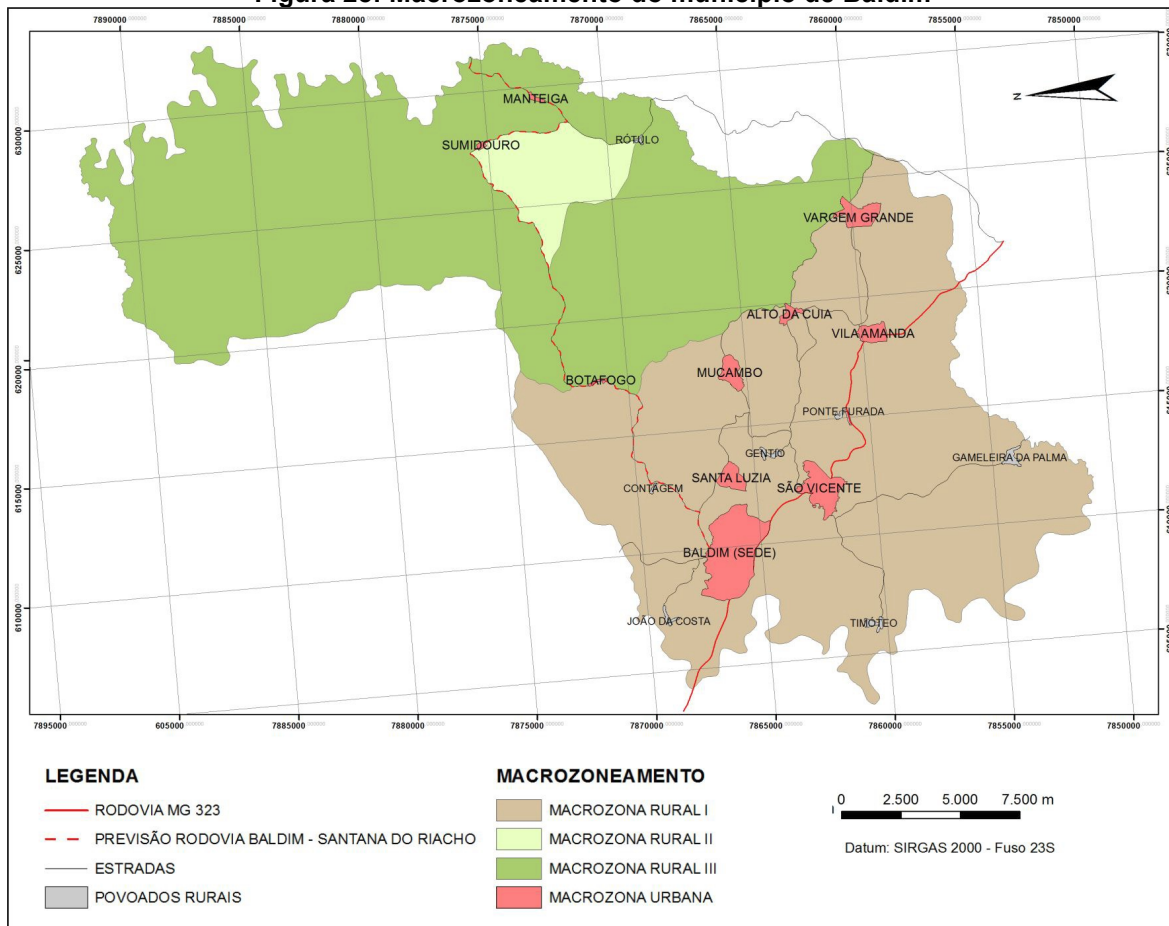
O município de Baldim não possui, em toda a sua dimensão territorial nenhuma UC, em nenhuma das tipologias de uso, cadastradas no SNUC. Não foram localizados também registros de Reservas Particulares de Patrimônio Ambiental (RPPN).

Contudo, o plano diretor do município de Baldim apresenta dois zoneamentos (Macrozona Rural II e Macrozona Rural III) que são considerados de proteção ambiental e são definidos como:

- Macrozona Rural II: Área localizada na bacia hidrográfica do Rio Cipó destinada ao uso rural e à acomodação de equipamentos de suporte a atividades turísticas, tais como restaurantes, caixa eletrônico, comércio em geral, farmácia, hotéis-fazendas e pousadas;
- Macrozona Rural III: Área predominantemente localizada na bacia hidrográfica do Rio Cipó destinada ao uso rural cuja função principal é a preservação e recuperação ambiental;

Esses dois zoneamentos correspondem a uma área bastante elevada do município, como apresentado pela figura abaixo.

**Figura 28: Macrozoneamento do município de Baldim**



**Fonte: Plano Diretor do município de Baldim**

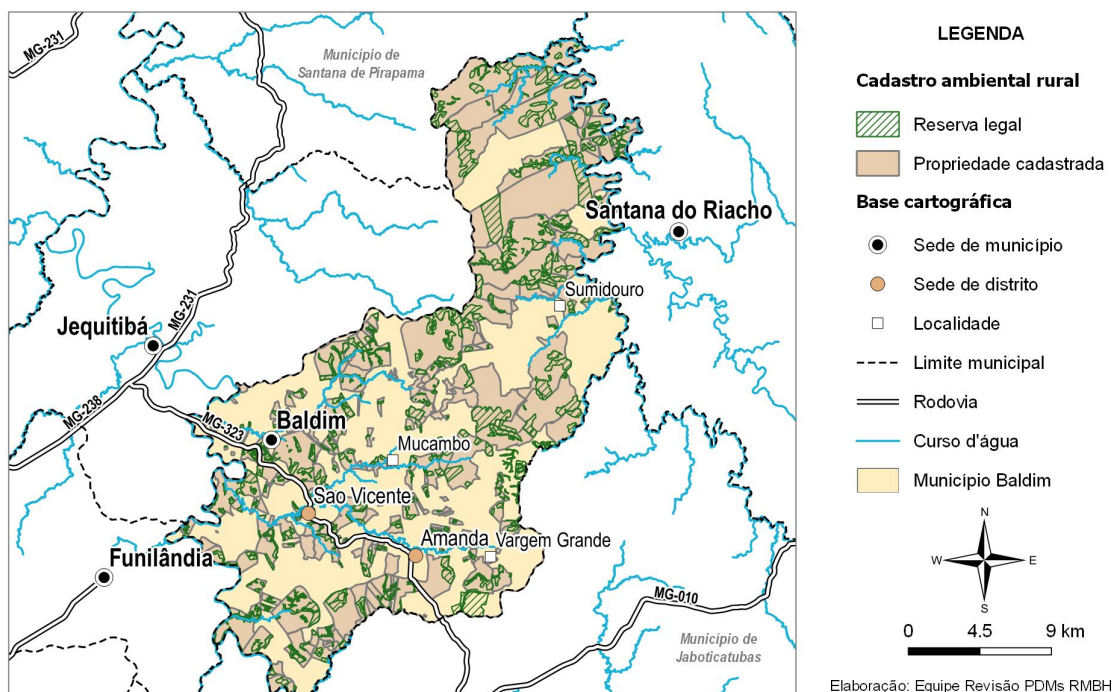
O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Baldim possui 266 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é



equivalente a 30.392 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 56.214 hectares, 54,06% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 6.418 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental, como apresentado pela figura abaixo (CAR, 2017).

**Figura 29: Reservas legais cadastradas no CAR**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do

bioma de mata seca<sup>8</sup>. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir a estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

O município de Baldim não teve nenhum repasse referente ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Isso é devido à ausência de Unidades de Conservação no município e às ações de saneamento ainda deficientes. O não recebimento dos valores contribui também para a diminuição de importantes recursos para a gestão ambiental municipal. A regulamentação e implantação de áreas de proteção, pode ser importante para a melhoria do repasse de recursos pelo ICMS ecológico para o município.

## **5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos**

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Baldim está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a

---

<sup>8</sup> O bioma de mata seca em minas gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 20, de 24 de junho de 1997.

O município de Baldim tem uma expressiva parte de seu território inserido dentro da bacia do Rio Paraúna, que é um dos principais cursos d'águas afluentes do Rio das Velhas. O Rio Cipó é o principal curso d'água afluente do Rio Paraúna no território de Baldim e, dessa forma, considerando o disposto na DN COPAM nº 20, o Rio Cipó, no território de Baldim, é enquadrado como um curso d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes. Importante destacar que o Rio Cipó é também um curso d'água considerado de “proteção permanente” pela lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que confere ainda outras especificidades de usos em sua bacia.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Baldim.

**Quadro 12: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Baldim**

REF.	EMPRESA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
2	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
3	CONCEITO INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial. Consumo humano.
4	AGRO PASTORIL DOS POÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.

5	AGRO PASTORIL DOS POÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de dessedentação de animais.
6	NELSON BERNARDINO DE SOUZA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e dessedentação de animais.
7	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
8	WILLIAN FELIX MOREIRA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
9	AGRO PASTORIL DOS POÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
10	FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA STARLING	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de dessedentação de animais.
11	CÉLIO DOS REIS MARIA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade informada.
12	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de abastecimento público.
13	SEBASTIÃO CABRAL FILHO	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano. Dessedentação de animais.
14	JOSÉ ANTONINO DOS REIS JÚNIOR	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de dessedentação de animais.

Fonte: PDRH do Rio das Velhas

### 5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um

importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA não foram localizados conflitos mapeados ambientais para o município de Baldim.

#### **5.4 Informações sobre o Saneamento Básico**

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de esgoto, de água e de resíduos sólidos são prestados, respectivamente, pela Prefeitura Municipal de Baldim - PMB; Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA (SNIS, 2017)

O abastecimento de água do município de Baldim é realizado pela COPASA. Aproximadamente 85,9% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 2411 ligações de água, sendo que o consumo médio *per capita* de água é estimado em 140,1 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento

de água para atendimento da população de Baldim produz aproximadamente 466,57(1000m<sup>3</sup>/ano), dos quais 466,57 recebem tratamento para a distribuição (SNIS, 2017). O Plano Municipal de Saneamento Básico de Baldim, por sua vez, estabelece que o abastecimento de água é desenvolvido por diferentes instituições, a variar da localização.

Os sistemas produtores de Baldim são classificados como isolados. Foram identificados treze sistemas coletivos produtores de água em Baldim: dois gerenciados pela COPASA, sete sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, um gerido pela Associação de Desenvolvimento Comunitário do Alto Da Cuia (ASDECAC) e três operados pela Associação dos Moradores de Vargem Grande e Região (AMVAGER). (COBRAPE, 2014, p23).

Os serviços de esgotamento sanitário do município de Baldim é realizado pela prefeitura municipal e atende 5175 pessoas. São 2286 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 32,6 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 304,01(1000m<sup>3</sup>/ano). Dos esgotos coletados, 100% são destinados diretamente aos cursos d'água, sem nenhuma forma de tratamento (SNIS, 2017).

O PMSB de Baldim, todavia, informa que a coleta de esgotos é deficitária e que o sistema

atende apenas com serviços de coleta 98% da população da Sede, assim como os distritos de São Vicente (90%) e Vila Amanda (80%). Segundo informações de representantes da Prefeitura, as redes são antigas e defasadas, portanto não suportam a vazão atual e, por consequência, estão sujeitas a frequentes rompimentos. A população não atendida por rede coletora faz uso de soluções individuais de esgotamento sanitário, predominando fossas rudimentares. Ressalta-se que não há nenhuma estação de tratamento de esgotos em operação (COBRAPE, 2014, p31).

No município de Baldim a coleta dos resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atende, em áreas urbanas, 5168 pessoas, considerando-se o distrito-sede e as diferentes localidades. São 582

toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO e os resíduos sólidos públicos (RPU) sendo que 0% da população é atendida diariamente pela coleta, 45% é atendida duas a três vezes por semana 55% e atendida uma vez por semana (SNIS, 2017).

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a um lixão municipal, sem controle ambiental regular.

O local de disposição final de resíduos sólidos do município de Baldim é classificado como lixão, pois apesar dos esforços em torná-lo aterro controlado, ainda há entrada e permanência de pessoas para fins de catação de materiais recicláveis, há ocorrência de queima de resíduos e o mesmo não atende a frequência mínima para recobrimento de resíduos estabelecida na DN COPAM 118/2008, que é de pelo menos duas vezes por semana para municípios com população entre 5.000 e 10.000 habitantes. (COBRAPE, 2014, p 39).

No município de Baldim, existe coleta seletiva de resíduos sólidos, sendo que ao todo são recolhidas e processadas 113 toneladas por ano de resíduos.

Em atendimento à lei 11.445/2007, o município de Baldim teve a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), executada em parceria com o Comitê da Bacia do Rio das Velhas. O PMSB destaca ser necessário diversos níveis de programas e projetos para a melhoria e a sustentabilidade econômica, ambiental e social das políticas de saneamento básico. Em especial, o plano estabelece um conjunto de programas que foram considerados emergenciais (a serem desenvolvidos em 2015 e 2016) para o município, são eles: Programa de Desenvolvimento Institucional; Programa de Abastecimento de Água; Programa de Esgotamento Sanitário; Programa de Resíduos Sólidos; Programa de Drenagem Urbana. O PMSB foi concluído em dezembro de 2014 e não foram localizadas informações sobre o andamento dos programas emergenciais, assim como não foi localizada a aprovação, enquanto lei, dos estudos do PMSB.

## **6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Baldim foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

### **6.1 Dinâmica Imobiliária**

#### **6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência**

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).<sup>9</sup>

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada

---

<sup>9</sup> A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.



novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Baldim, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Baldim desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

**Quadro 13: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Baldim**

Ano	Modalidade	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes	Uso	Status
2013	Diretrizes	848.600		Residencial	Diretriz emitida
2013	Diretrizes	900.000		Residencial	Não passível de anuência
2014	Diretrizes	114.000		Residencial	Diretriz emitida
2014	Diretrizes	151.546		Residencial	Diretriz emitida
2014	Diretrizes	390.000		Misto	Diretriz emitida
2015	Diretrizes	236.898		Residencial	Não passível de anuência
2015	Loteamento	114.000	141	Misto	Pendências
2015	Diretrizes	100.231		Residencial	Diretriz emitida

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

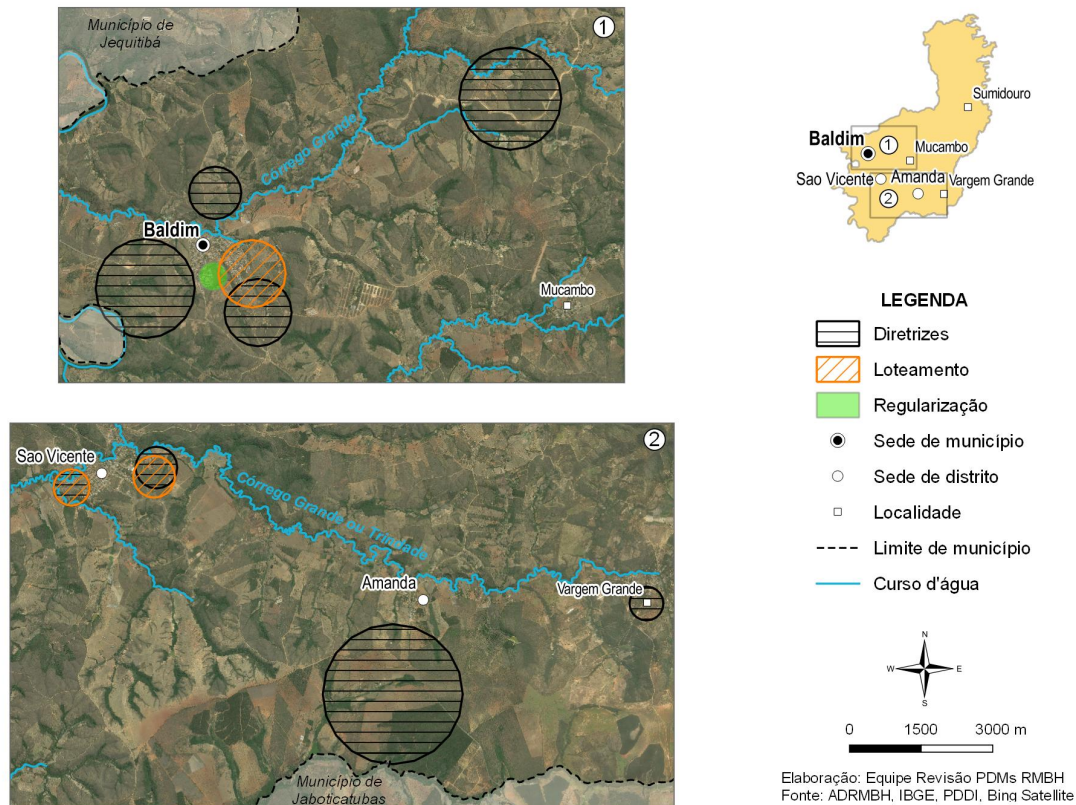
<b>2015</b>	Diretrizes	1.700.000		Residencial	Não passível de anuência
<b>2015</b>	Loteamento	390.000	537	Residencial	Pendências
<b>2015</b>	Loteamento	151.546	78	Residencial	Pendências
<b>2016</b>	Regularização	73.149		Residencial	Pendências

**Fonte: Agência RMBH, 2013-2017**

A partir da planilha acima destaca-se que no período analisado, um total de 8 diretrizes foram solicitadas à Agência RMBH no município de Baldim, das quais 5 foram emitidas. Nesse mesmo período 3 loteamentos e 1 processo de regularização foram submetidos para aprovação, sendo que todos seguem com pendências. Entre os processos analisados destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial, mas também a presença de parcelamentos de uso misto. Além de um número significativo de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal pouco significativa, mas impactante no município de Baldim.

A partir do mapa apresentado a seguir – que traz a localização básica desses parcelamentos com raio simples equivalente à área do empreendimento partindo de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

**Figura 30: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Baldim**



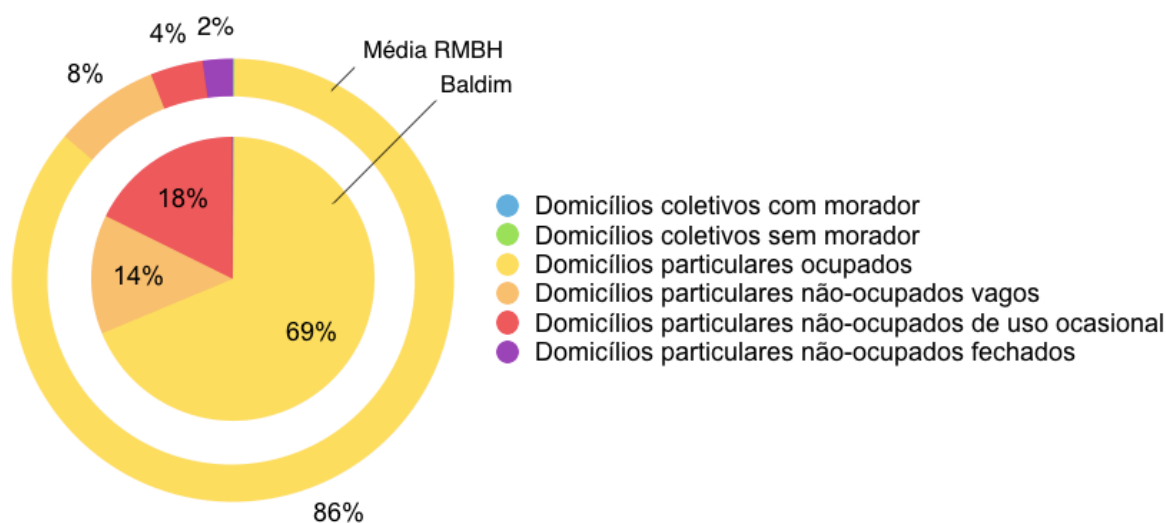
**Fonte: Agência RMBH, 2013-2017**

A partir do mapa acima nota-se que a demanda por parcelamentos no município de Baldim é bastante dispersa ainda que, de maneira geral, aconteça nas proximidades da mancha urbana consolidada da sede, distritos e localidades municipais. Os dados apontam, portanto, para a necessidade de uma definição mais precisa de vetores de crescimento preferenciais para que possam ser evitadas situações de vulnerabilidade social, degradação ambiental e precariedade das condições de deslocamento de pessoas e mercadorias no município.

### 6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar<sup>10</sup> é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

**Figura 31: Tipos e ocupação de domicílios, Baldim**



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Baldim apresenta um número elevado de domicílios não-ocupados vagos e de uso ocasional, compondo respectivamente 14% e 18% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é respectivamente de 8% e 4%.

<sup>10</sup> Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

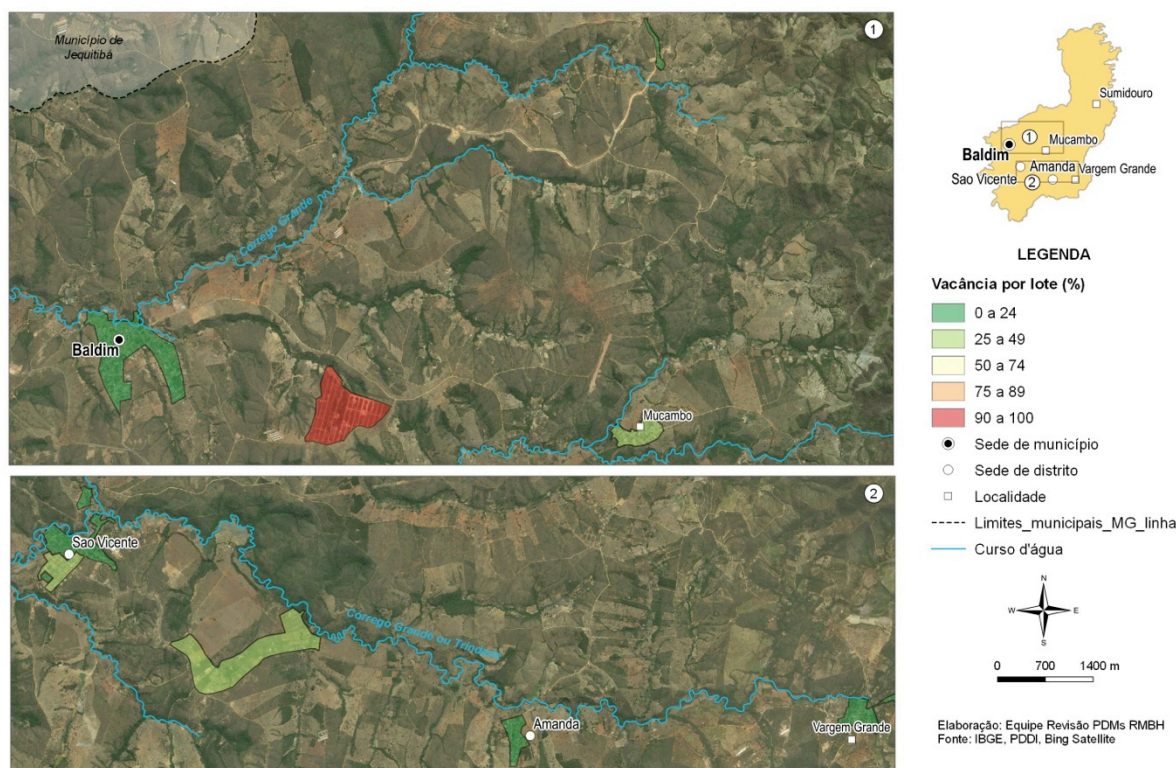
Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

### **6.1.3 Taxa de vacância fundiária**

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.



**Figura 32: Taxa de vacância fundiária, Baldim**



**Fonte: UFMG, 2011**

A partir do mapa, nota-se grande parte da mancha urbana parcelada do município com taxa de vacância entre 0 e 49%. A sede de Baldim, os distritos de Amanda e Vargem Grande e parte do distrito de São Vicente encontram-se nas faixas mais baixas desse percentual, entre 0-24%. Já a outra parte de São Vicente e o povoado de Mucambo têm uma taxa de vacância entre 25-49%. Nessa mesma taxa encontra-se uma área ao longo da MG-323 entre os distritos de São Vicente e Amanda. Tal área, entretanto, é pouco articulada ao tecido urbano existente.

Uma grande área entre a sede e o povoado de Mucambo tem a maior taxa de vacância no Município, entre 90-100%. Essa área além de pouco articulada ao tecido urbano parece, pela análise de imagens de satélite, carente em infraestrutura e serviços.

## **6.2 Zoneamento ecológico-econômico**

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Baldim, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Baldim.

### **6.2.1 Índice de Potencialidade Social**

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de

partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.<sup>11</sup>

Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Baldim pelo ZEE-MG foi "pouco favorável", especialmente devido ao seu resultado "pouco favorável" nos componentes institucional e humano, tal como especificado na tabela a seguir.

**Quadro 14: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Baldim**

Componentes Índice de Potencialidade Social	Resultados
Componente produtivo	Muito Favorável
Componente natural	Favorável
Componente institucional	Pouco Favorável
Componente humano	Pouco Favorável

<sup>11</sup> Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

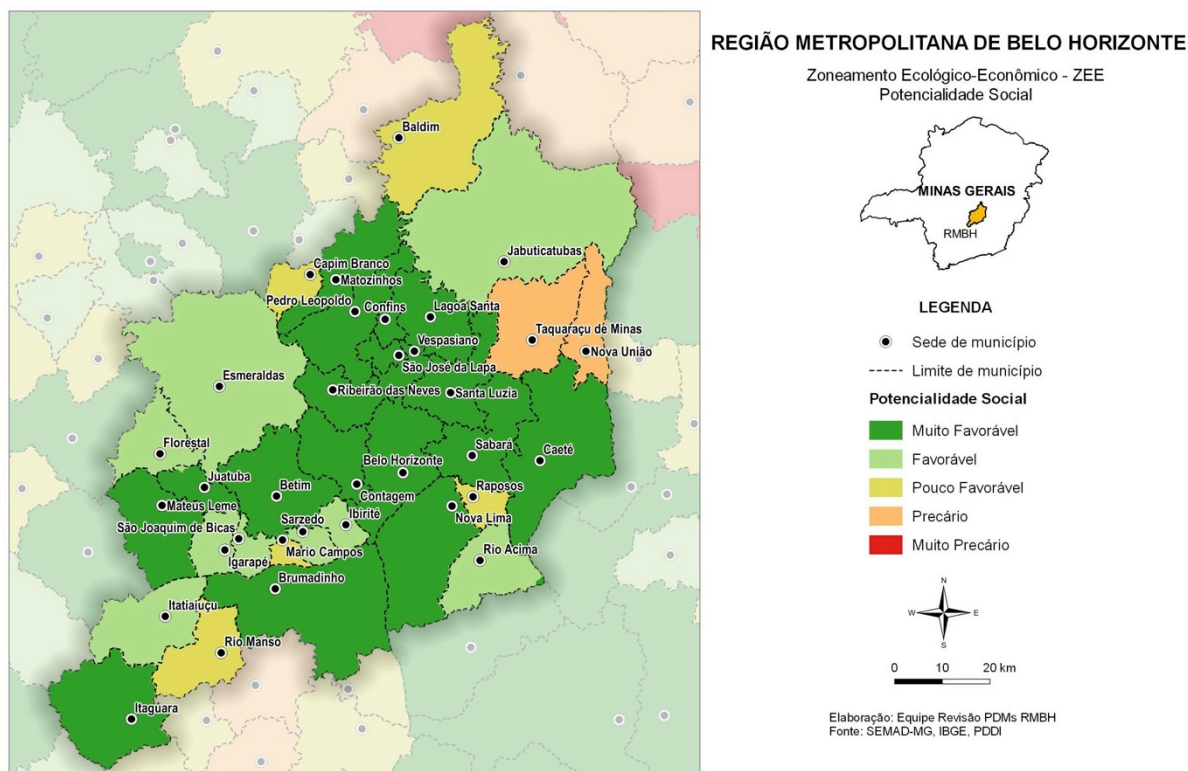


Resultado final	Pouco favorável
-----------------	-----------------

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa a seguir, esse resultado encontrado para o município de Baldim é um dos piores entre os municípios da RMBH. O que pode ser indicativo de uma especial fragilidade social no contexto do município.

**Figura 33: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH**



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

### **6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural**

No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Baldim.

**Figura 34: Carta de Vulnerabilidade Natural, Baldim**



nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala micro local.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais e leis específicas.

## **7.1 Quadro Habitacional**

### **7.1.1 Déficit habitacional**

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Baldim, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo<sup>12</sup>), ônus excessivo com aluguel urbano<sup>13</sup> e adensamento excessivo de domicílios alugados<sup>14</sup>.

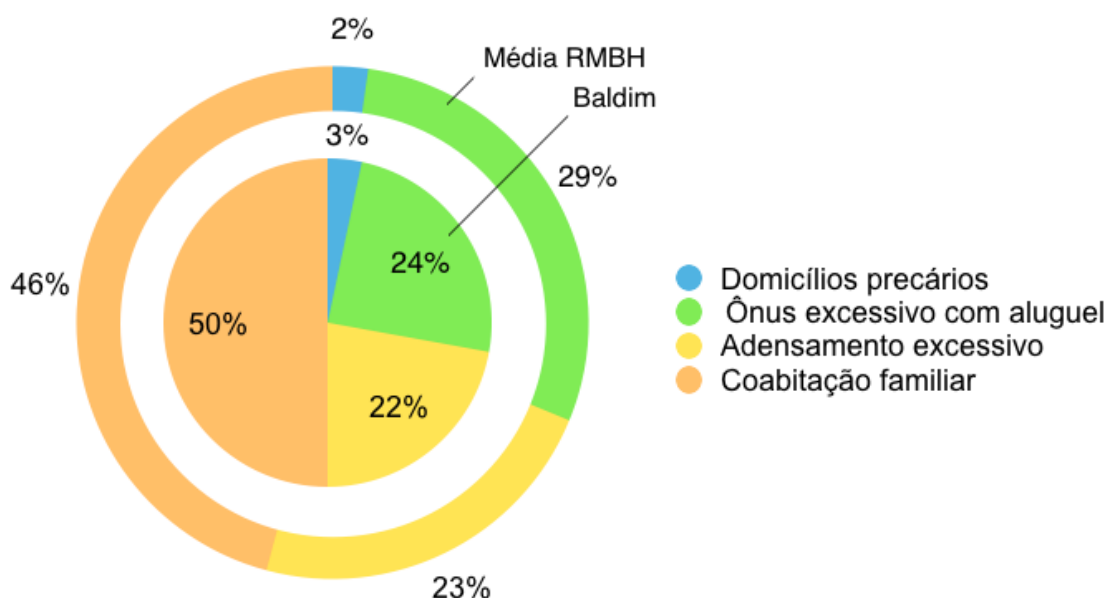
---

<sup>12</sup> A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

<sup>13</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que

Segundo análise da Fundação João Pinheiro o déficit de Baldim é de 298 unidades habitacionais, o que equivale à 8,03% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 10 domicílios são precários, 73 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 66 domicílios apresentam adensamento excessivo e 149 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

**Figura 35: Composição déficit habitacional, Baldim**



O principal problema em Baldim em relação ao déficit habitacional é, portanto, a coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Baldim é semelhante à média da RMBH.

---

despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

<sup>14</sup> Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

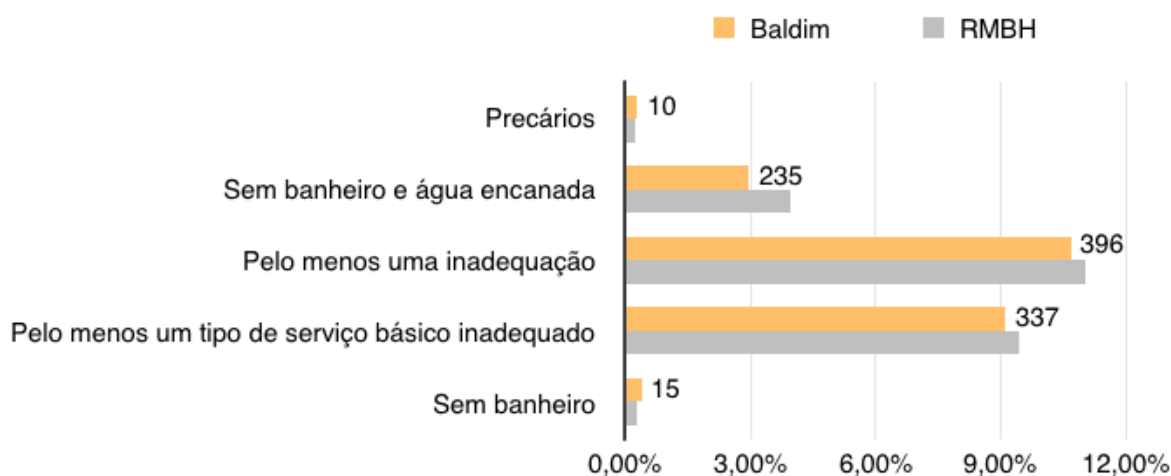
### **7.1.2 Domicílios precários**

Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;
- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Baldim.

**Figura 36: Domicílios precários, Baldim**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, os números encontrados para Baldim em relação à precariedade de domicílios assemelham-se à média metropolitana em que se tem baixos índices de domicílios considerados precários e de domicílios urbanos sem banheiro, associado a um índice mediano de domicílios sem banheiro e sem água encanada e índices mais elevados de domicílios que apresentam pelo menos uma inadequação ou serviço básico inadequado.

### 7.1.3 Aglomerados subnormais

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais<sup>15</sup> no município de Baldim – áreas que, ao longo do

---

<sup>15</sup> O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;



tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Sendo assim, destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Baldim.

## **7.2 Produção habitacional de interesse social**

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 SMs (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Com relação à faixa 01, de acordo com os dados disponibilizados em janeiro de 2017 pela Caixa Econômica Federal, agente operacional do PMCMV, não teria havido produção habitacional para esta faixa de renda no município de Baldim.

- 
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).



Sobre as faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias. Até então, nenhuma delas localizada no Município de Baldim.

### **7.3 Bem-estar urbano**

#### **7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local**

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação<sup>16</sup> (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local<sup>17</sup>. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

---

<sup>16</sup> As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

<sup>17</sup> Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como demarcado pelo primeiro mapa, o índice geral na avaliação do IBEU para o Município de Baldim está entre os valores intermediários.

Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Em termos de mobilidade, é apontado um índice bom em Baldim. Para o cálculo desse índice é considerado o tempo gasto no trajeto de casa ao trabalho, sendo o tempo máximo adequado de 1 hora.

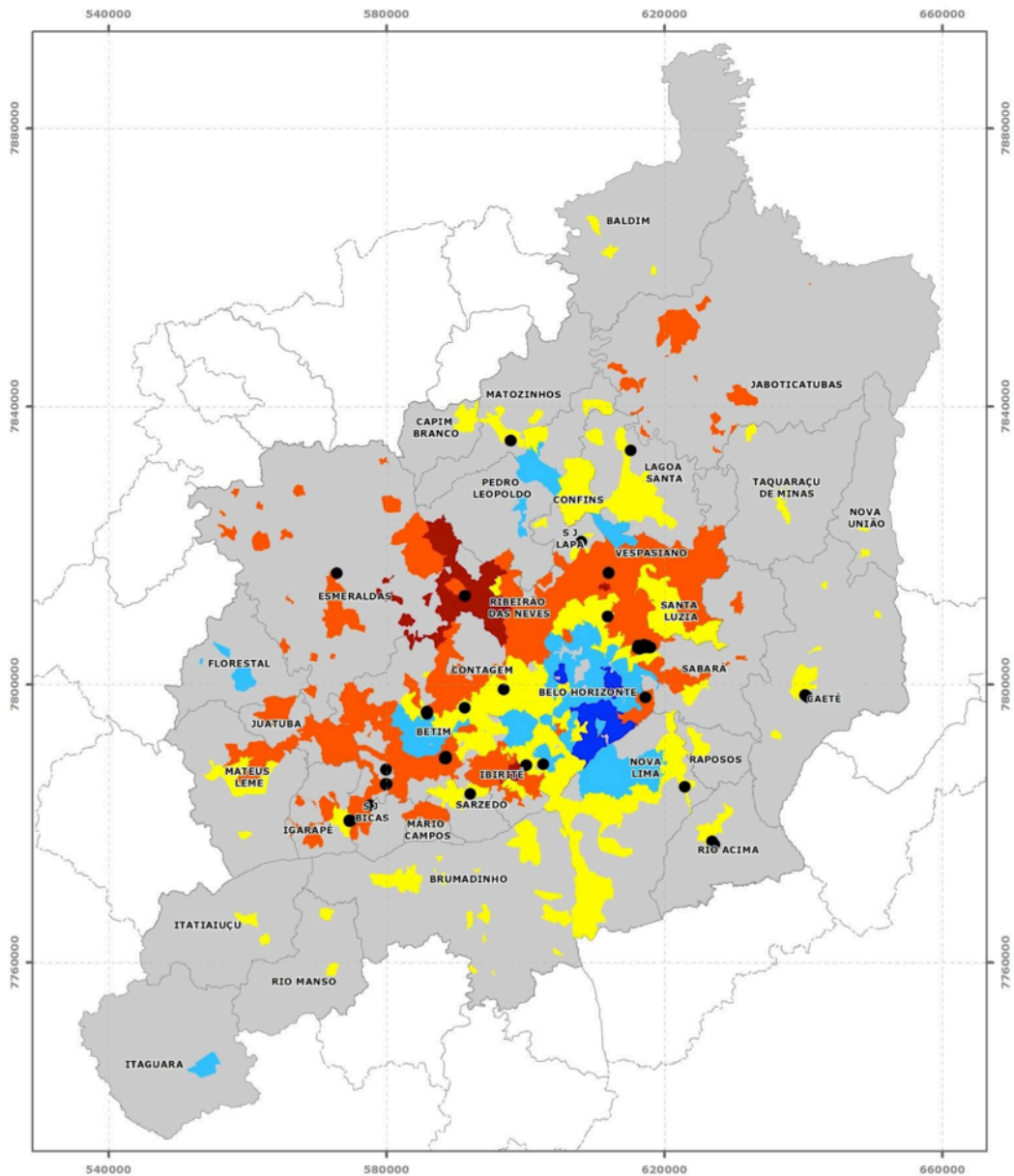
Em relação às condições ambientais, Baldim possui um ótimo índice de acordo com os parâmetros do IBEU. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando observadas as condições habitacionais, Baldim possui um índice intermediário. Esse fator é uma das principais contribuições ao índice geral de Bem Estar intermediário, uma vez que as outras temáticas encontram-se entre índices bons e excelentes de avaliação.

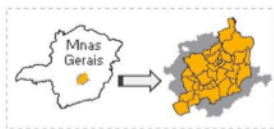
O índice de Atendimento aos Serviços Coletivos é considerado bom, como é possível observar no mapa. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

Quando observada a infraestrutura urbana, Baldim é avaliado com o pior índice do IBEU. Junto às condições habitacionais, é a principal contribuição para um Índice de Bem Estar geral intermediário. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 37: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH



MACROZONEAMENTO RMBH:  
 IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS: SIRGAS 2000.  
 Projeção UTM, Fuso 23 Sul.  
 FONTE: IBGE, PDDI, IBEU.  
 ELABORAÇÃO: Equipe MZRBH.  
 MAIO / 2014

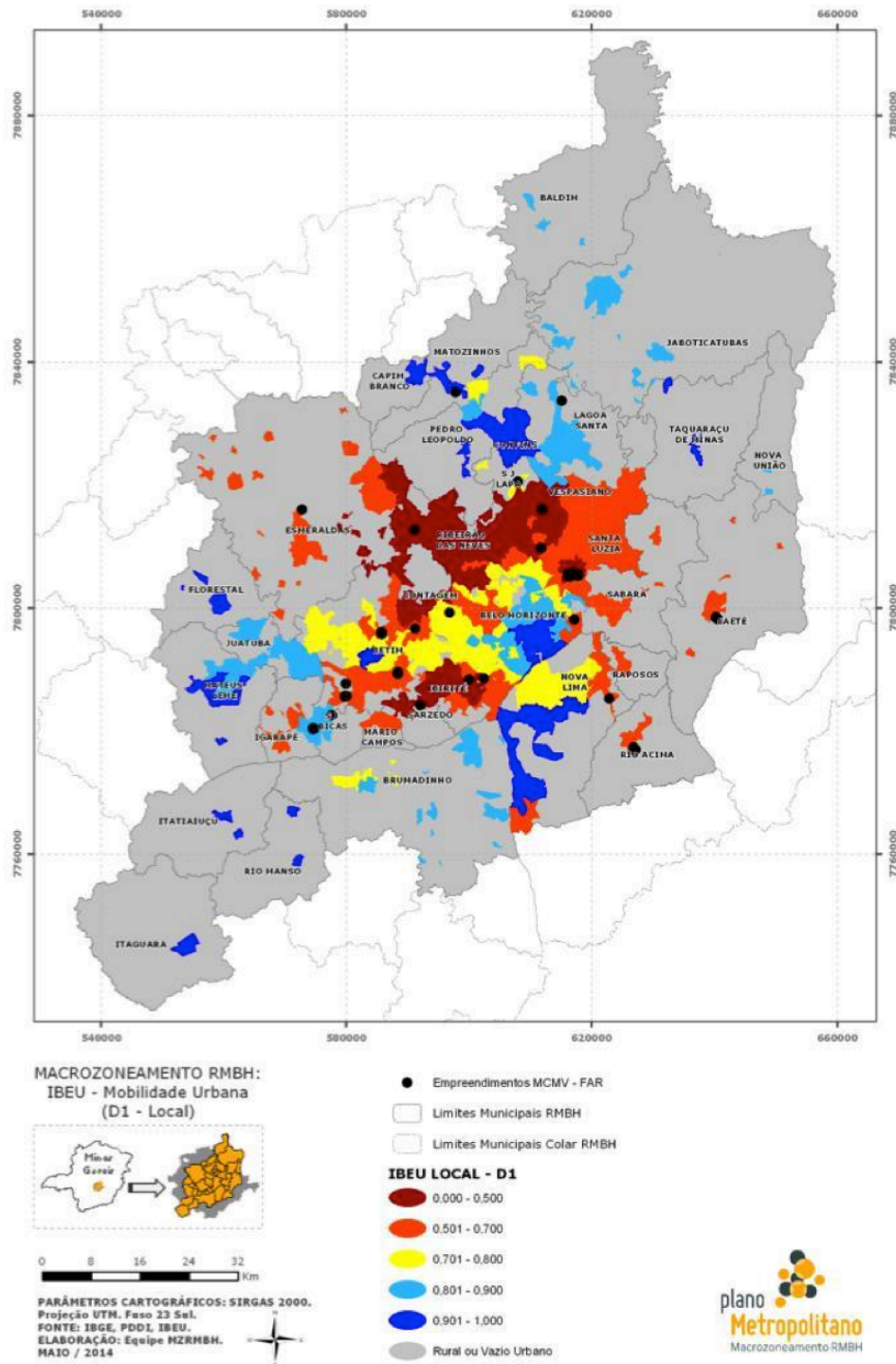


- Empreendimentos MCMV - FAR
- Limites Municipais RMBH
- Limites Municipais Colar RMBH
- IBEU**
- 0,000 - 0,500
- 0,501 - 0,700
- 0,701 - 0,800
- 0,801 - 0,900
- 0,901 - 1,000
- Rural ou Vazio Urbano



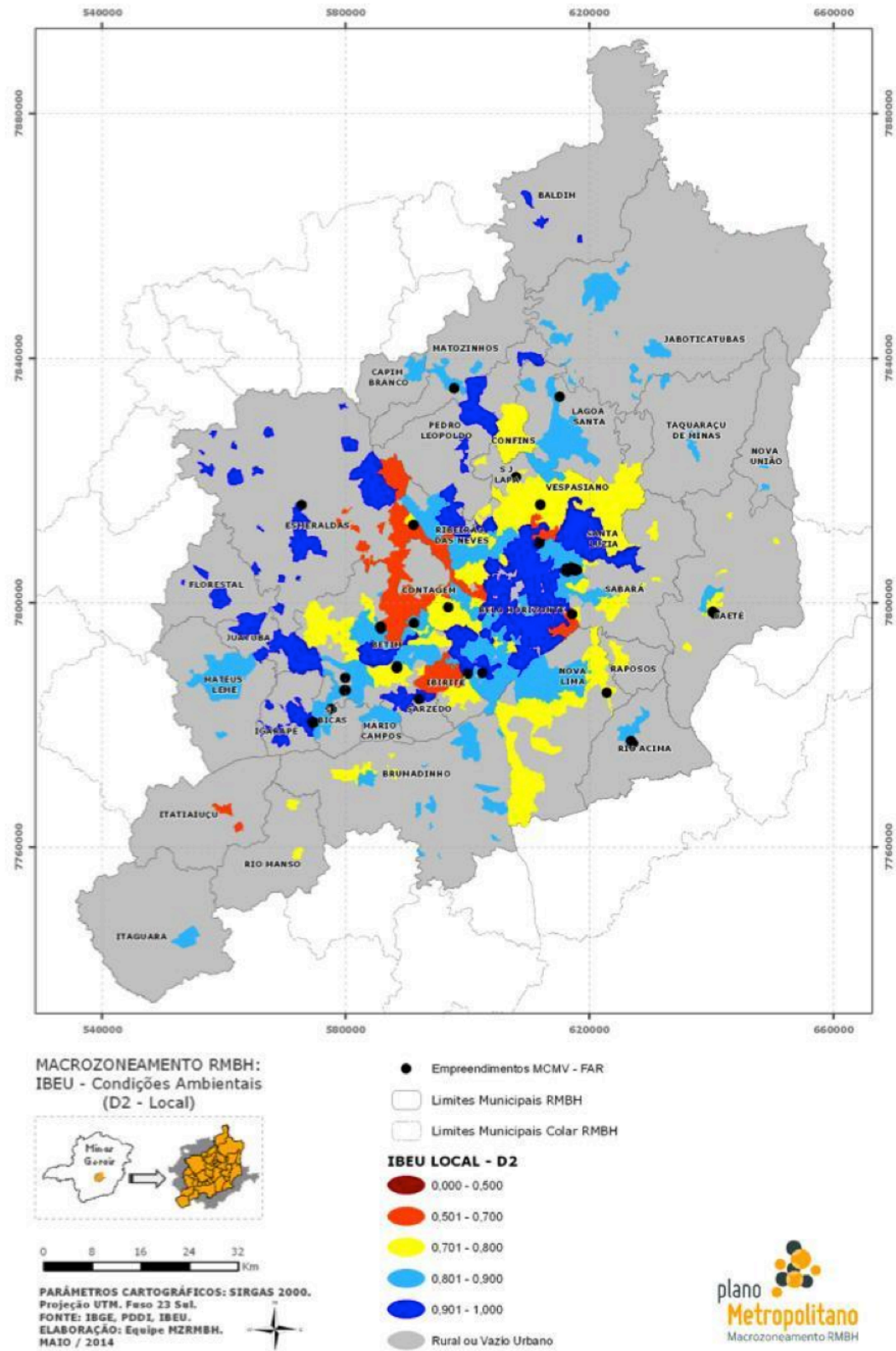
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

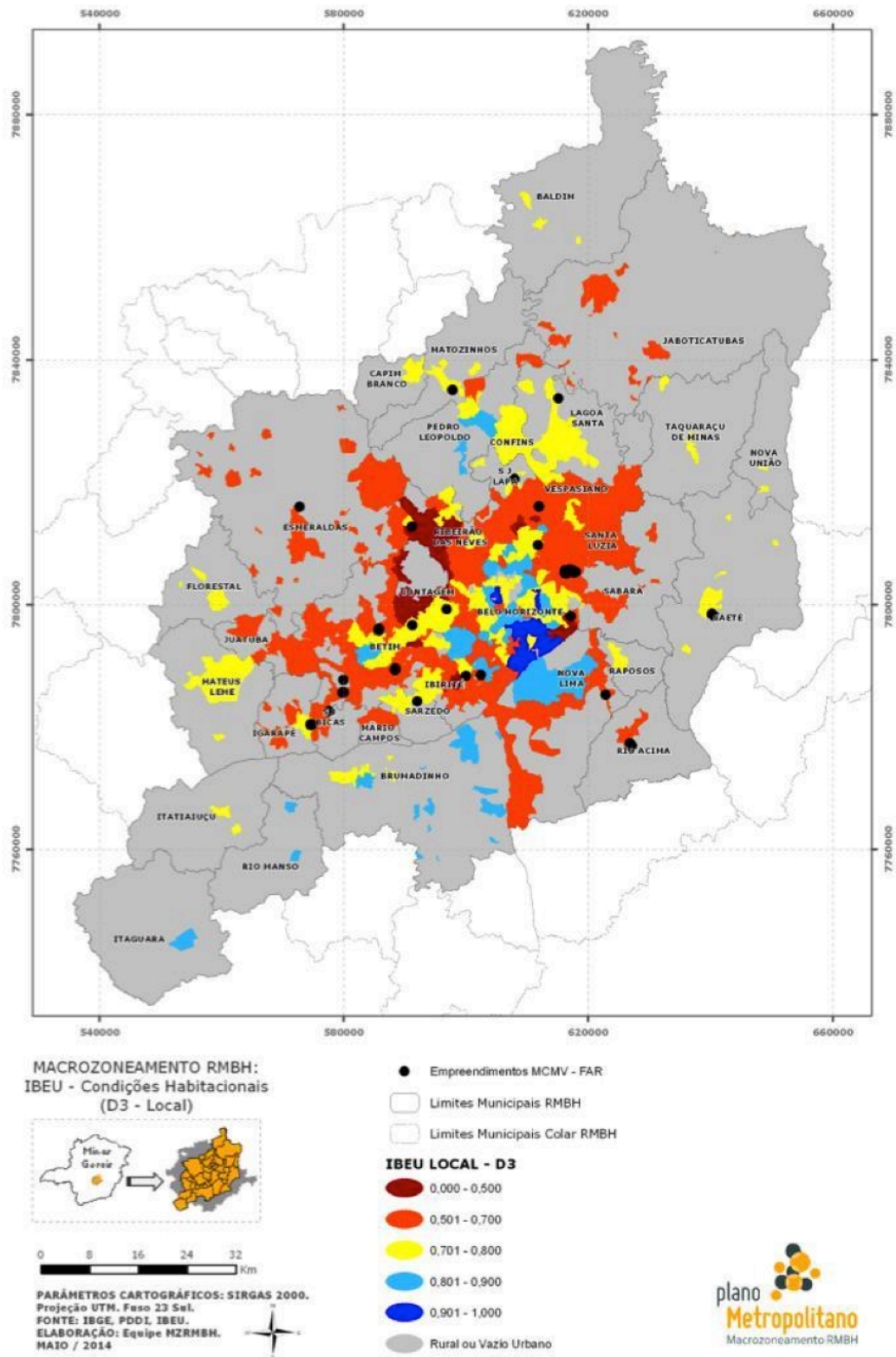
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010



Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010







## **7.4 Zonas Especiais**

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas<sup>18</sup>.

### **7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social**

As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

O Plano Diretor de Baldim (Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012) delimita áreas de ZEIS definindo-as como

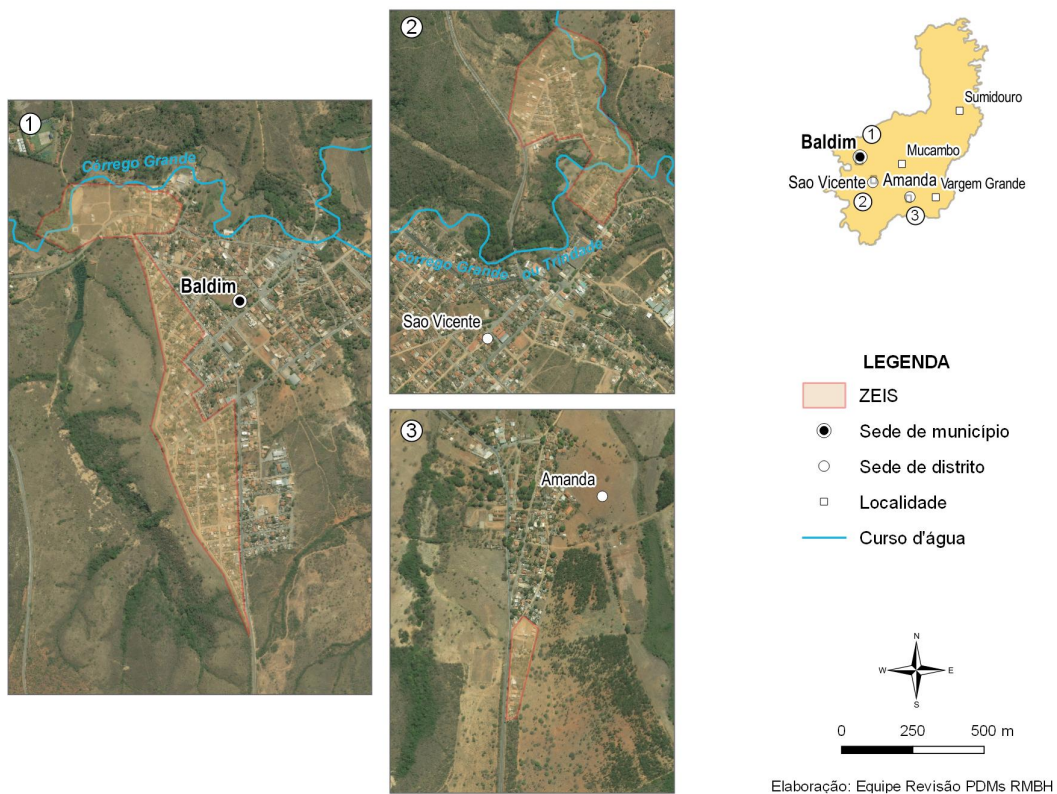
áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, nas quais existe interesse público em promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos urbanos consolidados ou em implantar empreendimentos habitacionais de interesse social em áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas. (Baldim, 2012)

---

<sup>18</sup> A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

Como explicitado no trecho anterior, a área delimitada pelo município não é diferenciada entre ZEIS ocupadas e vazias, o que é possível perceber na análise de fotos de satélite em que ambas as situações são observadas. A área delimitada como ZEIS encontra-se na periferia da área hoje ocupada e urbanizada. Ela é cercada por áreas vazias dentro do perímetro urbano, portanto, áreas de expansão (ZEU I, II e III). Dessa forma, prevê-se que, com a expansão urbana para essas áreas, a ZEIS tornem-se bem inseridas na malha urbana.

**Figura 43: Zonas Especiais de Interesse Social, Baldim**



**Fonte: Plano Diretor de Baldim, Lei Complementar nº 1082 de outubro de 2012**

#### **7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias**

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

Como dito anteriormente, o Plano Diretor de Baldim não diferencia os tipos de ZEIS, porém, através de fotos de satélite é possível observar que, dentre as ZEIS, foram delimitadas áreas vazias.

## **8 MOBILIDADE URBANA**

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados<sup>19</sup>.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do

---

<sup>19</sup> Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Baldim.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

### **8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.**

O município de Baldim é o mais setentrional dos municípios componentes da RMBH. O território do município é atravessado pela MG-323. Outras rodovias relevantes próximas que dão acesso ao território municipal são a MG-238 e a MG-010. A distância de Belo Horizonte e outros centros regionais da RMBH conformará algumas das características de mobilidade urbana de Baldim em sua inserção regional.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal

12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas na tabela abaixo:

**Quadro 15: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Baldim.**

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não	De acordo com a lei 966/2010 que dispõe sobre a estrutura orgânica e os procedimentos da administração de Baldim
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não	Não se aplica
Existência de mapa de hierarquia viária	Não	Não se aplica
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Inexistente	Informações prestadas pelo setor de licitação da secretaria de obras

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017**

Assim, como se pode constatar, há indicadores de baixa capacidade de planejar e gerir a mobilidade urbana em Baldim, de acordo com a atual estrutura administrativa. De acordo com a lei 966/2010, compete ao Departamento de Serviços Urbanos, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, entre outras trinta competências, as de

IV – coordenar, orientar e emitir pareceres sobre a formulação do plano de obras de infraestrutura e do sistema viário na área urbana;

IX – acompanhar e fiscalizar os cronogramas físicos funcionais das obras de pavimentação e recuperação de vias, mantendo o controle de qualidade e obedecendo o projeto específico.



XV – avaliar, propor e definir, em consonância com as demais áreas envolvidas, nos assuntos relacionados a transporte coletivo, e individual de passageiros, cargas, em especial com relação a itinerário, paradas, terminais e outras.

Além da ausência de órgão com poderes e prerrogativas mais amplas para incidir na política de mobilidade urbana, constata-se também que, sintomaticamente, não está ainda elaborado o Plano de Mobilidade Urbana para o município de Baldim que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. Apesar de ter sua elaboração prevista em seu Plano Diretor, em seu artigo 8º, inciso I, não foi constatada sua elaboração.

Por fim, constatou-se, a partir de informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor, que não há serviço de transporte coletivo por ônibus, a nível municipal, em Baldim. A informação repassada pelo setor de licitação da Secretaria de Infraestrutura é de que não houve, em passado recente, oferta de transporte público municipal.

Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas na tabela abaixo.

**Quadro 16: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Baldim**

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	Inexistente	Informações prestadas pelo setor de licitação da secretaria de obras
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	4 linhas (5784, 5785, 5786, 5787)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano	Linha 3161 - Baldim –	SETOP, 2017, cotejada com



Processo de Revisão  
**planoDiretor**

(para fora da RMBH) relevantes	Sete Lagoas	informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor.
Atendimento por transporte público à área rural do município	Apenas transporte escolar e metropolitano	Informações prestadas pelo setor de licitação da Secretaria de Infraestrutura
Existência de transporte escolar	13 veículos atendendo a 13 trajetos diferentes	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Secretaria Municipal de Educação de Baldim.
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)	Não existe	Diagnóstico do PDDI e Macrozoneamento e informações prestadas por membros do Grupo de Acompanhamento

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017**

O transporte público coletivo por ônibus no município de Baldim, como serviço específico para esse fim, é constituído totalmente de linhas que fazem trajetos intermunicipais. No âmbito metropolitano, cuja concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 4 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 5784 – Baldim/Belo Horizonte – tarifa R\$22,00
- 5785 – Baldim/Belo Horizonte via Vargem Grande (distrito de Baldim) – tarifa R\$25,25
- 5786 – Belo Horizonte/Baldim via Funilândia (município no Colar Metropolitano) – tarifa R\$32,10
- 5787 – Baldim/São José de Almeida (município de Jaboticatubas) – tarifa R\$9,00

Assim, constata-se que o deslocamento de menor preço é para o município vizinho de Jaboticatubas. Além disso, pode-se reparar que o custo de

deslocamento, via transporte público, para a cidade de Belo Horizonte é consideravelmente alto, o que contribuirá – como se verá mais adiante – para o relativo isolamento do município na RMBH.

Além das linhas metropolitanas, é importante citar a linha interurbana para Sete Lagoas, sob outro regime de concessão, uma vez que seu trajeto excede os limites territoriais da RMBH:

- 3161 – Baldim/ Sete Lagoas – tarifa R\$12,65

Como se pode ver, o trajeto até Sete Lagoas é significativamente mais barato que o realizado até Belo Horizonte, a distância menor entre Baldim e Sete Lagoas (51km) diminui a tarifa do serviço, mesmo que linhas intermunicipais não-metropolitanas tenham um custo de concessão mais alto que o sistema metropolitano. Os dados levantados, pela própria natureza da Pesquisa O/D RMBH, não informam o número de viagens realizadas entre os municípios de Baldim e Sete Lagoas, mas é necessário tomar em relevância a relação entre os dois municípios em qualquer futura análise sobre a mobilidade urbana de Baldim.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, Baldim conta com cerca de 13 linhas de transporte escolar rural, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que atendem aos distritos de Amanda e São Vicente e aos localidades de Mucambo, Sumidouro e Vargem Grande, fazendo sua ligação com a sede municipal. Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Baldim possui uma população de 447 alunos que necessitam de transporte escolar, recebendo um aporte de R\$60.027,63.

Por fim, é importante constatar que não há nenhuma atividade econômica – industrial ou de serviços – de porte suficiente para atuar como fator de atração de viagens ao município, bem como não nenhum centro de distribuição logística mais especificamente. De fato, é de se supor que o próprio trânsito de passagem é de

baixo volume, uma vez que as principais rodovias que dão acesso a Baldim não passam pelo perímetro urbano municipal.

## **8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação**

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Baldim ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

### **8.2.1 Frota de veículos**

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semirreboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que

A tabela a seguir resume os dados:

**Quadro 17: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Baldim, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
Baldim	875	2.813	221,49%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)**

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Baldim esse valor mais que triplicou. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo baixo número absoluto de veículos adicionados (1.938) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

### **8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015**

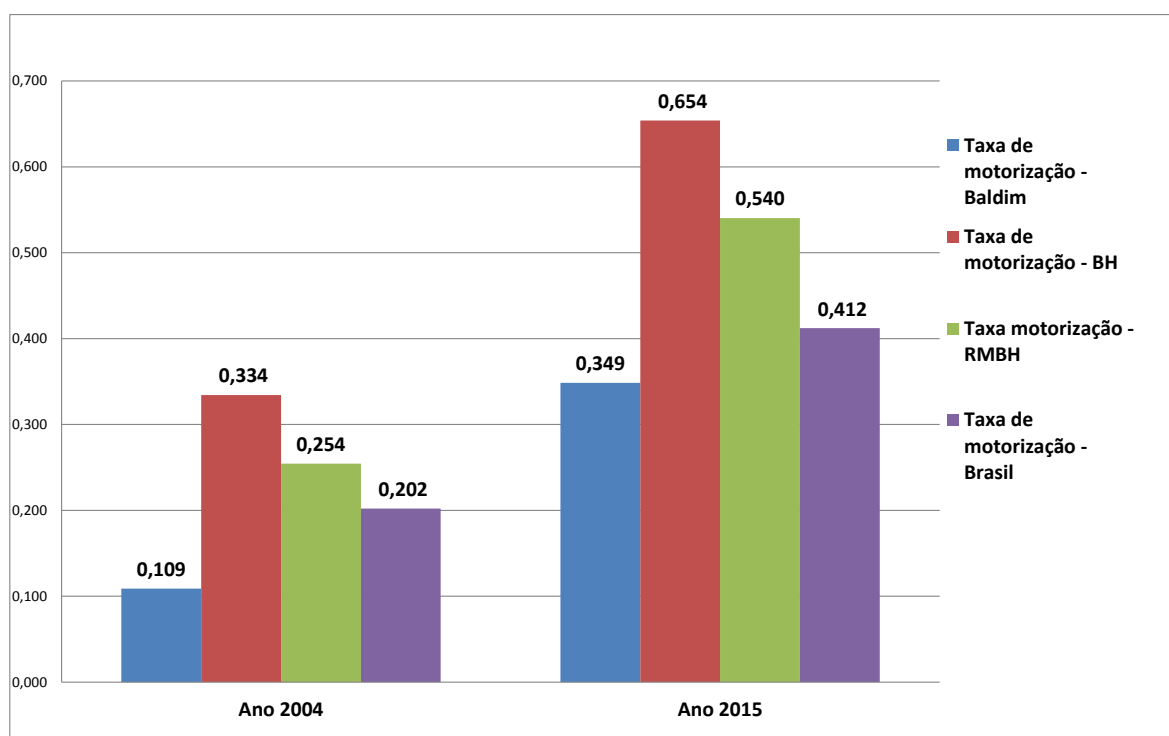
A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a

---

ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

**Figura 44: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Baldim, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)**

Como se pode ver no gráfico acima, a taxa de motorização de Baldim mais que triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu significativamente abaixo das médias para o Brasil, RMBH e Belo Horizonte. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

### **8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município**

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Baldim apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 4 áreas homogêneas em 2002 e 7 em 2012. A variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana.

### **8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012**

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Baldim.

**Quadro 18: Viagens cotidianas realizadas em Baldim, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012**

TERRITÓRIO	VIAGENS REALIZADAS EM 2002	VIAGENS REALIZADAS EM 2012	VARIAÇÃO (%)
Baldim	4.024	13.187	+227,72%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual Baldim no total de viagens da RMBH	0,06%	0,10%	+157,20%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

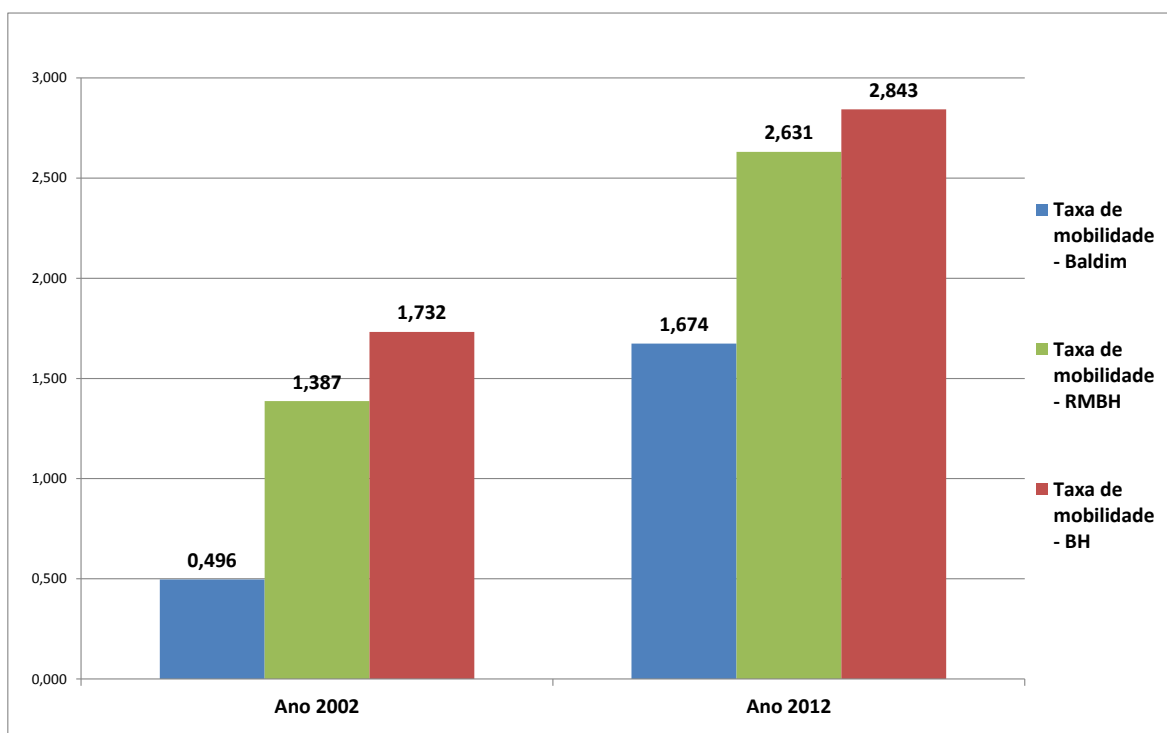
Como se pode ver pela tabela acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Baldim, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Baldim foi significativamente maior que a de Belo Horizonte e da RMBH, tendo mais que triplicado seus deslocamentos cotidianos. Novamente, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam, sendo a última cerca de mil vezes maior que a primeira. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento em Baldim ter sido significativamente maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,06% para 0,10%, o que, entretanto, não gerou nenhum impacto significativo na estrutura viária dos deslocamentos.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a

quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentado o gráfico comparativo da taxa de mobilidade para Baldim, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

**Figura 45: Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Baldim, Belo Horizonte e RMBH**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)**

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, é de se notar que Baldim ainda permanece distante da média metropolitana, e que, apesar ter sua taxa de mobilidade bem mais que duplicada entre 2002 e 2012, ainda permanece distante da média da RMBH, que por sua vez está chegando aos patamares praticados na capital do estado. Outro fator digno de nota, é o grau excepcionalmente baixo de mobilidade de Baldim em 2002, que colocava o município entre os com menor mobilidade da RMBH. Nesse sentido, o grande crescimento entre 2002 e 2012 deve ser visto como um fator positivo.



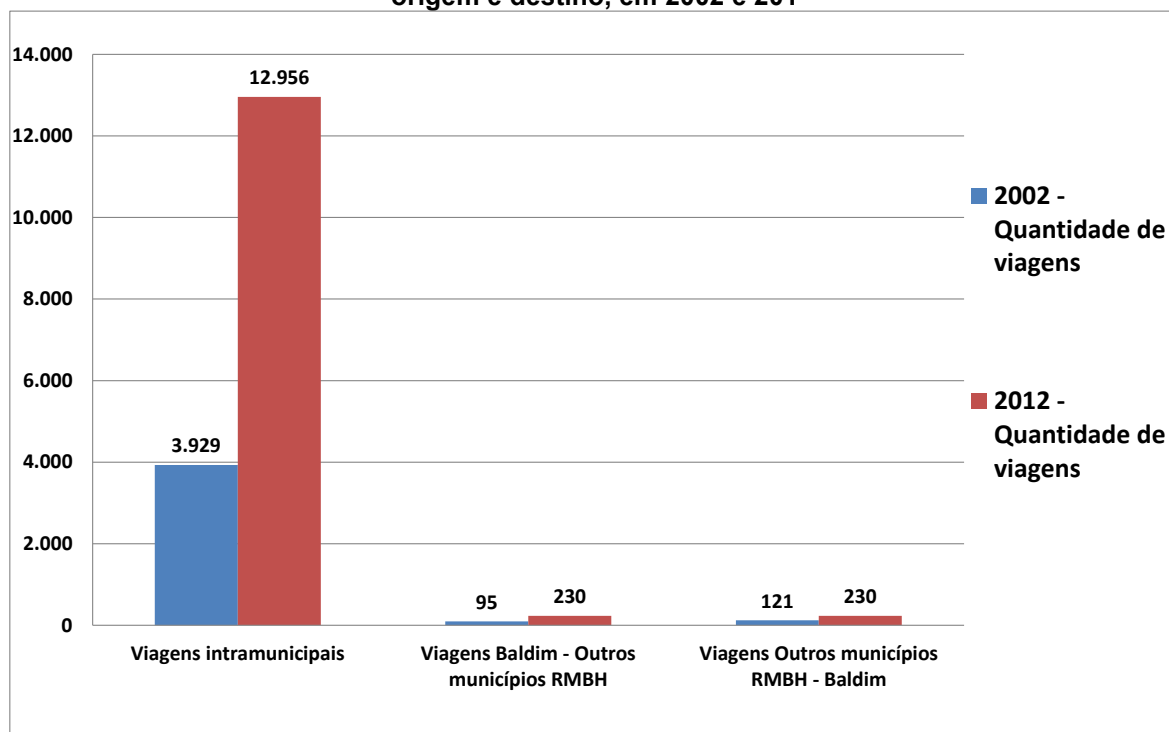
### **8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo**

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

#### **8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH**

A figura abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Baldim divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Baldim.

**Figura 46: Número de viagens realizadas entre Baldim e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Para se compreender melhor a divisão das viagens de Baldim por origem e destino, as tabelas a seguir mostram os dados em termos percentuais.

**Quadro 19: Divisão percentual das viagens com origem em Baldim, por destino da viagem, em 2002 e 2012**

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Baldim	97,65%	98,25%
Outros municípios - RMBH	2,35%	1,75%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

**Quadro 20: Divisão dos destinos das viagens com destino a Baldim, por origem da viagem, em 2002 e 2012**

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Baldim	97,01%	98,25%
Outros municípios - RMBH	2,99%	1,75%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

As tabelas acima demonstram que 97,65% das viagens produzidas pelo município de Baldim em 2002 são viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem ligeiro aumento em 2012, chegando a 98,25% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 2,35% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 1,75% em 2012. Esses valores demonstram um alto grau de isolamento de Baldim em relação ao restante da RMBH, bem distante da média metropolitana de 85%, essa alta proporção de viagens intramunicipais, aliadas a uma leitura mais ampla dos serviços e equipamentos urbanos do município demonstra mais uma carência de mobilidade e acesso regional do que autossuficiência na provisão de suas necessidades. A proporção de viagens atraídas pelo município de Baldim, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 2,99% dos deslocamentos com destino a Baldim se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai para 1,75% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

Os dois quadros seguintes apresentam os municípios da RMBH com os quais Baldim realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

**Quadro 21: Distribuição das viagens com origem em Baldim e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.**

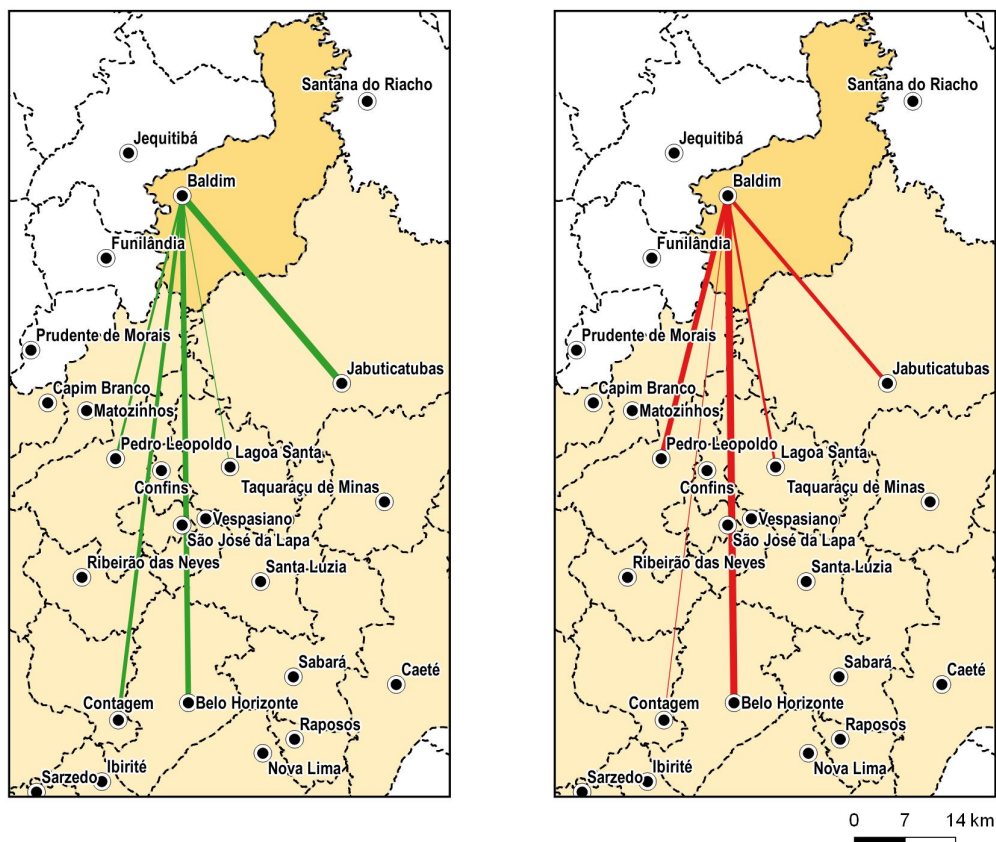
DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Belo Horizonte	0,00%	43,03%
Pedro Leopoldo	3,43%	38,81%
Jaboticatubas	72,25%	14,99%
Lagoa Santa	0,00%	3,16%
Contagem	24,33%	0,00%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Até pelo fato de realizar poucos deslocamentos intermunicipais, a composição de municípios de destino dos deslocamentos de Baldim variou significativamente entre 2002 e 2012. Os dois municípios que permaneceram entre os destinos das viagens são Jaboticatubas e Pedro Leopoldo. Enquanto a participação relativa do primeiro caiu de 72,25% em 2002 para 14,99% em 2012, a do segundo aumentou de 3,43% para 38,81% das viagens. Outro município que ganha grande participação é Belo Horizonte que, de um valor nulo em 2002 passa para 43,03% dos deslocamentos em 2012, se tornando o principal destino de Baldim na RMBH. É importante constatar também que o município de Contagem perdeu todo seu percentual de 24,33% de participação entre 2002 e 2012, e Lagoa Santa passou a participar marginalmente na matriz de destinos de Baldim, com 3,16% em 2012.

O próprio fato de haver apenas 5 municípios, dentre os 33 possíveis da RMBH, entre os destinos das viagens de Baldim demonstra o grau de isolamento do município. Como futuro desdobramento, há que se avaliar as razões do isolamento e coordenar políticas públicas de integração em diversas escalas territoriais. Todos esses dados podem ser melhor visualizados na figura a seguir:

**Figura 47: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Baldim, anos de 2002 e 2012.**



**LEGENDA**

**Número de viagens em 2002**

- 0
- 4
- 17
- 43
- 57

● Sedes municipais

--- Limites municipais

■ Município Baldim

■ Demais municípios RMBH

**Número de viagens em 2012**

- 0
- 7
- 35
- 89
- 99

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Baldim foram com Pedro Leopoldo e Belo Horizonte. Cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente, apresenta-se abaixo os dados de origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Baldim, em 2002 e 2012.

**Quadro 5 – Distribuição das viagens com destino a Baldim com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.**

<b>Origem da viagem</b>	<b>Proporção viagens 2002</b>	<b>Proporção de viagens em 2012</b>
Belo Horizonte	35,94%	43,03%
Pedro Leopoldo	2,92%	38,81%
Jaboticatubas	47,01%	14,99%
Lagoa Santa	0,00%	3,16%
Contagem	14,13%	0,00%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

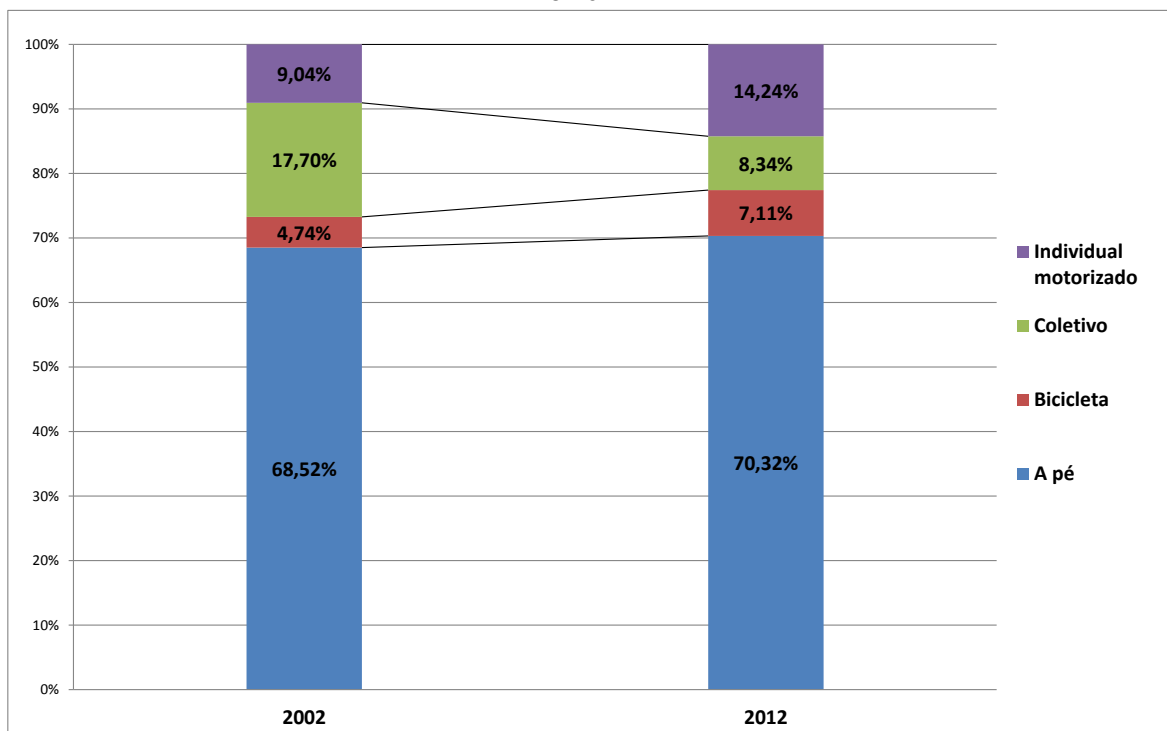
O quadro acima apresenta, com exceção do município de Belo Horizonte, algumas semelhanças com a composição do gráfico anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. No gráfico, Belo Horizonte aumenta de 35,94% para 43,03% sua participação nas viagens para o município. Pedro Leopoldo é que tem o maior crescimento, passando de 2,92% para 38,81% dos deslocamentos em 10 anos, faz-se necessário identificar as razões da participação do município nas viagens de Baldim, uma vez que ambos não são limítrofes. Por fim, cabe ressaltar a perda de participação de Jaboticatubas de 47,01% dos deslocamentos para 14,99%, e o fim da participação de Contagem, que passa de 14,13% para um valor nulo.

**a) Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Baldim, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista

ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

**Figura 6 – Distribuição das viagens produzidas em Baldim por modo de transporte, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pelo gráfico acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Baldim, compondo cerca de 70% do total. É necessário ressaltar que para esta e as demais categorias, com exceção do modo coletivo, o número de viagens cotidianas mais que triplicou. É significativo que a proporção de viagens de bicicleta também tenha quase dobrado e que o aumento da proporção do número de viagens motorizadas tenha sido da ordem de 5%, entre 2002 e 2012. Isso significa que, se por um lado Baldim é um município relativamente isolado da RMBH, por outro há uma grande proporção das viagens sendo feitas nos modos ativos, que geram baixo impacto ambiental. Sendo assim, cumpre apenas verificar como melhorar as condições desse deslocamentos e

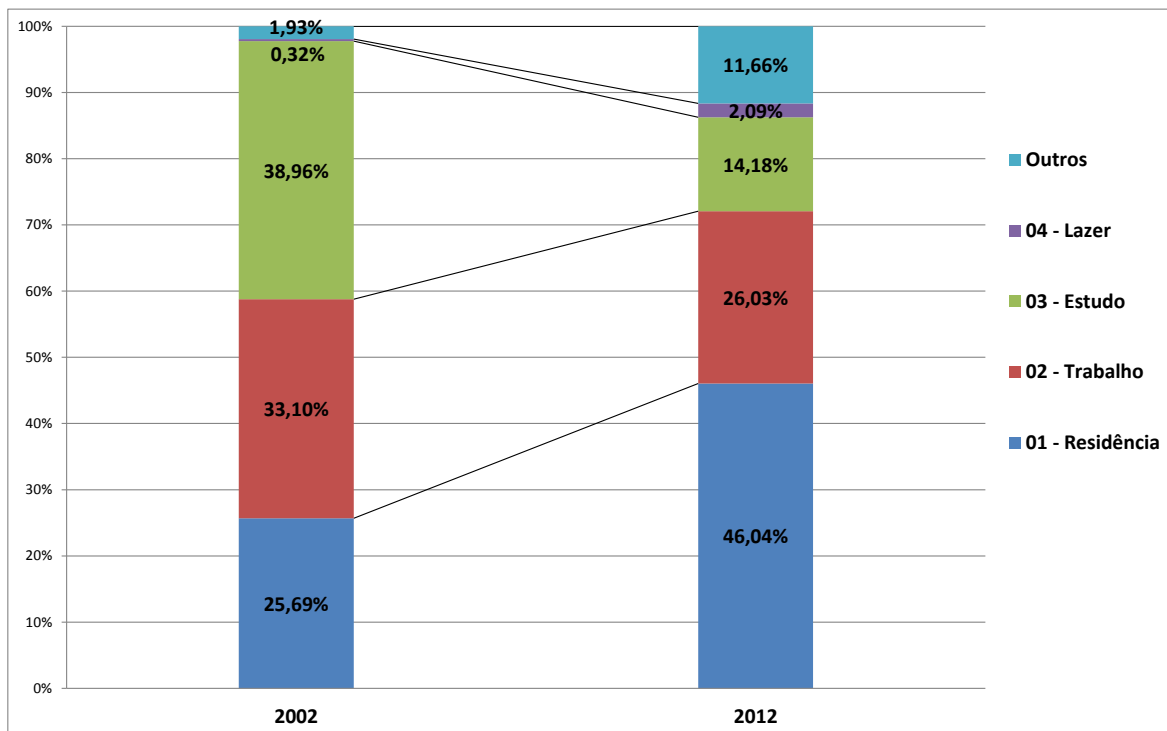


como incentivar o aumento da proporção do transporte coletivo, que se encontra em baixos patamares.

### **8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Baldim com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho; 03 – Estudo; 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

**Figura 48: Distribuição das viagens produzidas em Baldim por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pelo gráfico acima, houve um crescimento da participação das viagens por motivo residência, que passaram de 25,69% em 2002 para 46,04% em 2012, o que indica que um maior número de pessoas tem se deslocado no município e dá indícios que pessoas que antes não se deslocavam cotidianamente o passaram a fazer. É de se notar a queda proporcional tanto do motivo estudo – de 38,96% para 14,18% - e, em menor escala, do motivo trabalho, de 33,10% para 26,03%. Os outros motivos, em especial o “Particular” e “Lazer” tiveram algum crescimento, mas ainda compõem uma fração relativamente marginal no total de deslocamentos do município de Baldim. Pode-se aferir que, como a população de Baldim não variou durante o tempo em questão, os motivos considerados “obrigatórios” também não variaram, possibilitando uma mobilidade maior por outros motivos. Esses dados deverão ser

Processo de Revisão

## planoDiretor

aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

## **9 AGRICULTURAS**

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Baldim foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados, aqueles existentes

e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

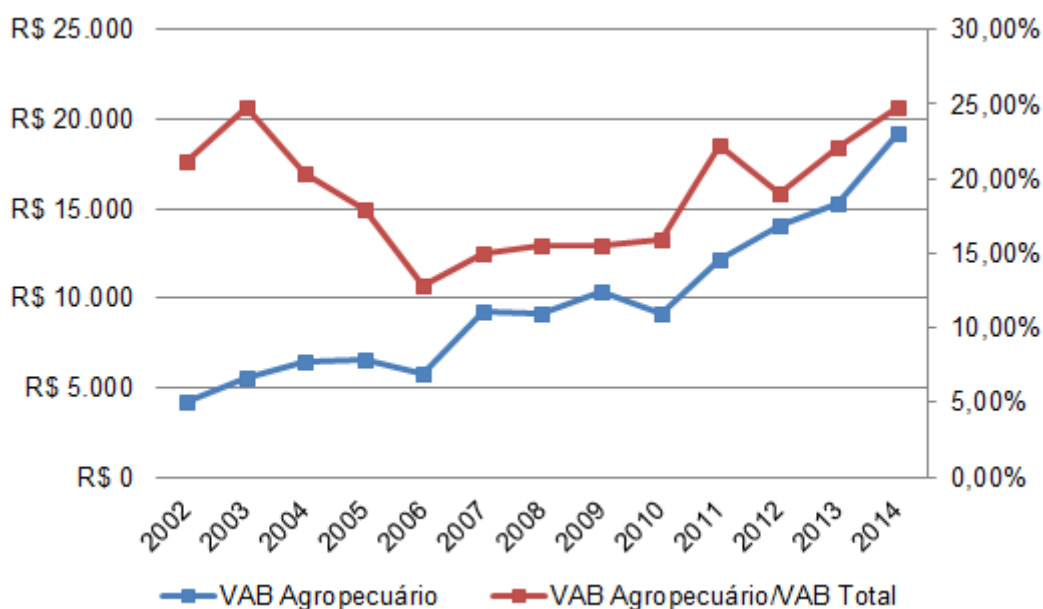
## **9.1 Produção**

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Baldim, para o ano de 2012, foi de R\$ 18.158,21 mil,

representando 22,01% do PIB total do município. Trata-se do 2º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total, o que reforça a importância que o setor exerce na economia local.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Baldim, em 2014, era de R\$ 19.193 mil, representando 24,78% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 1ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: o VAB Agropecuário tem sofrido crescimento acelerado desde 2010, bem como sua participação no VAB Total aumentou nesse mesmo período, embora tenha sofrido uma ligeira queda em 2012.

**Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Baldim**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).**

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)<sup>21</sup>. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Baldim se destaca em volume de produção de bovinos, sendo o 3º município que mais produz dessa

<sup>21</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

variedade na RMBH; na produção de galos, frangas, frangos e pintos, sendo o 4º município que mais produz; na produção de mel e equinos, sendo o 5º município com maior produção; e de ovinos, sendo o 6º município que mais produz dessa variedade. Além disso, em Baldim ocorre a produção de leite, suínos, caprinos, galinhas e ovos sendo que o município ocupa o 11º (leite e suínos), o 12º, 13º e o 14º lugar, respectivamente, no ranking metropolitano. Merece destaque também por ser um dos quatro municípios da RMBH que produzem codornas, ocupando o 4º lugar dessa variedade de produção.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias<sup>22</sup>. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Baldim são: cana, milho, tomate, manga e limão.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal<sup>23</sup>. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013,

---

<sup>22</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

<sup>23</sup> Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.



Baldim possuía 54 produtores cadastrados na central, sendo o 4º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 6.894,95 toneladas de produtos, sendo o 7º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$7.784.212,42 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 8º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, o pepino, o tomate e a manga se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade de produtos fornecidos à CEASAMINAS/BH pelo município. Em relação ao destaque no fornecimento, o município é o 3º principal fornecedor de pepino da Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Baldim produziu Feijão 1ª Safra, Milho, Cana-de-açúcar, Mandioca, Banana Prata, Laranja, Mamão, Manga, Jiló, Quiabo, Abobrinha, Pimentão, Pepino, Tomate Mesa, Milho Silagem e Sorgo Forrageiro, totalizando 1.863 hectares de área produtiva<sup>24</sup>. A produção estimada foi de 42.880,00 toneladas, sendo que 18.709,00 advém de agricultores familiares, o que resulta numa média de 43,63%. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de

---

<sup>24</sup> Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

2015<sup>25</sup> revelaram que, em Baldim, a produção pecuária se baseia na avicultura de corte tecnificada - totalizando 32.000 cabeças e 64 toneladas de frango, na bovinocultura de leite - produzindo 5.000.000 litros de leite no total e 1.300 vacas ordenhadas, na caprinocultura - sendo 25 matrizes produzindo 18.000 litros de leite, no confinamento bovino - totalizando 500 animais confinados e 125 toneladas produzidos, e na criação de tilápia em tanque-rede - sendo no total 58 tanques e 69,60 toneladas produzidas. A produção de avicultura de corte tecnificada é feita 28% por agricultores familiares; de bovinocultura de leite é feita 40% por agricultores familiares; de caprinocultura, os agricultores familiares são responsáveis 100% pela produção de leite; e de confinamento bovino e criação de tilápia em tanque-rede não são produção de agricultores familiares do município.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Baldim, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não há esse tipo de produção atualmente.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos<sup>26</sup>. Outro

---

<sup>25</sup> Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovicultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos). Acesso em: 05/04/2017.

certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica<sup>27</sup>. Para o município de Baldim não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados.

## 9.2 Emprego

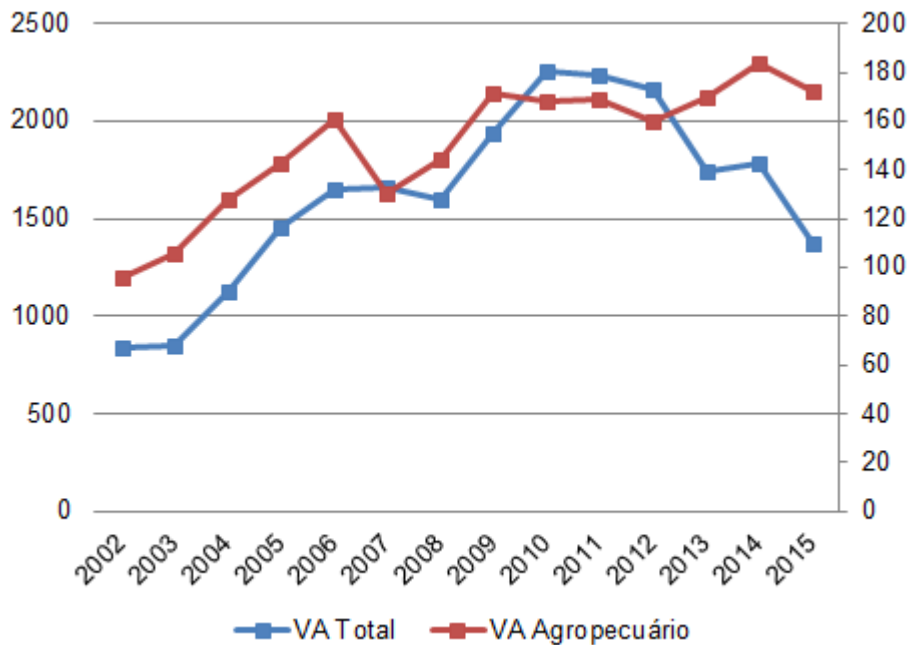
Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Baldim em 2015 é de 172, o que corresponde a 12,52% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário, mostrando como esse apresentou uma baixa variação, se comparado aos outros grandes setores. Em geral, o crescimento dos vínculos ativos na economia de 2002 a 2015 foram revertidos numa ampliação dos vínculos ativos também no Setor Agropecuário, de 96 para 172. Na Figura abaixo é possível perceber um período de queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total, especialmente, entre 2007 e 2013. Contudo, este tem se recuperado nos últimos anos.

---

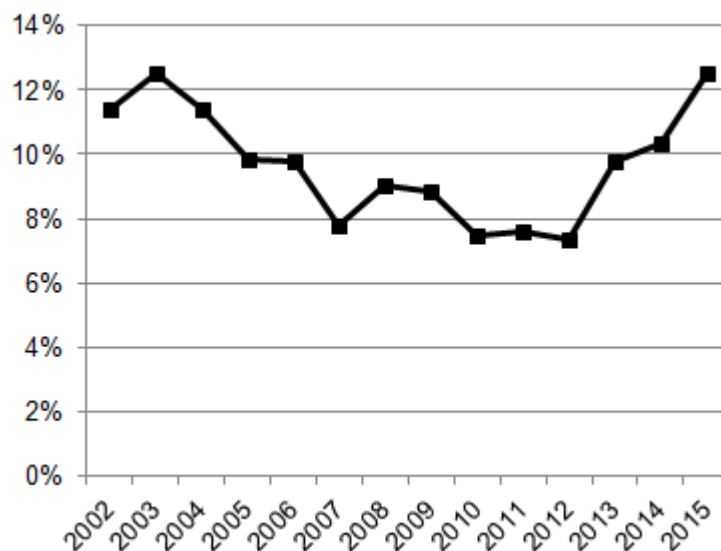
<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica). Acesso em: 05/04/2017.

**Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Baldim**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

**Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Baldim**

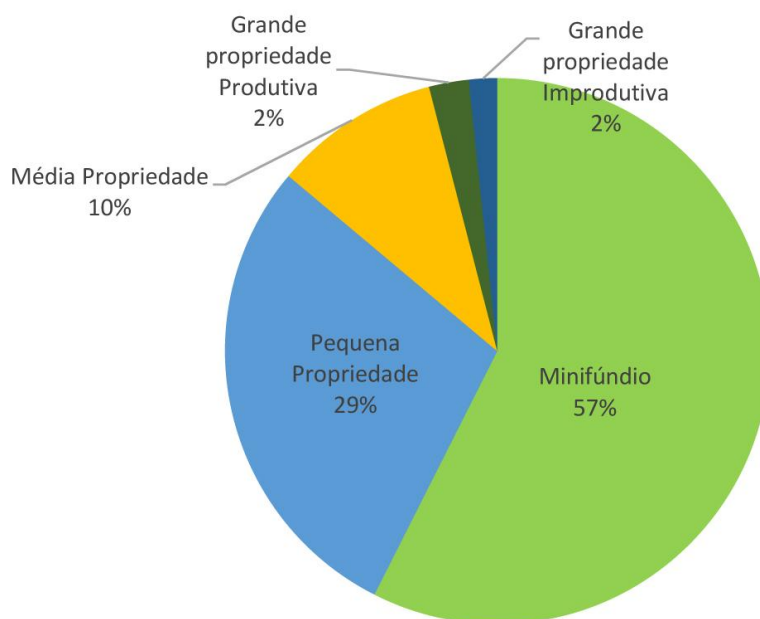


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

### 9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Baldim tem como unidade de referência o módulo fiscal de 20 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Baldim possuía em 2005 um total de 649 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 3,0% do total da RMBH. Esse total se divide em: 343 minifúndios, 171 pequenas propriedades, 59 médias propriedades e 24 grandes propriedades, sendo 41% das grandes propriedades improdutivos. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

**Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Baldim**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

A extensão territorial de Baldim é de 55.626,60 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 28,57% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Baldim era de 463, distribuídos em 326 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 137 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Baldim possui 34.647 hectares, o que equivale a 6,23% do território municipal. Desse total, somente 4.587 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o Quadro abaixo.

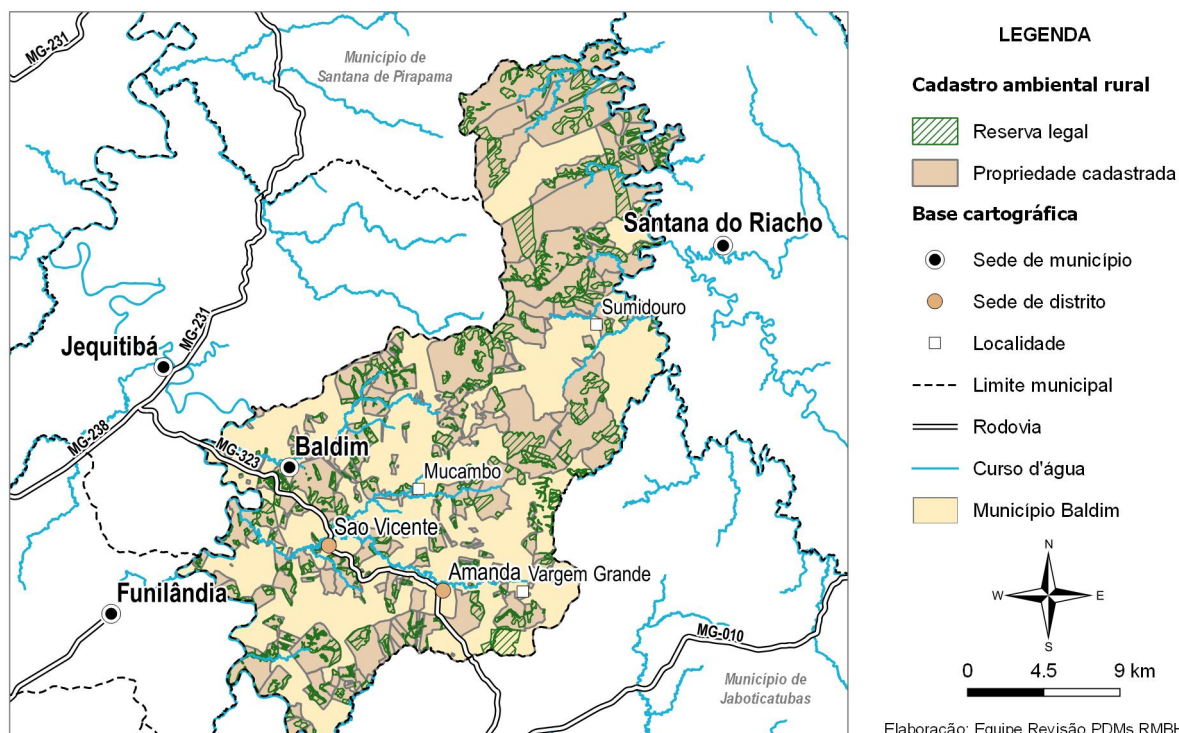
**Quadro 22: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Baldim**

DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
<b>Extensão Territorial</b>	-	-	55.626,60 ha	100%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Familiar</b>	326	70,41%	4.587 ha	8,2%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar</b>	137	29,59%	30.060 ha	54,0%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).**

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Baldim há um total de 271 imóveis cadastrados, somando 32.418,14 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Baldim.

**Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Baldim**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

#### 9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Baldim nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a metade do exercício anterior, resultando em 16 contratos que somaram R\$ 344.036,53 (a explicação dessa variação brusca será avaliada futuramente).





**Quadro 23: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Baldim**

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	66	R\$ 505.446,32
2011/2012	56	R\$ 521.808,26
2012/2013	55	R\$ 778.883,46
2013/2014	52	R\$ 948.626,71
2014/2015	50	R\$ 790.799,41
2015/2016	16	R\$ 344.036,53

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).**

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Baldim, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 3.330.186,82. Isso representa 0,78% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Baldim, há registros de 182 DAPs no total, sendo 126 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Baldim em 2015 somaram R\$70.980,00, divididos em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA)<sup>28</sup>. No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015.

**Quadro 24: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Baldim**

<b>ANO</b>	<b>VALOR DOS REPASSES DO PNAE</b>	<b>GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>PORCENTAGEM DOS GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR</b>
<b>2012</b>	R\$ 59.100,00	-	-
<b>2013</b>	R\$ 65.000,00	R\$ 9.752,49	15,00%
<b>2014</b>	R\$ 68.520,00	R\$ 20.199,27	32,75%
<b>2015</b>	R\$ 70.980,00	R\$ 25.576,35	36,16%

---

<sup>28</sup> Os repasses financeiros do PNAE são distribuídos em dez subprogramas: PNACN - Creche; PNAPN - Pré-escolar; PNAFN - Ensino fundamental; PNAMN - Ensino médio; PNAEN - EJA; PNAQN - Quilombola; PNAIN - Indígena; PN+FN - Mais Educação; PN+QN - Mais Educação Quilombola; PN+IN - Mais Educação Indígena.

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

Segundo dados de 2015, em Baldim, foram gastos R\$ 25.576,35 com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE no município de Baldim. Esse valor corresponde a 36,16% do total do valor transferido ao município naquele ano, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Comparativamente aos anos anteriores, essa porcentagem tem sido ampliada, juntamente com o valor dos repasses do PNAE: de 2013 a 2015, o gasto destinado à Agricultura Familiar mais que duplicou.

## **10 MINERAÇÃO**

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Baldim quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica, foi buscado compreender a presença da mineração no município de Baldim, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Baldim, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das

Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

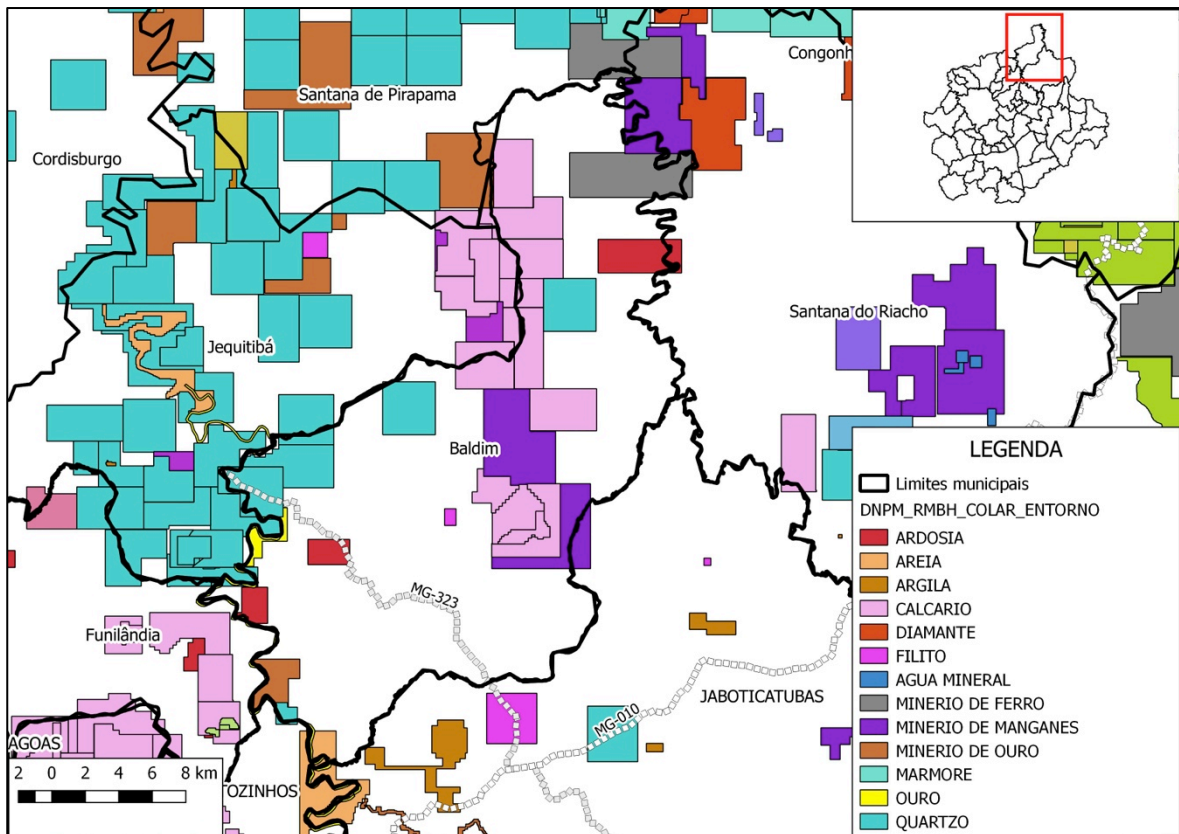
Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

### **10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Baldim**

O entorno do município de Baldim, localizado na extremidade norte da RMBH, é marcado pela existência de jazidas de treze substâncias principais: ardósia, areia, argila, calcário, diamante, filito, água mineral, minério de ferro, minério de manganês, minério de ouro, mármore, ouro e quartzo.

Conforme verificado na figura abaixo, as jazidas minerárias existentes no entorno do município de Baldim podem ser divididas em três faixas geográficas distintas. Em uma primeira faixa, localizada a oeste e estabelecida no sentido norte-sul, é notada a predominância de jazidas de quartzo, situadas, principalmente, nos municípios de Jequitibá e Santana de Pirapama (externos à RMBH). Em uma segunda faixa, também estabelecida no sentido norte-sul sobre os territórios de Baldim e Jequitibá, são identificadas concentrações de calcário e minério de manganês. É também notada uma terceira faixa a leste, situada no município de Santana do Riacho, onde predominam o minério de manganês e a água mineral (DNPM, 2013).

**Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Baldim e seu entorno**

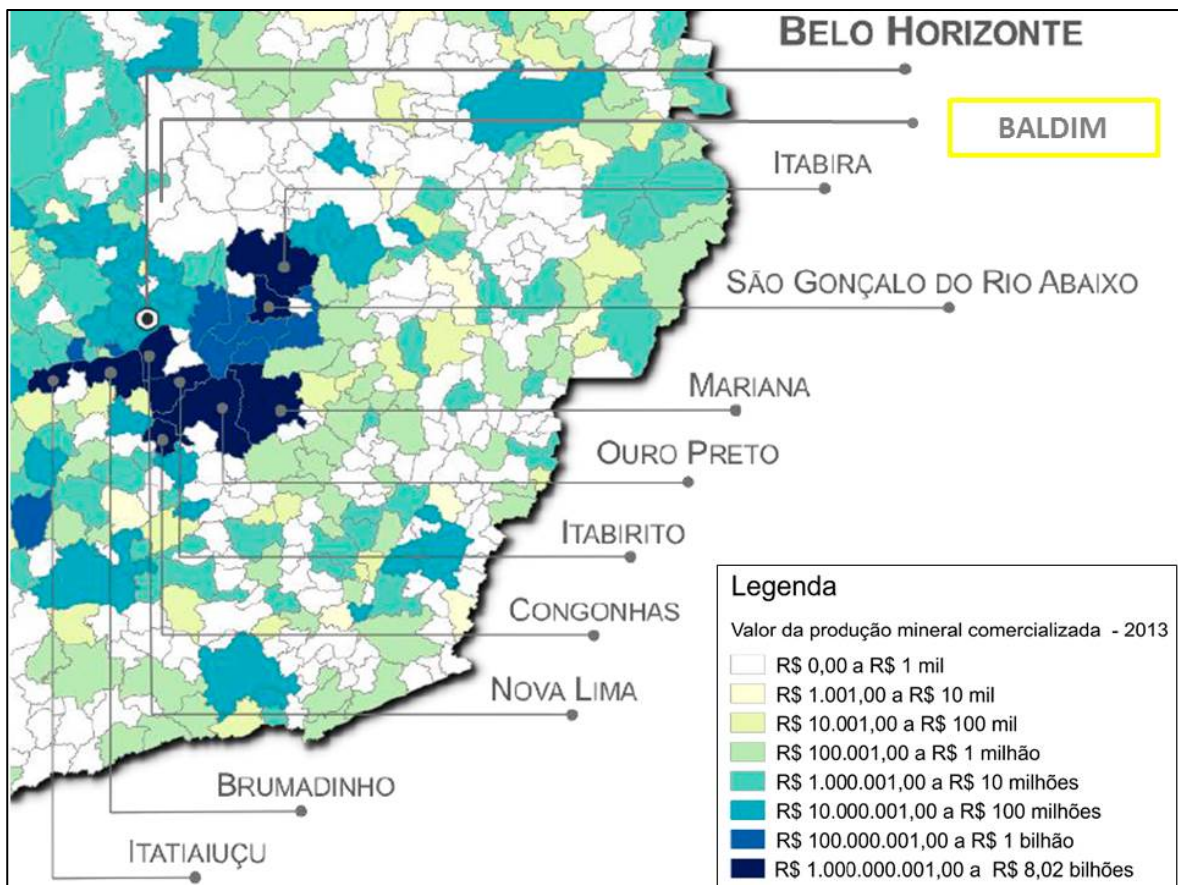


**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013**

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma fragilidade dessa atividade no território municipal de Baldim.

Na figura abaixo o município de Baldim, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na menor classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Não foram identificadas discrepâncias quanto a essa classificação nos demais anos (2010 a 2014) abordados no mesmo relatório (DNPM, 2015).

Figura 55: valor da produção mineral comercializada por município – 2013



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

## 10.2 A atividade minerária no território municipal de Baldim

Aperar de não terem sido identificadas repercussões efetivas da atividade minerária sobre a estrutura urbana municipal de Baldim, existem 157 processos minerários cadastrados no DNPM nesse território. Destes, 127 estão inativos e apenas 30 estão ativos. Nesse universo, 49 indicam o calcário como substância principal; 35, o ouro ou o minério de ouro e 10, a argila.



No âmbito da arrecadação, em ambos os indicadores pesquisados (o Valor Adicionado Fiscal – VAF e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM), não foram identificadas arrecadações ligadas à atividade minerária no município de Baldim entre os anos de 2000 e 2010 (Fundação João Pinheiro, 2011).

## **11 ASPECTOS ECONÔMICOS**

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Baldim têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais abrangente do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

1. **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
2. **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

3. **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
4. **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

### 11.1 Produção

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços). Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores<sup>29</sup>. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Baldim indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 33.372.000,00 em 2004 para R\$ 81.173.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 143,24% com taxa de crescimento anual igual a 9,3%.

**Quadro 25: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Baldim e RMBH**

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Baldim	RMBH	
2004	33.372,00	71.802.492,00	0,05%
2005	38.271,00	80.335.006,00	0,05%
2006	46.368,00	90.914.533,00	0,05%
2007	63.124,00	105.126.590,00	0,06%

<sup>29</sup> O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

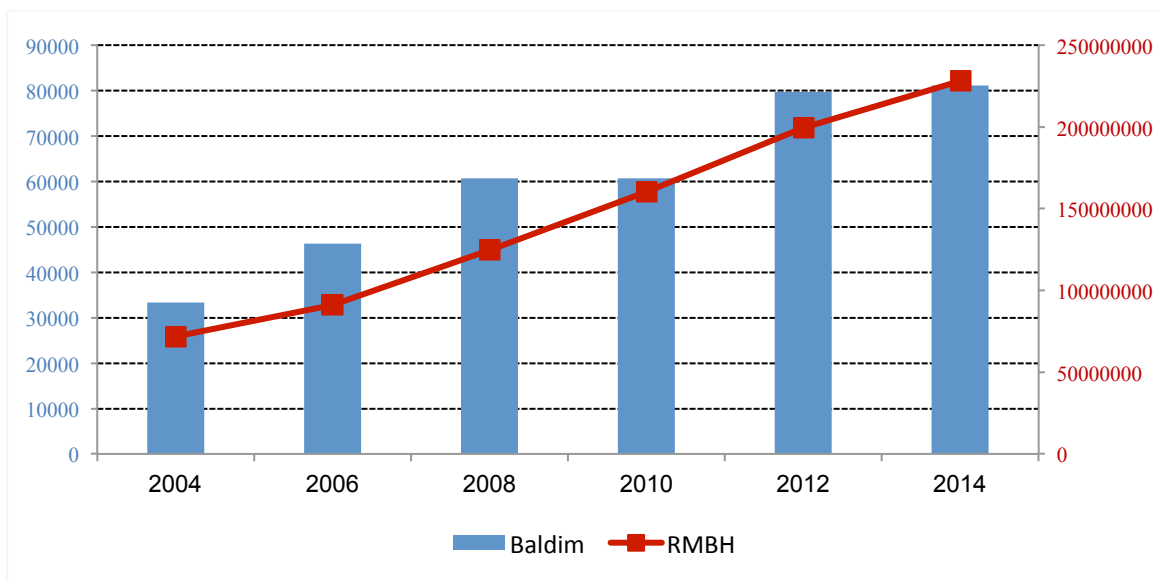
Processo de Revisão  
**planoDiretor**

2008	60.660,00	124.733.451,00	0,05%
2009	68.752,00	127.738.998,00	0,05%
2010	60.641,00	160.497.850,00	0,04%
2011	58.609,00	182.774.152,00	0,03%
2012	79.681,00	199.649.079,00	0,04%
2013	72.552,00	222.833.072,00	0,03%
2014	81.173,00	228.096.052,00	0,04%
Varição percentual	143,24%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	9,30%	12,25%	-

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos comparativos, percebe-se que Baldim, apesar do crescimento do PIB, apresenta variação percentual e taxa de crescimento menores que da RMBH como um todo. Dessa forma a representatividade do PIB local em relação ao metropolitano permanece constante ao longo do período, entre 0,03% e 0,06%. A Figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

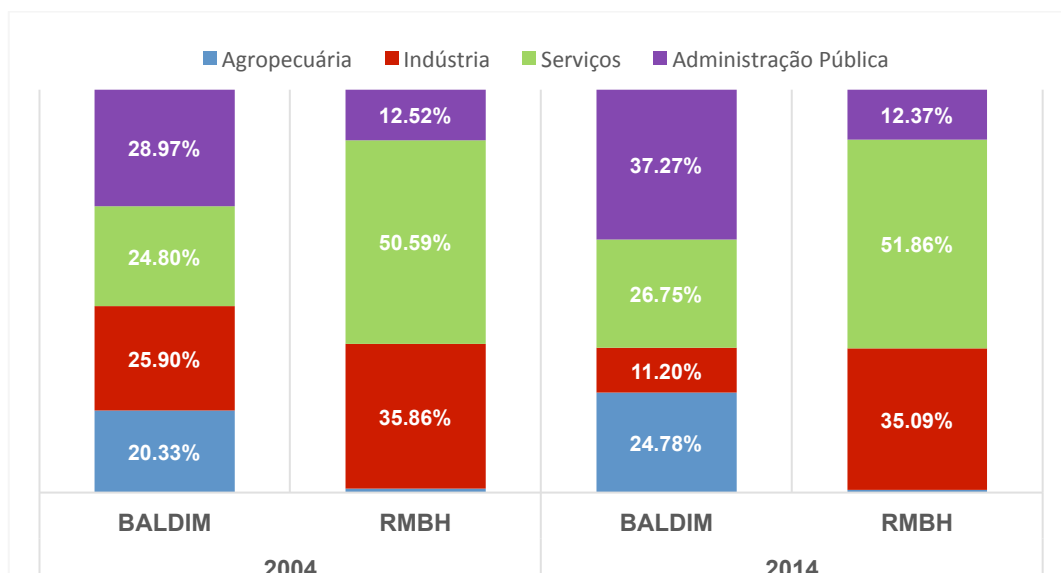
**Figura 56: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Baldim-MG e RMBH. 2004-2014**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos da distribuição setorial, observa-se para o município de Baldim que a Administração Pública assume o maior percentual de participação no PIB. Na RMBH o Setor de Serviços é aquele com maior representatividade na composição do PIB tanto em 2004 como em 2014.

**Figura 57: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Baldim e RMBH. 2004, 2014**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

No caso específico de Baldim, ressalta-se ainda em relação à Administração Pública (participante do setor de serviços, mas decomposta para fins de análise do IBGE) a significativa elevação de tal setor na composição do PIB, indicando relativo aumento da dependência municipal das atividades ligadas à sua estrutura administrativa. No outro extremo percebe-se a significativa perda de participação da Indústria na composição do Produto, saindo de 25,90% em 2004 para 11,20% em 2014. Ressalta-se também a significativa participação da Agropecuária com trajetória crescente no período.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

O Quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

**Quadro 26: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Baldim e RMBH. 2004, 2014.**

Setores	2004		2014	
	Baldim	RMBH	Baldim	RMBH
Agropecuária	6.443,00	624.163,00	19.193,00	1.346.869,00
Indústria	8.208,00	21.573.168,00	8.675,00	69.425.676,00
Serviços	7.862,00	30.434.567,00	20.715,00	102.598.004,00
Administração Pública	9.183,00	7.531.541,00	28.869,00	24.474.677,00
<b>Total</b>	<b>31.696,00</b>	<b>60.163.439,00</b>	<b>77.453,00</b>	<b>197.845.226,00</b>

**Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (IBGE).**

## 11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Através dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais. Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Baldim como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto – apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Baldim como na RMBH.

**Quadro 27: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Baldim, RMBH. 2007, 2011, 2015**

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Baldim	RMBH	Baldim	RMBH	Baldim	RMBH
Indústria	14,86%	14,95%	15,07%	14,37%	18,12%	13,84%
Construção Civil	54,45%	7,57%	0,67%	8,75%	5,75%	7,79%
Comércio	2,47%	14,70%	2,78%	15,65%	7,86%	17,66%
Serviços	20,40%	62,08%	73,90%	60,76%	55,75%	60,14%
Agropecuária	7,82%	0,71%	7,58%	0,46%	12,52%	0,57%
Valor Absoluto	1.662	1.665.625	2.230	1.962.763	1.374	1.794.120
Variação percentual 2007-2015					-17,33%	7,71%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE**

Como se percebe há em Baldim queda significativa no número de empregados formais no município – 17,33% -, evasão que acontece de forma mais pronunciada na construção civil. Em termos absolutos o número de vínculos ativos declarados pelo setor passa de 905 em 2007 (ano de pico) para apenas 79 em 2015.

A queda abrupta na construção civil entre 2007 e 2011 infla, por sua vez, o setor de serviços tornando-o maior gerador de empregos formais na localidade. O setor

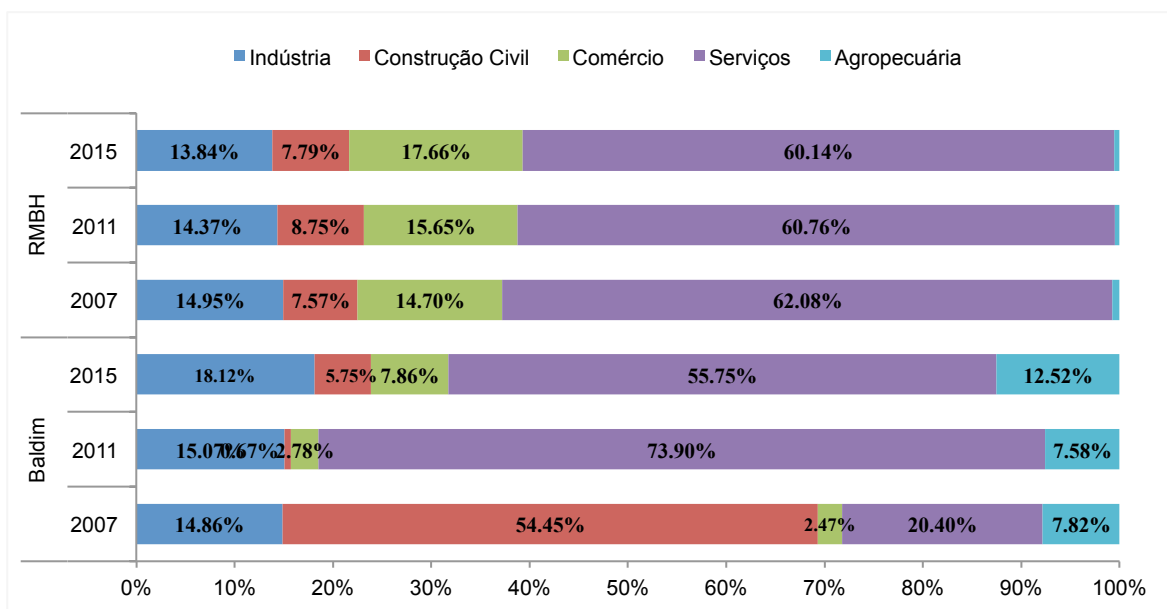


mais que dobra sua participação no período abarcando em 2011 mais de 70% dos postos de trabalho. Agropecuária, Comércio e Indústria também apresentam elevação em seus percentuais. Essa última, em termos absolutos, é a que apresenta menor variação, passando de 247 para 249 vínculos ativos entre 2007 e 2015.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado no Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta a Figura abaixo.

**Figura 58: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Baldim, RMBH.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Baldim como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

**Quadro 28: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Baldim. 2005 - 2015**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2005 - 2015
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	373	306	364	348	293	283	32%
Adm. Técnica Profissional	334	564	1053	271	4	51	555%

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

Alimentos e Bebidas	176	209	184	199	156	175	1%
Agricultura	172	170	169	171	130	143	20%
Comércio Varejista	103	86	60	46	39	35	194%
Construção Civil	79	27	15	463	905	386	-80%
Indústria Metalúrgica	41	82	51	30	0	0	-
Indústria Têxtil	26	29	19	29	49	31	-16%
AlojComunic	22	12	19	19	19	18	22%
Transporte e Comunicações	19	137	207	310	23	128	-85%
Médicos Odontológicos Vet.	11	10	0	0	0	0	-
Comércio Atacadista	5	7	2	1	2	0	-
Instituição Financeira	5	3	3	3	0	0	-
Indústria Mecânica	3	4	1	0	0	0	-
Madeira e Mobiliário	2	85	73	36	31	26	-92%
Ensino	2	3	2	2	0	0	-
Prod. Mineral Não Metálico	1	2	4	5	4	5	-80%
Extrativa Mineral	0	1	1	1	1	0	-
Serviço Utilidade Pública	0	0	3	2	6	173	-100%
<b>Total</b>	<b>1374</b>	<b>1737</b>	<b>2230</b>	<b>1936</b>	<b>1662</b>	<b>1454</b>	<b>-6%</b>

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Baldim, a Administração Pública – inserida no setor terciário - é aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela a Administração Técnica Profissional e o setor de Alimento e Bebidas.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. Administração Técnica e Profissional: 554,9%;
2. Comércio Varejista: 194,29%;
3. Administração Pública: 31,8%;
4. AlojComunic<sup>30</sup>: 22%;

Além desses, ressaltam-se setores como a Indústria Metalúrgica e ode serviços Médicos e Odontológicos que passam a incorporar mão de obra formal entre 2005 e 2015.

Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Serviço de Utilidade Pública: -100%;
2. Madeira e Mobiliário: -92,31%;
3. Transporte e Comunicações: - 85,16%;
4. Construção Civil: -79,53%;

A primeira dela apresenta-se queda bastante expressiva em termos absolutos. Percebe-se pelos números que apenas em 2005 o setor de serviços de utilidade pública possuía boa capacidade de geração de empregos. Em 2007 observa-se que o valor cai abruptamente (173 para 6 vínculos ativos). As atividades ligadas à

---

<sup>30</sup>Incorpora os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação.

construção civil e transporte e comunicações também possuíam valores absolutos consideráveis de emprego formal passando por arrefecimento no período.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil, atividades de grande participação em termos de vínculos ativos em Baldim, também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%;
5. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

**Quadro 29: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.  
2005 - 2015**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm. Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

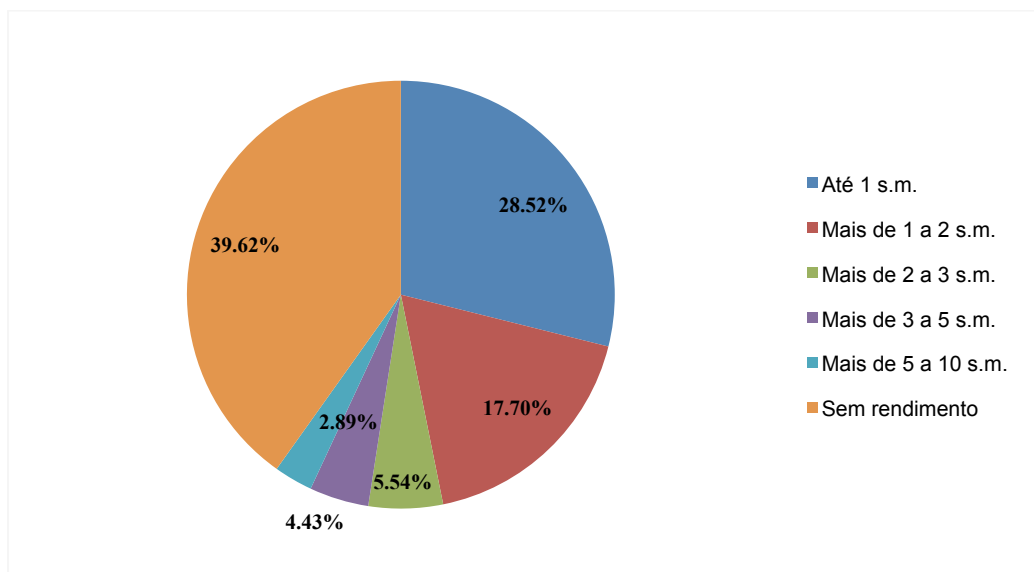
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet.	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic.	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf.	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%

<b>Total</b>	<b>1.794.120</b>	<b>1.988.442</b>	<b>1.962.763</b>	<b>1.784.128</b>	<b>1.665.625</b>	<b>1.455.561</b>	<b>23,26%</b>
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	---------------

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

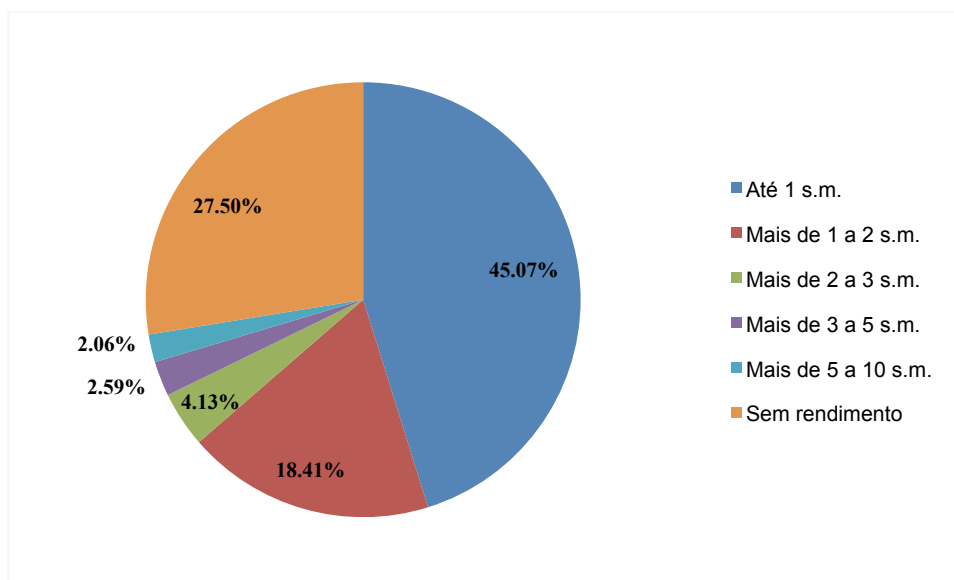
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Baldim como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

**Figura 59: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Baldim. 2000.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE**

**Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Baldim. 2010.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE**

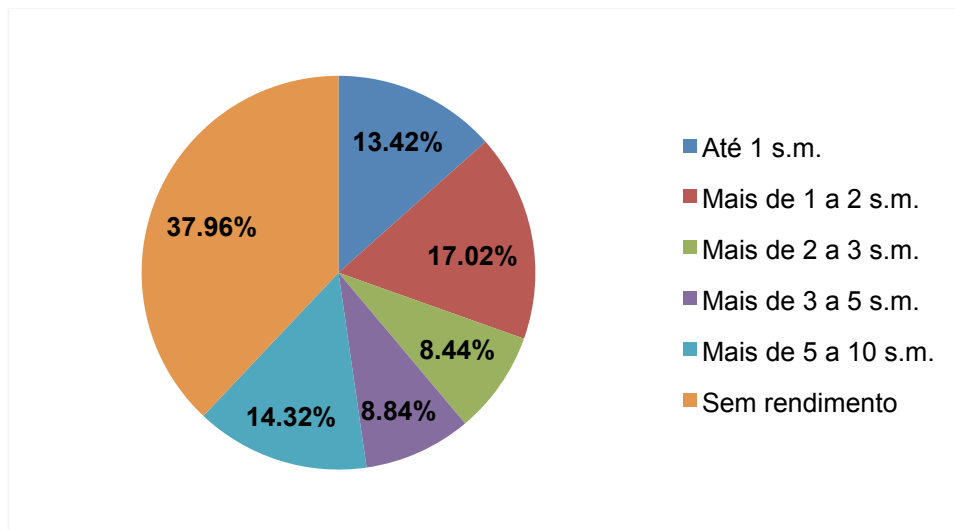
Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 63% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, marcada pela diminuição dos postos de emprego, sobretudo no setor de construção civil que tende a oferece maiores remunerações, sugere que a realidade existente entre 2000 e 2010 tende à permanência ou mesmo ao aumento da população com menores rendimentos nos anos posteriores.

De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Baldim. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao



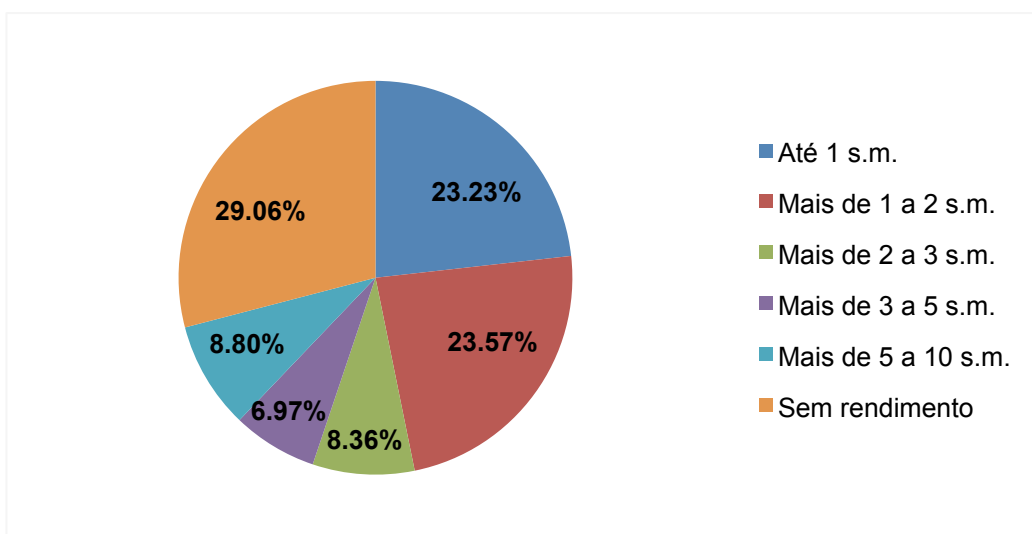
município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

**Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

**Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

**Quadro 30: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Baldim e RMBH.**

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Baldim	Variação RMBH
	Baldim	RMBH	Baldim	RMBH		
Até 1s.m.	1.894	531.371	3.063	1.090.809	61,72%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	1.175	674.006	1.251	1.106.743	6,47%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	368	334.238	281	392.570	-23,64%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	294	350.278	176	327.428	-40,14%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	192	326.799	140	251.041	-27,08%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	60	150.000	-	104.903	-	-30,06%
Mais de 20 s.m.	28	90.286	16	57.347	-42,86%	-36,48%
Sem rendimento	2.631	1.503.620	1.869	1.364.442	-28,96%	-9,26%
Valor absoluto	6.640	3.960.598	6.796	4.695.283	2,35%	18,55%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE**

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 2,35% e 18,55% para Baldim e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. é de 61,72% e 105,28%. Por outro lado, enquanto a queda no número de pessoas com

rendimentos acima de 5 salários mínimos é em média de 32% para o município, para a RMBH tal patamar é de apenas 23%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

### **11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade**

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010<sup>31</sup>.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a

---

<sup>31</sup> O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

renda capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

- 3. Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- 4. Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.
- 5. Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
- 6. Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

Os dados são apresentados de modo comparativo entre Baldim, a RMBH e o Brasil.

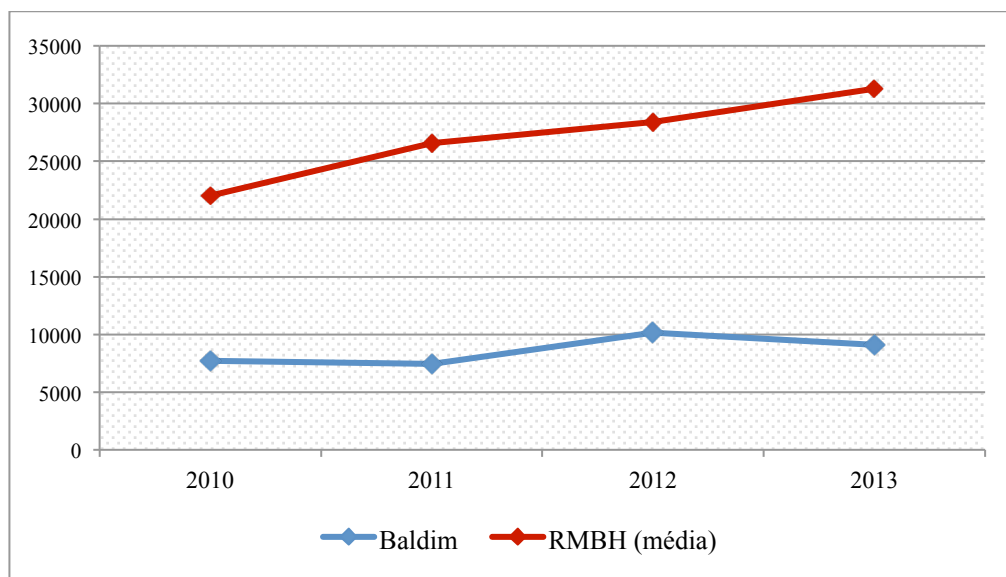
Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Baldim bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Baldim como na RMBH, conforme ilustrado pela Figura abaixo.

Como se vê os valores municipais (linha azul) encontram-se bastante abaixo da média metropolitana (linha vermelha). Em termos absolutos, enquanto o PIB per capita de Baldim passa de R\$ 7.688,03 em 2010 para R\$ 9.078,16 em 2013 -

variação percentual de 18,08% e taxa de crescimento anual de 5,7% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

**Figura 63: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Baldim e RMBH.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

**Quadro 31: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Baldim e RMBH.**

Ano	PIB per capita	
	Baldim	RMBH (média)
2010	7.688,03	22.000,67
2011	7.445,61	26.573,73
2012	10.155,20	28.400,36
2013	9.078,16	31.273,41
Variação percentual	18,08%	42,15%

Taxa de crescimento anual      5,70%                      12,44%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e desigualdade no município de Baldim. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

**Quadro 32: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Baldim, RMBH e Brasil**

Índice	2000			2010		
	Baldim	RMBH	Brasil	Baldim	RMBH	Brasil
Gini	0,52	0,61	0,64	0,46	0,59	0,60
R1040	14,25	24,21	30,31	10,61	20,13	22,78

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

PIND	13,88%	3,92%	12,48%	1,97%	1,25%	6,62%
PPOB	61,05%	36,07%	48,39%	41,59%	19,33%	32,56%
Corte1	92,72	162,30	98,26	152,5	263,75	170,00
Corte9	576,65	1.708,08	1.268,86	900	2.166,67	1.533,50

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.**

Baldim se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 10,61 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim quase 11 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini aponta que o baixo dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se que o valor passa significativa redução entre 2000 e 2010. Nesse último ano apenas 1,97% da população de Baldim é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade – fator que pode ser incrementado pela recente queda no volume de empregos formais. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de

Baldir mostra-se bastante superior ao da RMBH – 41,59% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há singela melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 16,08% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 16,9% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 483,93, em 2010 tal valor sobre para R\$ 747,50. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

#### **11.4 Finanças Públicas**

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Baldir, observa-se que houve uma manutenção da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, nos últimos três anos, no valor de R\$ 20.000.000,00. A Receita



Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

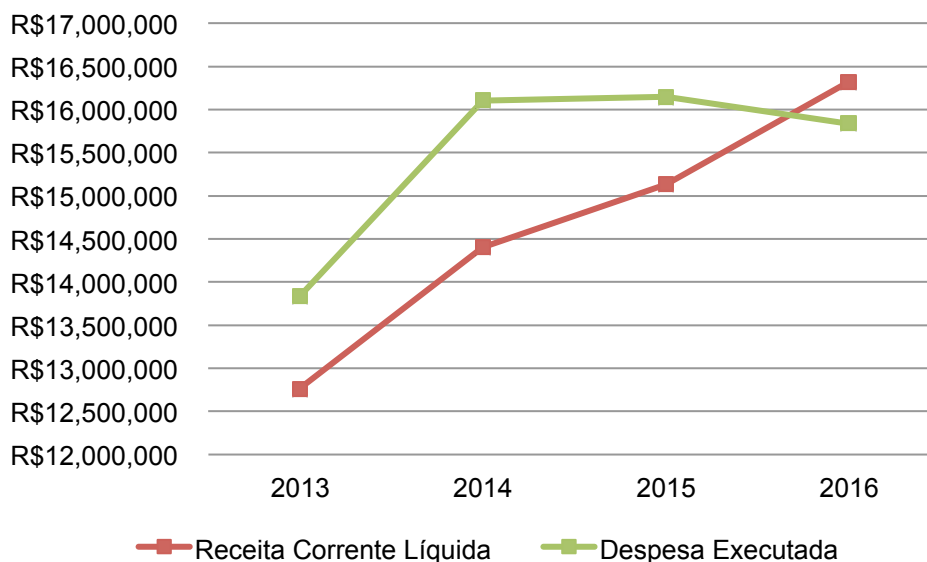
Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Baldim, observa-se que houve um aumento da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2016. Contudo, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um aumento no período entre 2013 a 2015. Mesmo com uma queda da Despesa Executada em 2016, esta atingiu valor superior à Receita Corrente Líquida no mesmo período. O Quadro e a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Baldim.

**Quadro 33: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Baldim**

<b>Ano</b>	<b>Receita Orçamentária</b>	<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>Despesa Executada</b>
<b>2013</b>	R\$ 18.000.000,00	R\$ 12.765.924,47	R\$ 13.834.999,52
<b>2014</b>	R\$ 18.000.000,00	R\$ 14.406.145,71	R\$ 16.100.777,52
<b>2015</b>	R\$ 20.000.000,00	R\$ 15.134.360,19	R\$ 16.150.318,87
<b>2016</b>	R\$ 20.000.000,00	R\$ 16.320.504,23	R\$ 15.834.700,29
<b>2017</b>	R\$ 20.000.000,00	-	-

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

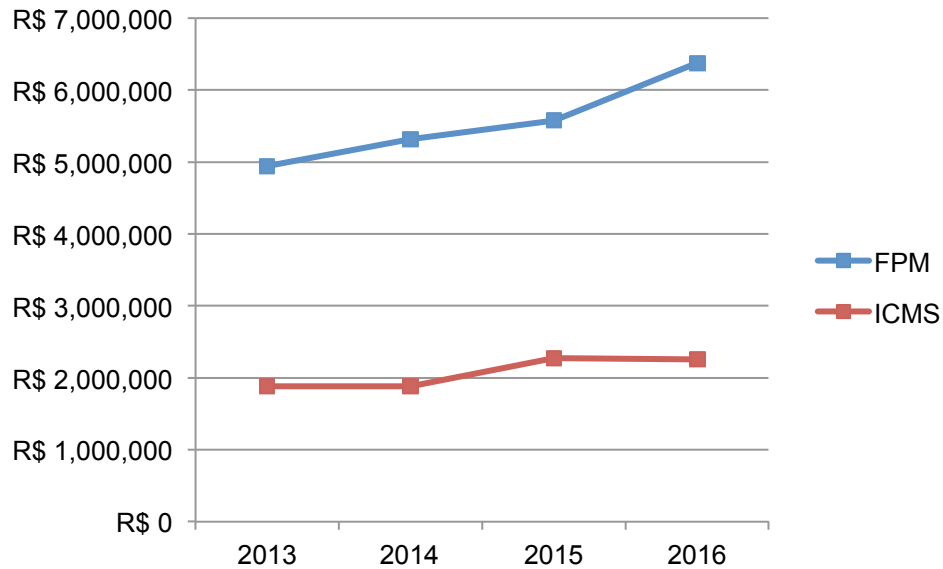
**Figura 64: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Baldim**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Baldim obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$6.377.647,64 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que, para o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, o município de Baldim recebeu o acumulado de R\$2.256.504,55. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

**Figura 65: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Baldim**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDIM. Lei complementar nº 1082 de outubro de 2012. Institui o Plano Diretor do Município de Baldim.

BALDIM. Lei nº 966 de 29 de março de 2009. Dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da Administração do Município de Baldim.

CAR - Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

CEDEPLAR / UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em [WWW.rmbh.org.br](http://WWW.rmbh.org.br).

CEDEPLAR / UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

COBRAPE. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Baldim – Relatório Final. Belo Horizonte: CBH Rio das Velhas, 2014.

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas\\_/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/), data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. Consulta ICMS – Lei Robin Hood. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Mapa dos Conflitos Ambientais. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/> . Acesso em 02/05/2017.

Processo de Revisão  
**planoDiretor**

IBGE, Cidades. Baldim, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_24.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf), acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm) acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Outorga de uso de recursos hídricos. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26118](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118), data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

Minas Gerais. Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=147>. Acesso em: 29/04/2017.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41>

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Baldim, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Baldim, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

Prefeitura Municipal de Baldim. Dados disponíveis no site <http://baldim.mg.gov.br/>. Acesso em março de 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Consulta aos municípios. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Processo de Revisão

## planoDiretor

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>





Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE

